



Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Centro de Humanidades – CH

Unidade Acadêmica de Ciências Sociais – UACS

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS

**Microcrédito rural para pequenos produtores familiares:
O programa Agroamigo em Lagoa Seca – PB**

Edgard Leitão de Albuquerque Neto

Orientador: Dr. Aldenôr Gomes da Silva

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

Fevereiro de 2013

EDGARD LEITÃO DE ALBUQUERQUE NETO

**Microcrédito rural para pequenos produtores familiares:
O programa Agroamigo em Lagoa Seca – PB**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação do Professor Doutor Aldenôr Gomes da Silva.



CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

Fevereiro de 2013



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCC

A345m **Albuquerque Neto, Edgard Leitão de.**
Microcrédito rural para pequenos produtores familiares: o programa agroamigo em Lagoa Seca – PB / Edgard Leitão de Albuquerque Neto. – Campina Grande, 2013.
111 f.: il. Color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

"Orientação: Prof. Dr. Aldenôr Gomes da Silva".
Referências.

1. Agricultura Familiar. 2. Microcrédito. 3. Políticas Públicas.
4. Condições de Vida. I. Silva, Aldenôr Gomes da. II. Título.

CDU 336.77:631(813.3)(043)

EDGARD LEITÃO DE ALBUQUERQUE NETO

Microcrédito rural para pequenos produtores familiares: O programa Agroamigo em Lagoa Seca – PB

Dissertação apresentada em 22 de março de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Aldenôr Gomes da Silva (PVNS/PPGCS/UFCG)
(Orientador)

Prof^o. Dr. Fernando Bastos Costa (PPGCS/UFRN)
(Examinador externo)

Prof^a. Dr^a. Ramonildes Alves Gomes (PPGCS/UFCG)
(Examinadora interna)

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

Fevereiro de 2013

AGRADECIMENTOS

Ao Supremo Deus que criou o homem e não ao deus que o homem criou.

À minha esposa Patrícia, pela sua dedicação e cuidado para comigo, pelos seus constantes estímulos para continuar ampliando os meus conhecimentos, seja ouvindo, lendo e conversando sobre as diversas etapas da pesquisa.

Aos meus pais (Júlio Leitão de Melo Neto e Ezenete Fragoso Leitão), irmãos e demais familiares, pelo apoio e incentivo durante toda a minha caminhada estudantil.

Aos meus amigos pelos espaços para partilhar cada etapa vencida durante a trajetória do mestrado.

Ao professor Aldenôr Gomes da Silva pela sua atenção e paciência durante todo esse processo. Ficarão sempre na minha memória os seus ensinamentos.

À professora Roseli Cortelleti, pela sua cooperação durante a minha pesquisa, participando comigo na construção desse trabalho.

Aos colegas, professores e funcionários do PPGCS, pela atenção, carinho e zelo nas atividades desenvolvidas dentro do programa.

À coordenadora do PPGCS, professora Ramonildes Alves Gomes, pela leitura do meu projeto de pesquisa com as devidas sugestões e considerações, além das reflexões realizadas em sala de aula.

À professora Marilda Menezes, por ter participado da banca de qualificação da dissertação, suas sugestões, reflexões e críticas.

Aos professores Vanderlan Silva e Ronaldo Sales, pelo apoio e estímulo constante desde a época da graduação.

Aos professores Roberto Vêras, Jesus Isquierdo, Gonzalo Rojas e Lemuel Guerra, pelo espaço de discussões e aprendizados realizados em sala de aula.

Ao professor Márcio Caniello e sua equipe de pesquisa (Célula de Acompanhamento e Informação do Território da Borborema), pelas diversas informações nas quais auxiliaram o desenvolvimento da minha pesquisa.

Ao GPAF, pela oportunidade de diversos momentos de debates e discussões.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho.

RESUMO

Analisa-se o programa de microcrédito Agroamigo do Banco do Nordeste sob a ótica de seus beneficiários nas comunidades rurais Amaragi, Almeida, Campinote, Mineiro e Pai Domingos, no município de Lagoa Seca, no interior da Paraíba. Nosso principal objetivo consiste em investigar como os pequenos produtores do Agroamigo, estão aplicando os recursos do microcrédito na unidade familiar e analisar as condições de vida desses agricultores. Tendo-se a dialética como método orientador, procura-se observar as relações entre produção agrícola e não agrícola, reprodução familiar e microcrédito rural, apontando, assim, os possíveis limites, bem como, as possibilidades que o Agroamigo possa apresentar no que diz respeito à capacidade efetiva de garantir melhores condições de vida dos agricultores estudados. Dessa forma, destacam-se as particularidades socioeconômicas desses atores sociais nos quais vivem em condições de extrema pobreza e são carentes de políticas públicas eficazes para a melhoria de suas condições de vida. Para o desenvolvimento do presente trabalho foram realizadas entrevistas semiestruturadas diretamente com os beneficiários do Agroamigo, com perguntas abertas e fechadas, associadas as seguintes dimensões: condições de vida, produção/consumo e influência do Agroamigo na produção e reprodução social. Em suma, pretende-se estudar o desempenho das políticas públicas no Brasil voltadas para a agricultura familiar do grupo B do Pronaf, e em especial, o programa de microcrédito Agroamigo e as suas possíveis contribuições para as mudanças nas condições de vida e trabalho dos agricultores familiares mais carentes.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Microcrédito, Políticas Públicas e Condições de Vida.

ABSTRACT

Analyzes the microcredit program Agroamigo Banco do Nordeste from the perspective of beneficiaries in rural communities Amaragi, Almeida, Campinote, Mineiro and Pai Domingos, in the municipality of Lagoa Seca, Paraíba inside. Our main goal is to investigate how small producers Agroamigo, are applying the resources of microcredit in the family unit and analyze the conditions of life of farmers. Having the dialectical method as a guide, if you want to observe the relationship between agricultural and non- agricultural production, rural microcredit and family reproduction, thus indicating the possible limits, as well as the possibilities that Agroamigo may present with regard the effective capacity to ensure better living conditions for farmers studied. Thus, we highlight the socioeconomic characteristics of those social actors in which live in extreme poverty and are deprived of effective public policies to improve their living conditions. For the development of this work directly semistructured interviews with beneficiaries Agroamigo with open and closed questions were conducted associated the following dimensions: living conditions, production / consumption and influence of Agroamigo in production and social reproduction . In short, we intend to study the performance of public policies in Brazil focusing on family agriculture group B Pronaf, and in particular the microcredit program Agroamigo and their possible contributions to changes in the conditions of life and work of farmers neediest families.

Keywords: Family Farming, Microcredit, Public Policy and Living Conditions.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variáveis e indicadores do roteiro de entrevistas.....	20
Tabela 2 – Faixa etária	54
Tabela 3 – Sexo.....	54
Tabela 4 – Estado civil.....	55
Tabela 5 – Posição na família.....	55
Tabela 6 – Quantidade de filhos.....	56
Tabela 7 – Grau de escolaridade.....	56
Tabela 8 – Se todos os membros da família são alfabetizados (as).....	57
Tabela 9 – Se todos (as) os (as) filhos (as) estão matriculados (as) e frequentando a escola diariamente.....	57
Tabela 10 – Quantidade de pessoas que moram no mesmo domicílio.....	59
Tabela 11 – Quantidade de pessoas que trabalham no estabelecimento familiar.....	59
Tabela 12 – Quantidade de pessoas que trabalham fora de forma permanente e moram no domicílio.....	59
Tabela 13 – Quantidade de pessoas que trabalham fora de forma temporária e moram no domicílio.....	60
Tabela 14 – Quantidade de pessoas que trabalham no estabelecimento e fora ao mesmo tempo de forma permanente e moram no domicílio.....	60
Tabela 15 – Quantidade de pessoas que trabalham no estabelecimento e fora ao mesmo tempo de forma temporária e moram no domicílio.....	61
Tabela 16 – Quantidade de pessoas que fazem parte da família, que moram fora e contribuem com a renda mensal da família.....	61
Tabela 17 – Avaliação das atuais condições de vida da família.....	62
Tabela 18 – Avaliação das condições de moradia da família.....	63
Tabela 19 – Avaliação das condições de acesso aos serviços de saúde.....	65
Tabela 20 – Avaliação das condições de alimentação.....	66
Tabela 21 – Demonstrativo do tipo de alimentação diária dos agricultores familiares do Agroamigo em Lagoa Seca.....	67

Tabela 22 – Se participa ou participou de algum programa do governo.....	68
Tabela 23 – Como avalia os programas do governo.....	68
Tabela 24 – Se alguém da casa recebe recurso INSS.....	68
Tabela 25 – Tempo que é agricultor (a).....	69
Tabela 26 – O principal tipo de produção no estabelecimento.....	69
Tabela 27 – Principais culturas e criações encontradas nos estabelecimentos dos agricultores inseridos no Agroamigo em Lagoa Seca.....	70
Tabela 28 – Finalidade da produção agrícola.....	71
Tabela 29 – Tipos de culturas produzidas, consumidas e vendidas por ano.....	71
Tabela 30 – Renda mensal obtida através da produção agrícola.....	72
Tabela 31 – Se a renda da família vem principalmente da produção agrícola.....	73
Tabela 32 – Quantidade de pessoas que não fazem parte da família, mas auxiliam na produção agrícola.....	73
Tabela 33 – Condições de uso e posse das terras.....	74
Tabela 34 – O tipo de técnica empregada na produção agrícola.....	74
Tabela 35 – Tipo de transporte que possui.....	78
Tabela 36 – Cruzamento entre a renda mensal obtida através da produção e a renda mensal antes do Agroamigo.....	83
Tabela 37 – Cruzamento entre a renda mensal obtida pela produção agrícola e o tempo de participação no Agroamigo.....	83
Tabela 38 – Onde aplicou o dinheiro do Agroamigo.....	88
Tabela 39 – Bovinocultura é a principal atividade financiada pelo Pronaf B.....	90
Tabela 40 – Quadro comparativo: síntese sobre as condições de vida dos agricultores familiares antes e depois do Agroamigo.....	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo de participação no Agroamigo.....	80
Gráfico 2 – Forma que tomou conhecimento do Agroamigo.....	81
Gráfico 3 – Renda mensal antes do Agroamigo.....	81
Gráfico 4 – Avaliação sobre a atuação do assessor do Banco do Nordeste.....	84
Gráfico 5 – Avaliação do valor concedido pelo Agroamigo para melhora da produção agrícola.....	87
Gráfico 6 – Avaliação das condições para obtenção do microcrédito Agroamigo.....	87
Gráfico 7 – Avaliação das condições de pagamento do microcrédito Agroamigo.....	92

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Arado escarificador com tração humana e animal no IV milênio A.C.....	30
Figura 2 – Ambiente institucional do pequeno produtor familiar beneficiário do Agroamigo em Lagoa Seca.....	43

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Arado escarificador com tração humana e animal no século XXI.....	30
Foto 2 – Casa de um agricultor beneficiário do Agroamigo	63
Foto 3 – Antena parabólica nas comunidades rurais de Lagoa Seca.....	65
Foto 4 – Arado escarificador na lateral da casa de um agricultor familiar em Lagoa Seca.....	75
Foto 5 – Carroça e arreamento para tração animal na lateral de uma casa de um agricultor familiar em Lagoa Seca.....	76
Foto 6 – Uma enxada ao lado de alguns pedaços de madeira na lateral de um agricultor familiar em Lagoa Seca.....	76
Foto 7 – Uma pá velha usada nas atividades agrícolas de um agricultor familiar do Agroamigo em Lagoa Seca.....	77
Foto 8 – Carroça para apanhar água a ser utilizada no cultivo.....	77
Foto 9 – Motocicleta de 50cc utilizada como meio de transporte pelos agricultores familiares em Lagoa Seca.....	78
Foto 10 – Criação de porcos com o dinheiro do microcrédito Agroamigo.....	88
Foto 11 – Galinheiro construído com o dinheiro do Agroamigo.....	89
Foto 12 – Sítio de uma das agricultoras que investiu em estrume com o dinheiro do Agroamigo.....	93
Foto 13 – Melhoria na produção de laranjas depois do Agroamigo.....	97
Foto 14 – Criação de bois para o pagamento do microcrédito Agroamigo.....	100
Foto 15 – Compra de um boi com o dinheiro do Agroamigo para o pagamento da dívida com o banco.....	102

LISTA DE SIGLAS

- AGROAMIGO** – Programa de Microcrédito Rural do Banco do Nordeste do Brasil
- AMR** – Assessor de Microcrédito Rural
- BNB** – Banco do Nordeste do Brasil
- BIRD** – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
- CREDIAMIGO** – Programa de Crédito do Banco do Nordeste do Brasil
- CPF** – Cadastro de Pessoas Físicas
- CPMF** – Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
- DAP** – Declaração de Aptidão ao Pronaf
- EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FAO** – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
- FAT** – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FAT HABITAÇÃO** – Programa Habitacional do Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FAT EMPREENDEDOR POPULAR** – Programa para microempreendedores populares
- FINEP** – Financiadora de Estudos e Projetos
- FUNPROGER** – Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda
- GPAF** – Grupo de Pesquisa sobre Agricultura Familiar
- GTZ** – Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INEC** – Instituto Nordeste Cidadania
- MCR** – Manual de Crédito Rural
- MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- PCPP** – Programa de Crédito Produtivo Popular
- PLANFOR** – Plano Nacional de Qualificação Profissional
- PNMPO** – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
- PROEMPREGO** – Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador
- PROTRABALHO** - Programa de Promoção do Emprego e Qualidade de Vida do Trabalhador

PROGER RURAL – Programa para Geração de Emprego e Renda Rural

PROGER URBANO – Programa para Geração de Emprego e Renda Urbano

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

ONG – Organização Não Governamental

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SPSS - Statistical Package for Social Scienses

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
A dialética como método norteador da pesquisa.....	22
Principais atores sociais envolvidos.....	23
Amostra da pesquisa.....	23
Instrumento metodológico da pesquisa.....	23
Coleta e análise dos dados.....	24
CAPÍTULO 1	
A AGRICULTURA FAMILIAR E SUA TRADIÇÃO CAMPONESA	25
1.1. O início das agriculturas.....	27
1.2. Características fundamentais da condição camponesa na agricultura familiar.....	34
1.3. Pequenos produtores familiares.....	38
CAPÍTULO 2	
MICROCRÉDITO RURAL: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PEQUENO PRODUTOR FAMILIAR	43
2.1. Políticas públicas para a agricultura no Brasil.....	44
2.2. Microcrédito para os agricultores familiares do Pronaf B.....	45
2.3. Do Pronaf B ao Agroamigo.....	49

CAPÍTULO 3

AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS PEQUENOS PRODUTORES FAMILIARES DO AGROAMIGO EM LAGOA SECA.....

3.1. Perfil social dos agricultores.....	53
3.2. A pluriatividade na agricultura familiar do Agroamigo.....	54
3.3. Condições de moradia, alimentação e saúde dos agricultores.....	58
3.4. Produção e consumo.....	62
3.5. Análise sobre a influência do Agroamigo nas condições de vida dos pequenos produtores familiares em Lagoa Seca.....	69
3.5.1. Ingresso do agricultor no Agroamigo.....	79
3.5.2. O papel do assessor de microcrédito rural (AMR).....	84
3.5.3. Produção obtida com o microcrédito Agroamigo.....	86
3.6. Descrição das atuais condições de vida dos pequenos produtores familiares do Agroamigo em Lagoa Seca.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
Referências bibliográficas.....	108
Apêndice.....	112

INTRODUÇÃO

A inserção da agricultura no processo moderno de produção fez nascer uma corrida incessante por novas tecnologias nas quais pudessem aumentar a produtividade e obter outras formas de produzir, crescendo, assim, cada vez mais a produção de alimentos. Com isso, a nascente sociedade capitalista passou a significar a necessidade de satisfazer desejos pelo consumo nunca sentidos anteriormente ao longo da história. Essa busca produziu dois polos opostos: a minoria que produz muito e que detém as melhores tecnologias do campo e, do outro lado, a grande maioria que não possui ferramentas adequadas para a melhoria de sua produção. Então para esses últimos, como satisfazer as novas necessidades, se nem as primeiras foram realizadas? Estamos falando de pequenos produtores familiares que passam fome. Como esses agricultores vão inovar e empreender se para eles a sobrevivência é uma busca diária?

Desde a colonização do Brasil, a agricultura foi permeada por incentivos do Estado o qual privilegiou os latifúndios e a grande exportação. Tal contexto propiciou o enriquecimento de grandes produtores agrícolas deixando de lado, desse processo, os pequenos agricultores, abrindo, assim, uma disparidade histórica no país – de um lado as grandes agroindústrias e do outro a maioria dos produtores agrícolas do Brasil: os pequenos produtores familiares. No entanto, no transcorrer desses últimos anos, observa-se, um crescimento significativo de políticas públicas voltadas para esses pequenos produtores. De forma geral, essas políticas públicas desenvolvem-se também por meio de linhas de microcrédito com o objetivo de estimular o desenvolvimento, incitar a modernização, assegurar a reprodução social e melhorar as condições de vida dos pequenos produtores familiares em todo o país.

Atualmente, as condições de vida desses agricultores, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), são assinaladas da seguinte forma: mais da metade dos estabelecimentos da agricultura familiar vive em precárias condições de vida, sem meios apropriados para a produção agrícola e, o mais grave, sem condições para garantir a alimentação básica da família. Portanto, esse segmento do setor rural ainda necessita de alternativas de trabalho e renda que garantam melhores condições de produção. Logo, não há como pensar em qualidade de vida no campo, se para essa população específica da agricultura familiar falta “quantidade”, em termos de alimentação básica. Ainda segundo o IBGE, constata-se que os agricultores familiares mais “pobres”, mesmo sendo os mais numerosos, são os que menos recebem benefícios dos programas de microcrédito no Brasil. Estes

produtores vivem em condições muito precárias, sem acesso aos serviços básicos de saúde e educação, e com péssimas condições de trabalho, renda, alimentação e moradia.

Diante desses fatos, sabe-se, então, que as linhas de microcrédito, tanto privadas quanto públicas, não atendem de forma satisfatória aos anseios e às necessidades da população rural, principalmente a mais pobre, a qual não dispõe de serviços bancários básicos como, por exemplo, conta corrente ou pequenos empréstimos. Para atender a esses agricultores, foi criada uma linha de microcrédito denominada de Agroamigo. Dessa forma, para Rogério Costanzi (2005, p. 21), “o microcrédito pode ser entendido como crédito para pobres ou microempreendedores de baixa renda sem acesso ao crédito formal, dado sem garantias reais, propiciando mecanismo auto-sustentável de combate à pobreza e à exclusão social”. Nesse sentido, o microcrédito não deve ser encarado como algo que proporciona pequenos valores de créditos, mas por focalizar em pessoas pobres, microempreendedores de baixa renda que não têm alternativa de ingresso ao sistema de crédito bancário tradicional.

Sendo assim, o programa de microcrédito Agroamigo se propõe a ser um importante instrumento para a geração de emprego e renda, o qual tem como público-alvo milhares de agricultores familiares oriundos do Pronaf B.

Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo central analisar o programa de microcrédito Agroamigo na agricultura familiar, sua eficácia e modo de atuação no combate à pobreza, sob a ótica dos beneficiários do Banco do Nordeste, das comunidades rurais Campinote, Amaragi, Mineiro, Pai Domingos e Almeida, no município de Lagoa Seca - PB. Nosso principal alvo consiste em investigar como os agricultores familiares beneficiários do programa Agroamigo estão aplicando os recursos deste microcrédito na unidade familiar.

A escolha da problemática aqui apresentada deve-se pela aproximação do autor deste trabalho frente à realidade dos agricultores em Lagoa Seca, ao observarmos *in lócus* ou por meio de diversas pesquisas, a precariedade e dificuldades sociais e econômicas dessa categoria social. A escolha de Lagoa Seca deve-se, também, por esse ser um dos municípios que mais recebe recursos oriundos do antigo programa de microcrédito do Pronaf B. Portanto, esses fatores instigaram o meu interesse, como pesquisador, pela verificação dessas questões no meio rural, e em especial, no município de Lagoa Seca. Além desses fatores, o presente trabalho é fruto de uma pesquisa maior que participo, denominada “Políticas de desenvolvimento e inclusão social no semiárido nordestino”, coordenada pelo Prof^o. Dr. Aldenôr Gomes da Silva e auxiliado pela Prof^a. Dr^a. Roseli de Fátima Corteletti. A mesma possui o financiamento de CAPES e está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande-PB.

Outro fator importante para a escolha de Lagoa Seca são os dados reveladores do Censo Agropecuário 2010 sobre a agricultura familiar no município. Sendo assim, destaco algumas particularidades: O município de Lagoa Seca, no Estado da Paraíba fica a 129 km da capital João Pessoa e a 4 km do centro da cidade de Campina Grande. Lagoa Seca é ladeada por diversos municípios (Campina Grande, Massaranduba, Alagoa Nova, Matinhas, Esperança, Montadas e Puxinanã), que fazem parte do Compartimento da Borborema ou Território da Borborema, composto por 21 municípios, ocupando uma área de 3.233 km², ou seja, 23,1% da Paraíba. Segundo o IBGE (2010), Lagoa Seca possui uma densidade demográfica muito alta, com 240,73 hab/km², com uma população total de 25.900 habitantes em uma área total de 107,589 km². No que se refere à população residente, 40,81% ou 10.570 moram na zona urbana e 59,19% ou 15.333 moram na zona rural. Lagoa Seca têm 1.820 estabelecimentos agrícolas por condição de produtor. Desse total, 12,53% ou 228 são estabelecimentos não familiares e a grande maioria, 87,47% ou 1.592 unidades, são estabelecimentos da agricultura familiar. Surge então uma grave contradição em relação a distribuição de terras. De uma área total de 18.747 de área em hectares, 74,82% ou 14.026 ha está nas mãos dos estabelecimentos não familiares, enquanto que 25,18% ou 4.721 ha da área são de estabelecimentos da agricultura familiar. Portanto, esses dados demonstram o destaque em termos numéricos da agricultura familiar em Lagoa Seca, embora ocupem de uma parcela mínima de hectares de terra.

Para o desenvolvimento do estudo em Lagoa Seca, foi realizado primeiro um teste-piloto, momento esse em que foi possível uma série de ajustes do roteiro das entrevistas, desde a reformulação das perguntas e inclusão de outras, como também a alteração da ordem sequencial, melhorando, assim, a comunicação com os atores sociais em foco. O teste-piloto foi realizado, nos dias 28 e 29 de fevereiro de 2012, diretamente com os beneficiários do programa de microcrédito – Agroamigo. Foram realizadas 10 entrevistas. Desse total, foram identificados agricultores de oito municípios, sendo Campina Grande (01), Caturité (01), Alcantil (01), Boqueirão (03), Montadas (01), Esperança (01), Fagundes (01) e Lagoa Seca (01). Todos esses produtores familiares com operações ativas no Agroamigo do BNB, sejam eles recém-ingressos no programa de microcrédito ou com mais de um ano. Os dados coletados possibilitam afirmar que entre os produtores entrevistados havia uma série de deficiências no que diz respeito aos efeitos do programa de microcrédito Agroamigo, na melhoria das condições de vida dos agricultores familiares mais “pobres”.

Após essa fase inicial, o roteiro das entrevistas foi reelaborado e dividido com as seguintes variáveis: condições de vida, produção/consumo e a influência do Agroamigo na produção e reprodução social.

Assim, o roteiro das entrevistas foi elaborado com quatro partes. Na primeira, constase o perfil dos beneficiários do Agroamigo, contemplando algumas dimensões como: faixa etária, estado civil, escolaridade, número de membros da família e número de pessoas que trabalham dentro e fora da unidade de produção. No item inicial, o objetivo é entender, além do perfil social e econômico, questões sobre a pluriatividade, bem como, a diversificação das atividades dentro da produção agrícola na unidade familiar. Na sequência, o roteiro de entrevista foi dividido em três partes: condições de vida dos agricultores familiares, características de produção e consumo dos pequenos produtores e influência do programa Agroamigo nas condições de vida dos pequenos produtores familiares. Para cada uma dessas partes, agregaram-se mais de uma variável e indicador, como mostra a Tabela 1:

Tabela 1 – Variáveis e indicadores do roteiro de entrevistas

Variáveis	Indicadores
Condições de vida	<ul style="list-style-type: none"> - Percepção sobre as condições de vida da família; - Condições de moradia; - Condições de alimentação; - Acesso a políticas públicas; - Acesso ao INSS; - Acesso aos serviços de saúde;
Produção e Consumo	<ul style="list-style-type: none"> - Tempo de trabalho; - Tipo de produção; - Renda da família; - Uso de empregados na produção; - Características da produção; - Condições de uso/posse da terra; - Tecnologia empregada;
Avaliação do Agroamigo	<ul style="list-style-type: none"> - Atual renda mensal; - Tempo de participação; - Condições atuais de trabalho; - Condições de pagamento; - Aplicação do microcrédito; - Percepção sobre a influência do Agroamigo nas condições de vida da família.

Fonte: Elaborado pelo autor (2012).

Trabalhamos com a hipótese de que o programa de microcrédito Agroamigo, apesar de contribuir para o incremento das transformações ocorridas na agricultura familiar no Brasil, não tem apresentado resultados expressivos, que apontem reais mudanças na melhoria das condições de vida destes produtores agrícolas, nos quais não tem acesso aos serviços básicos de saúde e educação, vivem em péssimas condições de trabalho, renda, alimentação e moradia. Concluimos que as políticas públicas de microcrédito direcionadas para os agricultores familiares, não tem contribuído para o desenvolvimento desse segmento, em especial na região nordeste do Brasil.

O presente trabalho foi subdividido em três partes:

A primeira tem a finalidade de debater sobre as origens das agriculturas no mundo, destacando suas trajetórias, desde o seu surgimento no período do neolítico até o contexto atual da agricultura familiar no Brasil. Nesse mesmo tópico, também abordamos questões referentes às características fundamentais da condição camponesa no século XXI, revelando, assim, aspectos sobre a inserção da tradição camponesa na agricultura familiar, a partir das concepções teóricas abordadas por diversos autores como Jan Dowve van der Ploug, Nazareth Wanderley, Zander Navarro, Ricardo Abramovay, entre outros. Lançamos também uma discussão sobre a análise dos estabelecimentos rurais no Brasil em face da diversidade social dessa categoria, em especial, na região nordeste.

Em seguida, analisamos uma contextualização sobre as políticas públicas no Brasil, em especial, no meio rural, com vistas à compreensão da origem do Pronaf B e a consequente formulação do seu substituto, a nível de região nordeste – o Agroamigo. O propósito dessa discussão foi de realizar uma leitura sobre as práticas das políticas públicas de microcrédito no meio rural.

No terceiro capítulo, analisamos e detalhamos os resultados da investigação, confirmando algumas hipóteses iniciais em relação à atuação do programa de microcrédito Agroamigo frente aos agricultores familiares de Lagoa Seca. Para tanto, realizamos entrevistas diretamente com os agricultores familiares beneficiários do Agroamigo em Lagoa Seca.

Por fim, uma breve descrição sobre as atuais condições de vida dos pequenos produtores familiares, ressaltando às condições de produção e consumo.

A dialética como método norteador da pesquisa

Para a realização do presente trabalho, utilizamos o método dialético, desenvolvido por Marx e Engels, por permitir uma leitura da realidade, observando as contradições entre microcrédito rural, produção e reprodução social dos agricultores familiares. Nesse sentido, o presente método possibilita evidenciar as incoerências internas do fenômeno em estudo, na análise da essência do problema na sua totalidade.

Podemos observar esse tipo de método em Karl Marx, no qual parte da análise dos antagonismos e contradições das relações sociais e produtivas. Marx discorre numa leitura da sociedade, a partir das transformações sociais e econômicas ao longo da história da humanidade, denominado de “materialismo histórico”. Para ele, o desenvolvimento histórico das forças produtivas realiza-se de maneira antagônica, ou seja, por meio de relações contraditórias entre grupos sociais. A forma de análise da sociedade através das relações antagônicas será o método adotado, com o objetivo de expor e desenvolver as reflexões dessa investigação. Para Ianni (1989, p. 11),

A análise da dialética torna transparente as relações, os processos e as estruturas capitalistas. Opera como uma técnica de desmascaramento, pois que exige a crítica das ideias, conceitos ou representações, sob as quais as pessoas, as classes sociais e as coisas aparecem na consciência e na Ciência.

Dessa forma, o método dialético comporta avaliar o modo conflituoso, dinâmico e, principalmente, contraditório da realidade dos pequenos produtores familiares nos quais mantém uma relação direta com o Estado através de um dos programas que faz parte das políticas públicas de incentivo ao microcrédito – o Agroamigo. O exame dos dados alcançados pela técnica de pesquisa – entrevista semiestruturada – foi o instrumento para a análise científica.

Para responder as questões propostas na presente pesquisa, também foram realizadas pesquisas em fontes teóricas de autores, como Karl Marx, Ricardo Abramovay, Jan Douwe van der Ploeg, Narareth Wanderley, entre outros, que refletiram sobre questões voltadas para a análise da produção, reprodução social e desempenho dos programas de microcrédito para a agricultura familiar, orientando assim nas análises sobre as condições de vida dos pequenos produtores familiares em Lagoa Seca.

Principais atores sociais envolvidos

Optou-se por trabalhar com agricultores familiares do grupo “B” do Pronaf, inseridos no Agroamigo, por serem os mais numerosos e, também os mais pobres, principalmente, na região nordeste. São pequenos produtores familiares que tem dificuldades de acesso ao microcrédito e, também, a um conjunto de políticas públicas dirigidas para obtenção de melhores condições de vida.

Por conta das limitações de tempo e de recursos financeiros, escolhemos Lagoa Seca por ser próxima a cidade onde residimos e também por esse município se destacar pela quantidade de agricultores que se enquadram no perfil esperado para a realização dessa investigação.

Sendo assim, os resultados do trabalho de campo estão organizados em cinco tópicos: perfil dos agricultores, questão da pluriatividade, condições de vida (moradia, alimentação e saúde), aspectos relacionados a produção/consumo e, por último, uma análise sobre a influência do Agroamigo na agricultura familiar de Lagoa Seca.

Amostra da pesquisa

O tamanho da amostra foi estipulado em 14 entrevistas dos beneficiários do Agroamigo em Lagoa Seca dividido em cinco comunidades: Campinote (04), Amaragi (03), Mineiro (03), Almeida (2) e Pai Domingos (2).

Instrumento metodológico da pesquisa

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com aproximadamente 60 perguntas. Este tipo de técnica de pesquisa permitiu atingir um número significativo de pessoas em uma área geográfica muito extensa. Sendo assim, não implicou em maiores gastos financeiros para a realização da pesquisa, já que são comunidades próximas à Campina grande.

Para cada indicador foi elaborado um ou mais quesitos (conforme roteiro de entrevistas no Apêndice), registradas em escalas e, posteriormente, foram codificadas e

tabuladas no procedimento de análises dos dados, utilizando como ferramenta, o *SPSS 15.0 for Windows, Statistical Package for Social Sciences*.¹

Simultaneamente tivemos perguntas abertas para que o entrevistado tivesse um momento de responder sem qualquer tipo de restrição. Para Antônio Gil (2006, p. 113), “a principal vantagem das questões abertas é a de não forçar o respondente a enquadrar sua percepção em alternativas preestabelecidas”. Estivemos visitando essas áreas rurais por alguns dias, na perspectiva de “apresentar também os detalhes e o tom do comportamento, e não o simples esboço dos acontecimentos” (MALINOWSKI, 1984, p. 34). As perguntas abertas foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas para a análise dos resultados do trabalho de campo.

Coleta e análise dos dados

A pesquisa de campo foi realizada durante seis meses, de fevereiro a julho de 2012.

As entrevistas foram gravadas e tratadas da seguinte forma: as respostas fechadas, das entrevistas, foram inseridas e tabuladas no *SPSS 15.0 for Windows*. As entrevistas, com perguntas abertas, foram transcritas e gravadas em *pen drive* garantindo, assim, um arquivamento seguro do material coletado.

Os resultados gerados pelo SPSS possibilitaram o surgimento de diversas tabelas que foram incorporadas nas análises finais da pesquisa. As entrevistas foram inseridas em conjunto com os dados quantitativos para um estudo minucioso dos resultados analisados.

Também utilizamos imagens, através de fotos extraídas na pesquisa de campo, como meio de visualização da realidade dos agricultores do Agroamigo em Lagoa Seca.

Antes da análise do material proveniente das entrevistas e do conseqüente trabalho de campo, iremos realizar uma discussão teórica sobre o surgimento da agricultura no mundo, destacando os pequenos produtores familiares como uma categoria social histórica, em maioria no mundo, que sofrem de uma pobreza extrema e diária.

¹ Um dos mais empregados pacotes de softwares para análise estatística, no qual possibilita transformar as variáveis quantitativas, presentes nos questionários, em códigos e assim, cruzá-los, resultando em respostas sobre o nosso objeto de pesquisa.

CAPÍTULO 1

A AGRICULTURA FAMILIAR E SUA TRADIÇÃO CAMPONESA

No decorrer da história da humanidade, o homem, através das atividades de trabalho, torna-se um ser diferente dos demais animais que compõem a natureza. Somente o homem possui a capacidade de planejar, idealizar e produzir seus próprios meios de existência para atender certas necessidades elementares, as quais necessitam serem produzidas e reproduzidas diariamente como comer, beber, vestir, morar, criar, entre outras.

Nessa perspectiva, temos a reprodução total da vida, não somente material, mas, também, social, cultural e ideológica. Sendo assim, no caso em especial dos agricultores, os processos de produção estão diretamente correlacionados com a sua reprodução social, ao reservar os resultados da sua produção, obtidos através do trabalho direto com a natureza, com o objetivo de garantir a sua sobrevivência, bem como a sua reprodução familiar.

Para melhor compreender essa parte do trabalho, consideramos a agricultura como invenção que surgiu há mais de 10.000 anos, onde até então o homem não precisava domesticar, cultivar e cuidar das plantas e animais para a sua sobrevivência. Depois de 10 milênios do surgimento da agricultura, hoje a maior parte da população ainda trabalha em atividades agrícolas de forma manual, semelhante aos primeiros cultivadores, em meio as grandes possibilidades existentes para a modernização e ampliação da produção no campo.

Nesse contexto, destaca-se que durante um longo período da história da humanidade, as sociedades ditas *primitivas* ou *caçadores e coletores* tinham suas necessidades materiais plenamente satisfeitas, visto que havia a sua disposição, uma abundância material como nunca houve em nenhum outro período do desenvolvimento histórico e econômico da humanidade. Os *caçadores-coletores* supriam facilmente suas vontades, como também de seu grupo, vivendo em um padrão alimentar superior ao idealizado pela dita sociedade moderna. Marshall Shalins (1978, p. 16) salienta algumas particularidades desse tipo de primeira sociedade da abundância, nas quais

As necessidades do povo são facilmente satisfeitas na esfera dos bens não-alimentares. Em parte, tal “abundância material”, depende da facilidade de produção e, em parte, da simplicidade da tecnologia e da democracia da propriedade. Os produtos são rústicos: de pedra, osso, madeira, couro – materiais estes, que “existem em abundância à sua volta”. Como regra, nem a extração de matérias-primas, nem a elaboração envolvem grande esforço. O acesso aos recursos naturais é tipicamente direto – “livre acesso para qualquer um” – mesmo a posse das ferramentas necessárias, sendo em geral, e o conhecimento das habilidades exigidas, comum. A divisão do trabalho é igualmente simples, predominando a divisão do trabalho por sexo.

Esse tipo de sociedade descrita por Shalins é análogo às sociedades apontadas por Émile Durkheim - sociedade do tipo de *solidariedade mecânica*², na qual ele denomina de *horda* a esse tipo de grupo social caracterizado pelas semelhanças de crença, parentesco, linguagem e ideologia. Para Marshall Shalins, essa é *a primeira sociedade da afluência* ou da abundância. Contraditoriamente, mesmo com todo avanço tecnológico, científico e de largas produções de alimentos na sociedade moderna contemporânea, a primeira sociedade da abundância foi – *a sociedade de caça e coleta*, pois as necessidades eram prontamente satisfeitas, enquanto que hoje as vontades e os desejos são grandes, infinitas e ao mesmo tempo limitadas visto que há uma escassez, insuficiência e privação de consumo.

A passagem do paleolítico para o neolítico ou da sociedade *caçadora-coletora* para a de agricultores *primitivos* não permitiu, segundo Shalins (1978, p. 40) que as pessoas tivessem que trabalhar menos. Pelo contrário, “a quantidade de trabalho (*per capita*) aumenta com a evolução da agricultura e decresce a quantidade de descanso”. Para Mithen (2002, p. 352),

Ao contrário do que poderíamos imaginar intuitivamente, cultivar a terra não liberou automaticamente nossos ancestrais da Idade da Pedra de uma vida árdua onde o alimento ou passava da mão à boca (coleta) ou era obtido quando surgia a oportunidade (caça). Na verdade, é bem o contrário. Viver segundo a agricultura é mais sacrificado que a caça e a coleta.

No paleolítico³, as horas das atividades de coleta de alimentos eram em média de 3 horas e 44 minutos para as mulheres e de 3 horas e 50 minutos para os homens por dia. Em outro grupo, citado por Shalins, o tempo médio para a obtenção da comida era de 5 horas diárias.

Consoante essa transformação econômica, mas também social, o surgimento da agricultura no mundo colocou em questão dois movimentos contraditórios: enriquecimento, ao mesmo tempo que empobrecimento, apropriação em relação à natureza e expropriação em relação ao homem. Com o crescimento da civilização, e o conseqüente desenvolvimento técnico-científico, melhorou às condições de vida de uma parte mínima da população ao mesmo tempo em que deixou à maioria dos agricultores ou camponeses, dos séculos XX e XXI, mais “pobres e expropriados” dos meios de produção, como também mais frágeis em

² Durkheim realiza uma reflexão no seu trabalho de tese de doutorado *Da divisão do trabalho social* sobre as relações entre indivíduo, sociedade e função do trabalho, apontando dois tipos de sociedade: uma do tipo mecânica e outra orgânica.

³ McCARTHY e McARTHUR apud SHALINS. *A primeira sociedade da afluência*. (p. 21-22). Tempo médio de obtenção de alimentos em *Fish-Creek e Hemple Bay*.

relação às questões naturais, sociais e econômicas, do que qualquer outra sociedade da era do paleolítico.

Sendo assim, a finalidade da primeira parte desse capítulo é de tentar compreender uma tradição camponesa dentro da agricultura familiar e suas condições de vida e trabalho, na atualidade, a partir das primeiras agriculturas.

1.1. O início das agriculturas

Segundo Mazoyer e Roudart (2010, p. 52), no que se refere ao surgimento da agricultura ou do homem criador,

foi apenas no neolítico – há menos de 10.000 anos – que ele começou a cultivar as plantas e criar animais, que ele mesmo domesticou, introduziu e multiplicou, em todos os tipos de ambiente, transformando, assim, os ecossistemas naturais originais em ecossistemas cultivados, artificializados e explorados por seus cuidados.

Nessa perspectiva, houve diversas transformações sociais, políticas, econômicas, técnicas, ecológicas, geográficas, etc. que levaram o homem a buscar mais recursos para atender as suas necessidades materiais em um meio “natural” limitado. Isso posto, conforme Mazoyer e Roudart (2010, p. 52), “a agricultura humana conquistou o mundo; tornou-se o principal fator de transformação da ecoesfera, e seus ganhos de produção e de produtividade, respectivamente, condicionaram o aumento do número de homens e o desenvolvimento de categorias sociais que não produziam elas próprias sua alimentação”. Portanto, agricultura tornou-se um marco fundamental para o crescimento das cidades e da história da humanidade no que tange em todos os aspectos da vida humana, sejam eles econômicos, políticos ou sociais.

Em *A história das agriculturas no mundo*, os autores destacam dois aspectos importantes para o surgimento/criação da agricultura: o aumento da *valência ecológica* e a evolução da *hominização*. O primeiro termo refere-se “não apenas a faculdade de uma espécie em ocupar os meios variados, mas ainda sua aptidão em povoá-los mais ou menos densamente”, ou seja, a ampliação da valência ecológica requer uma série de transformações do meio onde vive para alargar a capacidade de obtenção de recursos para a população. O segundo termo diz respeito a uma revolução biológica e cultural do homem desde o *Australopitecos* até o *Homo sapiens*, processo esse que “pode ser considerado como o

resultado de uma incessante atividade da espécie para sobreviver, para estender-se e multiplicar-se”, aumentando a valência ecológica.

Nesses processos de mudanças surgiram então as sociedades denominadas de *cultivadores*. O período histórico do neolítico é marcado pelo aparecimento de moradias duráveis, (até então as sociedades caçador-coletoras segundo Shalins (1978, p.38) necessitavam de movimento, eram nômades, “para manter a produção em termos mais vantajosos”) do surgimento da agricultura e da criação de animais e plantas, marcos fundamentais para o desenvolvimento da história das sociedades.

Diferentemente de outros animais, como, por exemplo, das formigas, as quais possuem ferramentas anatômicas e naturais para o seu trabalho, o homem não nasceu agricultor.

Quando ele começou a praticar o cultivo e a criação, ele não encontrou na natureza nenhuma espécie previamente domesticada, mas domesticou um grande número delas. Não dispunha também de instrumentos anatômicos adaptados ao trabalho agrícola, mas os fabricou de todas as maneiras e cada vez mais poderosos. Enfim, nenhum saber inato ou revelado lhe ditava a arte e a maneira de praticar a agricultura, e graças a isso, ele pôde ajustar livremente os sistemas de cultivo e de criação extraordinariamente variados e adaptados aos diferentes meios do planeta, transformando-os de acordo com as suas necessidades e de acordo com as suas ferramentas (MAZOYER E ROUDART, 2010, p.70).

Nessa perspectiva, o começo da agricultura representa para a humanidade a experimentação de grandes transformações sociais, culturas e econômicas de uma forma como nunca ocorreu em nenhum outro momento na história do homem. São transformações materiais que tem consequências com as mudanças sociais. Desde então, temos convivido com diversos antagonismos, entre eles o seguinte: uma pequena parte de indivíduos produzindo alimentos para grande parte da população com técnicas estritamente manuais, enquanto que o agronegócio⁴, utiliza máquinas computadorizadas.

Mazoyer e Roudart (2010) destacam que o fim do paleolítico e o início do neolítico foram marcados pela transição da desagregação do período da predação ou da caça-coleta para a consolidação do período da agricultura. Pois, o homem passou a domar plantas e animais que proporcionaram o surgimento de novas espécies domesticadas. Assim, as sociedades caçadoras-coletoras passaram a praticar a agricultura. Por conseguinte, os centros de origem da agricultura foram identificados, pelos autores supracitados, da seguinte maneira:

⁴ Composto por uma agropecuária moderna baseada em *commodities* voltadas para o mercado.

- o *centro do oriente-próximo*, que se constituiu na Síria-Palestina, e talvez mais amplamente no conjunto do Crescente fértil, entre 10.000 e 9.000 anos antes do presente;
- o *centro centro-americano*, que se estabeleceu no sul do México entre 9.000 e 4.000 anos antes da presente Era;
- o *centro chinês*, que se constituiu, em princípio, há 8.500 anos, no norte da China, nos terraços de solos siltosos (*loess*) do médio rio Amarelo, e depois completou-se estendendo-se para nordeste e sudeste, entre 8.000 e 6.000 anos antes da presente Era;
- o *centro neo-guineense*, que provavelmente teria emergido no coração da Papuásia-Nova Guiné há 10.000 anos antes da presente Era.
- o *centro sul-americano*, que deve ter se desenvolvido nos Andes peruanos ou equatorianos há mais de 6.000 anos antes da presente Era.
- o *centro norte-americano*, que se instalou na bacia do médio Mississipi entre 4.000 e 1.800 anos antes da presente Era.⁵

Como já posto anteriormente, o nascimento da agricultura teve como efeito várias transformações – tanto econômico, técnico, como também, cultural e social. Portanto, o abandono da caça e coleta para a domesticação e criação de animais e plantas acarretaram mudanças na organização social, evidenciadas pelo surgimento e crescimento da população em torno de vilas, com um modo de vida completamente diferentes das vividas anteriormente pelos homens. As revoluções técnicas só puderam se realizar por meio de conjunto de transformações sociais e culturais nas quais, sem elas, seria impossível o desenvolvimento de novas práticas que dessem respaldo para o aparecimento da agricultura em todo o mundo.

Essas revoluções técnicas são descritas por Mazoyer e Roudart (2010, p. 156), da seguinte forma: a *derrubada-queimada* foi a dinâmica pioneira das sociedades agrárias da era neolítica. Esse tipo de procedimento técnico-agrário destruiu “a maior parte dos meios ancestralmente florestados e cultivados do planeta, foi, sem sombra de dúvida, a maior transformação ecológica da história”. Devido ao desmatamento de grandes ecossistemas para fins agrários, exigiram-se do homem novos procedimentos de cultivo, novas técnicas e novas ferramentas. Surgiram então os *sistemas de cultivo sem alqueive*⁶, isto é, o machado e o fogo, até então adotados como instrumentos para desmatar as florestas, foram substituídos por novos equipamentos *manuais* – a *pá* e o *enxada*. Na sequência, nasceram os *sistemas de cultivo com alqueive*, sistema este caracterizado pela utilização do *arado escarificador* no qual é tracionado por animais com o manejo também da força humana. Esta técnica ainda é muito utilizada, nos dias atuais, pelos pequenos produtores familiares. As grandes áreas a

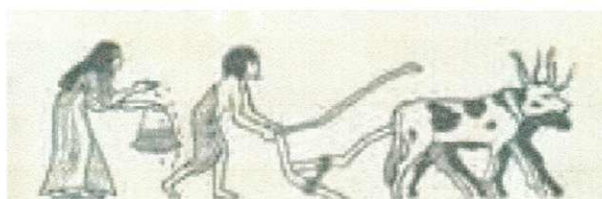
⁵ MAZOYER E ROUDART. *História das agriculturas no mundo*. (p. 101)

⁶ Estado de uma terra lavrada que se deixa descansar.

serem cultivadas, o preparo do solo, requeria um esforço físico e penoso para homem no qual necessitava do arado escarificador para lavrar o solo. Ainda consoante a estes autores,

Na verdade, o arado escarificador, a pá e o enxadão não foram inventados para responder às necessidades dos novos sistemas com alqueive: eles foram tomados emprestados aos sistemas hidroagrícolas da Mesopotâmia, onde estavam em uso há muito tempo, pelos agricultores das regiões vizinhas atingidos pelo desflorestamento. O arado escarificador apareceu, na verdade, na Baixa Mesopotâmia e se espalhou no Oriente Médio no IV milênio a.C. Em seguida, chegou no Nilo, ao entorno mediterrâneo e à Europa, onde sua presença é atestada desde o terceiro milênio, em várias regiões, por meio de gravuras em pedra, modelos em terracota e traços de sulcos excepcionalmente preservados e datados, em sepulturas, por exemplo⁷.

Figura 1 – Arado escarificador com tração humana e animal no IV milênio a. C.



Fonte: Gravura da capa do livro *História das agriculturas no mundo* (2010).

Foto 1 – Arado escarificador com tração humana e animal no século XXI



Fonte: Pesquisa de campo. Sítio Campinote em Lagoa Seca. Foto: Autor do trabalho (2012).

⁷ MAZOYER E ROUDART. *História das agriculturas no mundo*. (p. 258)

Atualmente é muito comum a utilização do arado escarificador por parte dos pequenos produtores familiares, em especial em Lagoa Seca. Na pesquisa de campo encontramos, entre os agricultores visitados, a utilização do arado escarificador manual e, também, o manuseio do arado escarificador com tração humana e animal (Figura 1 e Foto 1). Em muitos casos, o arado é emprestado de algum parente ou vizinho porque muitos não têm esse tipo de equipamento manual. Assim, fica evidente a falta de acesso desses pequenos produtores familiares a um mínimo possível das tecnologias existentes no século XXI para a produção agrícola. Pois, o arado escarificador é uma tecnologia manual bem rudimentar usado no início das primeiras agriculturas.

A partir das primeiras transformações técnicas da agricultura, *derrubada-queimada* e *alqueive com tração leve de animais*, os sistemas agrários passaram por diversas mudanças: *alqueive com tração pesada* no período da Idade Média, *sistemas sem alqueive* na Era Moderna – “a primeira revolução agrícola dos tempos modernos” – que coincide com a primeira Revolução Industrial e o surgimento do sistema capitalista o qual está diretamente relacionado ao surgimento de novas cidades, indústrias e comércio. Nessa etapa de mudanças, ocorre a utilização de adubos produzidos para o enriquecimento dos solos. E por último, a segunda revolução agrícola dos tempos modernos, caracterizada pela *motorização, tecnologia informatizada com o auxílio de máquinas teleguiadas por satélites, mecanização, fertilização mineral, seleção e especialização* das mais diversas atividades agrícolas. Em decorrência dessas transformações, a humanidade passa a produzir alimentos em grandes quantidades, como *valor de troca*, até então nunca obtidos em nenhuma outra era da história da humanidade.

Para Mithen, as origens da agricultura estão correlacionadas com a obtenção de estratégias de poder. A habilidade de criar ferramentas e domesticar animais não foi ocasionada apenas para a satisfação nutricional e de vida, mas como *fonte de poder*. Logo, segundo Mithen (2002, p. 359),

Embora o plantio sedentário possa representar um modo de vida de qualidade inferior se comparado à vida nômade dos caçadores-coletores, ele proporciona a determinados indivíduos oportunidades para assegurar controle e poder social. Conseqüentemente, se utilizarmos o pensamento darwinista particular de focar o indivíduo em vez de grupo, podemos realmente conceber a agricultura como apenas mais uma estratégia por meio da qual alguns indivíduos ganham e mantêm o poder.

Apesar de todas as mudanças ocorridas e da modernização da agricultura no mundo, via revoluções agrícolas e crescimento da produção, potencializadas com o surgimento do

sistema capitalista caracterizado pelo “progresso” – comercial, industrial, agrícola – os agricultores familiares permanecem produzindo, em sua grande maioria, de maneira “manual e arcaica” e representam a maior parte do setor agrícola não só no Brasil, como também em diversos países da Europa.

Consoante a essa contradição, como podemos identificar uma agricultura familiar de tradição camponesa no contexto social e econômico contemporâneo? Em *Formações econômicas pré-capitalistas*, o autor discorre as etapas sucessórias dos modos de produção⁸ para a consolidação do modo de produção capitalista. Segundo Marx (1985, p. 66), “a vida nômade é a primeira forma de sobrevivência, na qual a tribo não se estabelece em lugar fixo, aproveitando, antes, o que encontra no local e indo adiante”. Posteriormente surge a comunidade tribal ou a horda na qual “a terra é o grande laboratório, o arsenal que proporciona tanto os meios e objetos do trabalho como a localização, a base da comunidade” (MARX, 1985, p. 67). De fato, podemos assinalar que o segundo momento de transformação social e econômica, na qual a terra passa a ser o “laboratório natural do homem”, gerou a primeira forma do *ethos* camponês – ou seja, uma configuração do modo de vida do pequeno produtor do campo, numa relação simbiótica entre o homem ou a família, a terra ou a natureza e o trabalho, sem lógica acumulativa (de valor de troca), mas uma apropriação dos meios de produção (tanto como valor de uso como também valor de troca) ao reverter os resultados da sua produção (excedentes da produção: valor de troca) para a sua manutenção (valor de uso) de sua família.

Para Marx (1985, p. 77) “em todas estas formas, nas quais a propriedade da terra e a agricultura constituem a base da ordem econômica e, conseqüentemente, o objetivo econômico é a produção de valores de uso, isto é, a reprodução dos indivíduos em determinadas relações com a sua comunidade”. Neste sentido, a riqueza, o valor de troca, não é o objetivo da unidade familiar agrícola. Ainda segundo esse autor,

Na economia política burguesa – e na época de produção que lhe corresponde – este completo desenvolvimento das potencialidades humanas aparece como uma total alienação, como destruição de todos os objetivos unilaterais determinados como sacrifício do fim em si mesmo em proveito de forças que lhe são externas. Por isto, de certo modo, o mundo aparentemente infantil dos antigos mostra-se superior; e é assim, pois, na medida em que buscamos contornos fechados, forma e limitação estabelecida. Os antigos proporcionavam satisfação limitada, enquanto que o mundo moderno deixa-nos insatisfeitos ou, quando parece satisfeito consigo mesmo, é vulgar e mesquinho.

⁸ Primitivo, escravista, feudal, pré-capitalista e capitalista-industrial.

Wolf (1970, p.14) salienta que, “o camponês entretanto não realiza um empreendimento no sentido econômico, ele sustenta uma família e não uma empresa”.⁹ Todavia, depois de satisfeitas as necessidades primeiras da sobrevivência da sua família, o agricultor comercializa o restante de sua produção, para dessa forma obter algum tipo de “lucro” que possa ser investido em novas produções. Assim, os agricultores, ao mesmo tempo em que se reproduzem, criam novas estratégias como formas de “resistência” na luta pela sua autonomia.

O trabalho na agricultura ao mesmo tempo em que é mobilizado para atender às necessidades do mercado, também se consiste como uma *arte* ou um *hobby*. Ploeg (2008, p. 44-45) destaca que “mesmo em sociedades altamente modernizadas (“secularizadas”), tais como a holandesa, especialmente no setor agrícola, onde aparentemente apenas são permitidos argumentos econômicos (do tipo neoclássico), a maioria dos agricultores descreve cuidadosamente aquilo a que chama o seu “hobby””. Portanto, o trabalho no campo é fonte de realização e orgulho no qual nenhuma outra forma de trabalho seria capaz de proporcionar satisfação para o homem do campo.

No que diz respeito à comparação da produtividade do pequeno e do grande produtor agrícola, segundo Mazoyer e Roudart (2010, p. 492), “a relação de produtividade entre a agricultura manual menos produtiva do mundo e a agricultura motorizada mais produtiva é hoje da ordem de 1 para 500!”. Sendo assim, “ainda hoje, mais de 80% dos agricultores da África e de 40% a 60% dos agricultores da Ásia e da América Latina continuam a trabalhar com um equipamento estritamente manual”. Esses fatos foram constatados na presente pesquisa, pois, a maioria dos agricultores familiares não possuem ferramentas e nem quantidade de terras que proporcionem melhores índices de produção.

Ainda dentro das contradições existentes no setor agrícola, temos, então, no século XXI, uma agricultura caracterizada basicamente por dois polos: de um lado uma agricultura moderna, com alta tecnologia, produzindo na ordem de 500 t por trabalhador, e do outro lado, uma agricultura sem equipamentos adequados para a produção com a capacidade de produção na ordem de 1 t por trabalhador (MAZOYER e ROUDART, 2010). De fato, existe uma série de circunstâncias técnicas e financeiras nas quais prejudicam ainda mais às condições de vida dos pequenos produtores familiares da atualidade.

⁹ WOLF. *Sociedades camponesas*. (p. 14)

Nessa situação temos um claro contexto de contradição: por um lado uma motomecanização computadorizada para uma pequena parcela dos grandes produtores agrícolas e por outro lado uma agricultura de subsistência com técnicas praticamente manuais.

No caso do Brasil, os pequenos produtores familiares representam mais da metade da agricultura familiar, em especial, na região nordeste. Assim, devido a elevação dos ganhos de produtividade na agroindústria, os preços dos alimentos baixaram, deixando o pequeno produtor com baixos níveis de renda diante da sua pequena produtividade e da falta de meios para produzir no mesmo patamar com as grandes agroindústrias.

Portanto, mesmo com todas as transformações econômicas e sociais decorridas principalmente da revolução agrícola, estes atores sociais permanecem resistindo em face das muitas dificuldades existentes.

1.2. Características fundamentais da condição camponesa na agricultura familiar

Mas, afinal, quem são esses pequenos produtores familiares no contexto atual? Enfim, qual a condição desses atores sociais em pleno século XXI?

Teremos como ponto central, nessa discussão, uma definição teórica da condição camponesa, proposta pelo autor Jan Douwe van der Ploeg na sua obra *Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Ploeg (2008, p. 40) destaca as particularidades básicas da condição camponesa da seguinte forma:

(1) A luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações.

Podemos, então, considerar que o agricultor destina a sua produção e renda, obtida através do seu trabalho, na relação direta com a natureza, não somente para a própria existência, mas também para a reprodução de sua família, numa luta pela sua autonomia

diante de um cenário global de exclusão social. Isto é, busca-se a manutenção e a subsistência da reprodução social de sua família. Com relação a este campesinato, no que diz respeito a sua integração ao mercado e ao sistema bancário, essa conjuntura não significa uma “decomposição” (WANDERLEY, 2003, p. 43) ou processos de subordinação destes atores sociais às novas formas do capital no campo. Esse novo contexto social, econômico e político da agricultura familiar, permite a criação de novas formas na luta pela autonomia em um contexto global marcado por elevados índices de produtividade e novas tecnologias do agronegócio.

Para Ploeg (2008, p. 40), a co-produção é um dos meios mais importantes para o campesinato na luta pela sua autonomia. A definição de co-produção pode ser entendida como “à interação e transformação mútua constantes entre o homem e a natureza viva” que são modificados constantemente e expressos da seguinte maneira:

A agricultura, a criação de animais, a horticultura, a silvicultura, a caça e a pesca, e também a transformação posterior dos produtos obtidos em outros produtos mais elaborados (por exemplo, a transformação de excrementos e palha em estrume, de leite em queijo e de carne em presunto), bem como fenômenos recentes, como o turismo rural, são expressões da co-produção.¹⁰

Essas novas dinâmicas no campo geram uma melhora no processo de produção, proporcionando, assim, o aumento da autonomia camponesa com relação ao mundo exterior. Segundo Graziano da Silva e Grossi (2004, p. 165), “o espaço rural vem passando por profundas transformações, quer seja no avanço da modernização agrícola, quer no avanço de novas atividades no seu interior”. Ainda de acordo com esses autores, essas mudanças decorrem por conta de duas transformações no meio rural – A primeira, pela “nova divisão do trabalho no interior das unidades familiares, liberando alguns membros das famílias para se ocuparem em outras atividades, alheias a sua unidade produtiva”. A segunda transformação ocorre porque “os membros da família que já conduziam individualmente a atividade agrícola têm o seu tempo reduzido, de tal sorte a possibilitar a combinação da produção agrícola na sua unidade com outra atividade externa, agrícola ou não”. Diante desses fatos, o papel da pluriatividade é de suma importância para o processo da autonomia camponesa, por proporcionar *fundos/rendas* (Wolf, 1970) que permitem aos pequenos produtores familiares a aquisição, por exemplo, de ferramentas para atividade no campo e também de aquisição de

¹⁰ PLOEG. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização* (p. 40)

alimentos para a própria família.

Deve-se esclarecer que o termo *pluriatividade* está relacionado, segundo Schneider (2007, p. 2),

A um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção. Esta interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas tende a ser mais intensa quanto mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados. A forma de exercício da pluriatividade é heterogênea e diversificada e está ligada, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, a sua variabilidade, que dependerá das características do território em que estiver inserida. Acredita-se que através da pluriatividade os agricultores familiares possam estabelecer iniciativas de diversificação das suas ocupações interna e externamente à unidade de produção assim como aumentar as fontes e as formas de acesso a rendas.

Portanto, a pluriatividade promove estratégias para a *autonomia camponesa* ampliando as oportunidades de diversificação de emprego e renda das famílias rurais. Sendo assim, a pluriatividade desempenha um importante papel na promoção do desenvolvimento e manutenção da agricultura familiar. Schneider (2007, p. 8) ainda destaca o que a pluriatividade pode significar: 1- Elevar a renda familiar no meio rural; 2- Estabilizar a renda e reduzir a sazonalidade dos ingressos; 3- Diversificar as fontes de ingresso; 4- contribuir na geração de emprego no espaço rural; 5- Gerar externalidades, diversificar a economia local e desenvolver os territórios rurais; 6- Reduzir as migrações campo-cidade; 7- Estimular mudanças nas relações de poder e gênero; 8- Apoiar a multifuncionalidade do meio rural. Wanderley considera que (2003, p. 52),

Para alguns autores, a pluriatividade corresponde a um processo gradual, cujo desfecho é o abandono das atividades agrícolas – ou a perda relativa de sua importância para a reprodução das famílias – e a passagem, também gradual, do meio rural para o meio urbano. Do meu ponto de vista, tal desfecho não é inexorável e o processo pode ser entendido num sentido inverso: a pluriatividade seria, neste caso, uma estratégia da família, com a finalidade de – diversificando suas atividades, fora do estabelecimento – assegurar a reprodução desse e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família.

E ainda, Ploeg (2008, p. 49) chama a atenção para a existência de uma diferença estratégica no que diz respeito ao papel da pluriatividade, destacando que

quando as sementes, fertilizantes, etc, foram pagos com dinheiro ganho em outro lugar, eles foram de fato “pagos”. Esses insumos são comprados como mercadorias, mas entram no processo de produção da unidade agrícola como valores de uso. Eles não devem ser mais valorizados em termos de valor de troca. A história social particular destes recursos confere ao camponês a *liberdade para fazer* com eles o

que melhor entender (ele pode emprestá-los a um vizinho ou vendê-los de novo para pagar a conta do hospital da mulher).

Para Wolf (1970, p. 24), “o campesinato sempre existe dentro de um sistema maior”, no qual ele não é auto-suficiente para obter algumas “mercadorias e serviços”, fazendo com que o agricultor tenha que produzir “excedentes” visando o custeamento para além da sua alimentação e do nível calórico mínimo. No que diz respeito aos excedentes, esse autor denomina de “fundo cerimonial” ou “fundo de aluguel”. Wolf (1970, p. 20) coloca que esse fundo é usado para despesas com cerimoniais, quer dizer, “em todos os lugares onde houver a necessidade de se estabelecer e manter um fundo cerimonial, este resultará na produção de excedentes acima do fundo de manutenção discutido”. O camponês aumenta a sua produção, ou as atividades de co-produção (Ploeg) para adquirir produtos fora do seu sítio, mas numa constante busca e autoafirmação de autonomia. Para esses pequenos produtores familiares, na perspectiva de Gomes da Silva (2002, p. 15), deve-se “oferecer a criação de um mercado de atividades não-agrícolas no meio rural, ligadas à moradia, ao lazer, às atividades agroindustriais, etc”. Conforme Ploeg (2008, p. 49),

na maioria das vezes, a pluriatividade é uma forma de suplemento da renda, mas muitas vezes ela serve também para obter fundos que permitem aos camponeses investir na compra de combustível, bombas de irrigação, sementes, fertilizantes, bois, tratores e/ou na alimentação da família.

Essas relações do camponês com o mercado são formas que permitem a sua independência, e é, segundo Van der Ploeg, um elemento definidor da condição camponesa. Para esse autor,

Estas relações são parte de um conjunto mais amplo de relações que ligam o campesinato ao mundo exterior, o qual é estruturado pelos camponeses de forma a permitir o máximo de flexibilidade, mobilidade e capacidade de escapar ao controle. As relações externas são orientadas de modo a permitir a contração ou expansão nos momentos apropriados e as armadilhas são evitadas ao máximo. As relações com o mundo exterior – seja com mercados, agências de mercado, autoridades políticas, bandidos ou padres – são construídas, mantidas e alteradas de acordo com os repertórios culturais locais (ou economias morais) que se centram na questão da desconfiança e, conseqüentemente, levam à construção de autonomia.¹¹

¹¹ PLOEG. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização* (p. 43)

As referidas interações do pequeno agricultor ou camponês com mercado acabam gerando uma dificuldade no que diz respeito à definição conceitual sobre a *agricultura familiar*. Por um lado, o debate teórico acadêmico converge para a modernização ou capitalização da agricultura provocando, assim, a sua “decomposição” ou “descampenização” do agricultor. Nestas últimas décadas a modernização da agricultura proporcionou grandes saltos para o desenvolvimento no campo. Neste sentido, segundo Wanderley (2003, p. 43),

No entanto, parece evidente que a imposição deste patamar não significou a implantação de uma forma social de produção única e homogeneizada, representada pelo modelo empresarial e do tipo industrial. Se estamos hoje, discutindo o significado da agricultura familiar neste novo contexto da integração da agricultura e do meio rural é porque esta outra forma social de produção ocupa um lugar importante no cenário atual da economia e da sociedade brasileira.

Para Nazareth Wanderley (2003), o entendimento da densidade, da diversidade e da heterogeneidade da agricultura familiar/camponês ocorre com a união de duas características distintas, mas complementares, de rupturas e continuidades.

No tópico seguinte, iremos realizar uma revisão das definições teóricas sobre a agricultura familiar/camponesa.

1.3. Pequenos produtores familiares

A agricultura familiar *tradicional* ou camponesa existente no século XXI, não deve ser definida como uma sociedade à parte e isolada do mercado. Nazareth (2003, p. 45) destaca que

as sociedades camponesas se definem, precisamente, pelo fato de manterem com a chamada “sociedade englobante” laços de interação, dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis. Dessa forma, o processo de transformação do camponês não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão de mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade.

Nesse sentido, os conceitos agricultura familiar e camponês têm sido discutidos, aponta Nazareth Wanderley (2003), em torno de duas questões: a primeira coloca o agricultor como “um ator social da agricultura moderna”, atendendo as exigências do mercado global capitalista, passando a ser visto, como um empresário. A segunda destaca o agricultor, em oposição à primeira questão, como incapaz de assimilar as “requisições” do mercado,

permanecendo um camponês na sua forma “tradicional”. Portanto, nessas últimas décadas, considerando os processos de mudanças na forma de produzir dos agricultores, nas quais tem como consequências transformações na vida social, Nazareth Wanderley (2003) defende a seguinte hipótese sobre a atual conjuntura da agricultura familiar: “mais do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar “moderno”, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre essas duas categorias sociais”.¹² No dicionário, a palavra “ruptura” expressa o “ato ou efeito de romper, interrupção, rompimento”. Para “continuidade”, “aquilo que é contínuo, que não cessa, ininterrupto, sucessivo”.¹³

Para Ploeg (2008, p.34), “a maioria dos grupos agrários de hoje são construídos por uma “mistura” confusa e altamente diversificada de diferentes modos de fazer agricultura”. Dessa maneira, para muitos estudiosos, o campesinato é entendido como portador de uma situação de tradição, de isolamento e de exclusão. Por outro lado, a agricultura familiar é caracterizada pela inserção destes produtores na economia de mercado capitalista. No entanto, para Wanderley (2003), os conceitos – campesinato e agricultura familiar – têm características distintas, porém complementares, não sendo antagônicas, mas uma imbricada na outra.

Todas essas transformações sociais da agricultura familiar colocam estes pequenos produtores em relações articuladas com o universo capitalista “moderno”. No entanto, devemos considerar que (Jollivet apud Wanderley, 2003, p. 47) “no agricultor familiar há um camponês adormecido”, no qual, mesmo adaptando-se ao mercado, existe sempre uma tradição camponesa, um modo peculiar de vida camponesa.

Nessa perspectiva, os ajustamentos dos agricultores familiares ao sistema capitalista é uma forma de resistência e luta pela sua autonomia da reprodução do campesinato tradicional. Wanderley (2003, p. 48) considera que a agricultura familiar,

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de uma lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. Esse agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês (o camponês “adormecido” de que falava Jollivet) na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata da decisão.

¹² WANDERLEY. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades*. (p. 47)

¹³ Dicionário Brasileiro Globo.

No que diz respeito ao atual contexto social e econômico dos pequenos produtores familiares, Shanin (1980, p. 58) destaca que a importância da agricultura familiar está relacionada ao fato de que

eles servem ao desenvolvimento capitalista em um sentido menos direto, um tipo de acumulação primitiva permanente, oferecendo mão-de-obra barata, alimentação barata e mercados para bens que geram lucros. Eles produzem, ainda, saudáveis e tolos soldados, policiais, criadas, cozinheiras e prostitutas; o sistema pode sempre fazer algo mais de cada um deles.

Nessa perspectiva, Eric Wolf (1970, p. 16) destaca que

os camponeses, no entanto, são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivaram a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços.

Percebe-se nestas passagens de Shanin e Wolf, a condição de dependência dos agricultores diante do sistema capitalista. Para Jan Douwe Van der Ploeg (2008), a posição “subordinada” é nítida na concepção de Shanin cujo entendimento é incompleto. Para Long “a condição de agente atribuí ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e de conceber formas de lidar com a vida, mesmo sob formas de coerção extremas”¹⁴.

Desse modo, compreende-se que, mesmo com os agricultores familiares inseridos na economia e mercado capitalista, esses produtores agrícolas permanecem com características peculiares do modo de vida no campo, ou seja, com uma produção de caráter familiar com tradição camponesa.

No que se refere à atribuição conceitual sobre a agricultura familiar, no Brasil, esta categoria, segundo Zander Navarro (2010), ingressou na agenda política nacional a partir dos anos de 1990. Anteriormente, os estabelecimentos familiares eram chamados de *minifundiários*, *pequenos produtores*, *agricultores de subsistência* ou *agricultores de baixa renda*. Para a designação de *camponeses*, este termo foi utilizado na pesquisa social, principalmente através de pesquisadores sociólogos de tradição marxista. Este mesmo autor lembra ainda que expressões regionais como *lavradores*, no Nordeste, e *colonos* na região sul, também fazem parte da história da agricultura familiar.

¹⁴ LONG apud PLOEG. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. (p.38)

Aquino e Schneider (2010) colocam que embora o termo agricultura familiar no Brasil seja relativamente recente, este representa a aproximação entre “trabalho, produção e unidade doméstica” e constitui como uma “categoria reconhecida econômica e politicamente”. A partir do Pronaf, a agricultura familiar brasileira passou a ganhar destaque tanto pelos resultados do programa de crédito rural, quanto nos meios acadêmicos através do aumento de estudos e pesquisas sobre o mundo rural.

A partir do Censo Agropecuário de 2006, o IBGE passou a utilizar uma nova metodologia na categorização dos produtores em “familiar” e “não familiar”, com base nos rendimentos anuais e na utilização ou não de mão de obra assalariada (Lei nº 11.326). No entanto, este tipo de procedimento adotado, não é capaz de dimensionar a heterogeneidade e a diversidade da agricultura familiar no Brasil. Esta tipologia acaba limitando uma categoria social tão abrangente e diversificada que é o universo da agricultura familiar brasileira.

Para Wanderley (2003, p.55-59), “os agricultores familiares no Brasil, em sua grande maioria, têm uma história camponesa”. Ainda segundo essa autora, deve-se reconhecer a enorme diversidade da agricultura familiar, pois, “o fio condutor dessa formulação deve ser, não a diferença entre categorias de renda observadas em um determinado momento entre os agricultores, mas a já referida capacidade de resistência e de adaptação às transformações mais gerais da sociedade”. Nesses atores sociais, inseridos em um novo contexto político, social e econômico, encontramos tanto elementos da agricultura familiar moderna como também uma tradição histórica camponesa caracterizada pela co-produção entre o homem e a natureza viva (Ploeg) interagindo com o mercado.

Henry Bernstein analisa as condições conceituais usadas para interpretar esse universo social heterogêneo. Segundo o referido autor,

Termos como ‘camponês’, produtor ‘pequeno’ ou ‘de menor escala’ e ‘agricultor familiar’ são frequentemente usados indistintamente, de tal forma que facilmente confundem. Não se trata de um tema semântico, mas tem importantes facetas e diferenças analíticas. O termo “camponês” usualmente significa uma agricultura doméstica organizada para a reprodução simples, especialmente para produzir a sua própria alimentação (subsistência). Frequentemente agregada a esta definição básica existem qualidades presumidas, como solidariedade, reciprocidade e o igualitarismo da comunidade rural e o compromisso com valores de uma forma de vida fundada na unidade doméstica, comunidade, parentesco e localidade. Muitas definições e usos do termo ‘camponeses’ (e produtores ‘pequenos’ e ‘de menor escala’) incorporam um forte elemento normativo e de propósito: ‘estar ao lado dos camponeses’ [...] contra todas as forças que destruíram ou enfraqueceram os camponeses na construção do mundo moderno. Na minha opinião, os termos ‘camponês’ e ‘campesinato’ deveriam ser melhor restringidos ao uso analítico e não normativo e para dois tipos de circunstâncias históricas: sociedades pré-capitalistas, ocupadas principalmente por produtores familiares de pequena escala e processos de transição para o capitalismo. Com o desenvolvimento do capitalismo, a natureza social da agricultura de pequena escala se modifica. Primeiramente, os ‘camponeses’

se tornam pequenos produtores de mercadorias, os quais precisam produzir a sua subsistência através da integração a uma mais ampla divisão do trabalho e dos mercados. Esta 'mercantilização da subsistência' é uma dinâmica central no desenvolvimento do capitalismo [...] Em segundo lugar, os pequenos produtores de mercadorias são sujeitos a uma diferenciação de classe [...] Sugiro que resultante do processo de formação das classes [rurais] não existe uma única 'classe' de 'camponeses' ou de 'agricultores familiares', mas existe, antes, classes diferenciadas de produtores capitalistas de pequena escala, pequenos produtores de mercadorias relativamente bem sucedidos e trabalhadores assalariados [...] o termo 'agricultura familiar' frequentemente superpõe estabelecimentos rurais que são de propriedade da família, sob a administração da família e com o trabalho sendo da família. Algumas 'propriedades familiares' combinam todas essas características, mas outras não [...] Em face de tal diversidade e contradições e lutas que produzem-nas, é difícil aderir a uma noção de produtores – sejam eles descritos como 'camponeses', 'agricultores familiares' ou 'pequenos produtores' – como uma única classe e, além disto, constituindo-se como classe através de alguma relação social comum com o capital.¹⁵

Nessa perspectiva, o termo “camponês” se refere a um momento histórico na Europa quando houve uma ruptura dos trabalhadores do campo com o sistema feudal. No que se refere a expressão “agricultura familiar” ou *family farming*, esta corresponde a um contexto histórico nos Estados Unidos no qual

Aqueles colonos, inicialmente ingleses, transformados em produtores rurais, foram depois identificados como farmers, os quais, gradualmente, foram sendo integrados a múltiplos mercados e se articulando mais intensamente à vida econômica. Esse processo se acelerou no período seguinte à independência americana, com a ampliação das correntes migratórias de origem europeia.

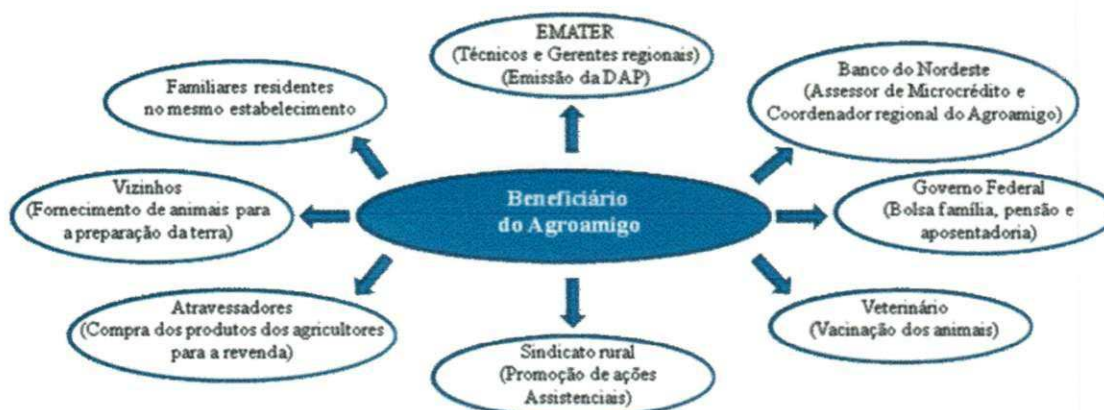
No caso brasileiro, com introdução do Pronaf, tivemos a divisão dos produtores agrícolas em cinco grupos: A, B, C, D e E. Essa separação leva em conta apenas alguns critérios básicos os quais não dão conta da diversidade social e heterogeneidade dos agricultores familiares no Brasil. Entre os critérios adotados para a diferenciação, temos os agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária – INCRA, a renda obtida com a produção agrícola e uso ou não de empregados.

Para o caso dos agricultores familiares de Lagoa Seca analisados nessa pesquisa, sugiro a seguinte denominação – “Pequenos produtores familiares”. Não criamos e nem pretendemos criar algo novo ou de complexidade de forma genérica, mas, uma tentativa de interpretação mais acurada da experiência de campo na qual tivemos com os beneficiários do programa de microcrédito Agroamigo no município de Lagoa Seca.

¹⁵ BERNSTEIN apud NAVARRO. *Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar*. (p. 139-140)

Na figura 2, temos uma síntese do ambiente institucional (BASTOS, 2006) do pequeno produtor familiar em foco nessa pesquisa. Não pretendemos elencar a sequência do grau de importância desses atores e instituições com o beneficiário do Agroamigo. Mas, esse pequeno produtor familiar ao mesmo tempo em que mantém um estabelecimento de cunho familiar, ele também se articula com outros vínculos sociais fundamentais para a sua reprodução nesse novo contexto, sejam eles os assessores/coordenadores do Agroamigo e os técnicos da Emater. Esse novo contexto social mantém também as antigas relações com a família.

Figura 2 – Ambiente institucional do pequeno produtor familiar beneficiário do Agroamigo em Lagoa Seca



Fonte: Elaborado pelo autor (2012).

CAPÍTULO 2

MICROCRÉDITO RURAL: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PEQUENO PRODUTOR FAMILIAR

Desde o início da formação econômica brasileira, a agricultura tem sido amparada pela intervenção direta do Estado marcada pelas formulações de políticas públicas as quais proporcionaram o “desenvolvimento” do setor agrário. No entanto, observa-se, que ocorreu no decorrer da história da agricultura do país, um crescimento econômico na maior parte do território nacional no qual beneficiou a menor parte dos produtores agrícolas, ou seja, o agronegócio, os grandes empresários desse setor. Além do mais, essas políticas públicas, da gênese da agricultura brasileira, deixaram à margem milhares de pequenos produtores

familiares. Isto quer dizer que, atualmente, o país conta com um expressivo contingente de pequenos produtores familiares em uma extrema linha de pobreza, acompanhado pela falta de investimentos que garantam o mínimo de condições de sobrevivência.

2.1. Políticas públicas para a agricultura no Brasil

No caso do Brasil, o Estado sempre se fez presente para o fortalecimento da agroindústria, deixando a grande população agrícola, pobre, vivendo fora dos investimentos e processos de modernização agrícola. Bastos (2006, p. 29) destaca que

A agricultura no Brasil é preta de intervenção estatal. Isso porque foi sempre muito relevante para a economia brasileira, mormente pelo papel que têm exercido os produtos de exportação na receita cambial, indispensável para que o país realize suas trocas comerciais. Assim foi durante o período colonial, quando o açúcar representou o principal referencial de comércio; em meados do século XIX e durante as quatro primeiras décadas da República, principalmente quando o café assumiu com vantagem esse papel de suporte de trocas; e, mais recentemente, quando novos produtos *in natura* e beneficiados, como a soja, a celulose e o suco de laranja, vieram assumir essa função. Nesse interim, outros produtos agrícolas, cada um no seu tempo, tiveram também seu ciclo de glória no comércio internacional, a saber: o algodão, na década de 1860, quando chegou a representar 17,7% das exportações; a borracha, por decorrência do crescimento da indústria automobilística, com seu *boom* no período 1900-1909, quando teve participação expressiva na balança comercial brasileira (25,6%); e o cacau, no período 1946-1964, quando representou, em média, 4,6% do total exportado.

Essas políticas públicas vieram a fortalecer o setor agropecuário, deixando de lado os pequenos produtores familiares, os quais não possuem nenhum tipo de aparato estatal para a abertura de novas possibilidades de produção no meio do setor da pequena agricultura familiar. Por conta desse processo de intervenções públicas diretamente correlacionadas com os interesses da minoria do segmento da agricultura exportadora, Bastos (2006, p. 40) diz que

Paralelamente a essa moderna produção, estão multiplicando-se os produtores, na maioria pequenos, não inseridos nas cadeias de beneficiamento e de comercialização, os quais, adicionados aos desempregados, somam milhões de famílias rurais sobrevivendo principalmente de políticas públicas compensatórias e da previdência social. Esse empobrecimento da maior parte da população brasileira, embora tenha sua origem na formação política e socioeconômica do país, agravou-se acentuadamente durante a fase mais intensiva da modernização, na qual o Estado teve um papel determinante.

E ainda para esse mesmo autor,

As frustrações da maioria da população rural, com respeito a intervenções públicas dessa ordem, reforçam ideias como as de Putnam (1996), segundo as quais os grupos sociais prejudicados com a implementação dessas políticas tendem a construir trajetória de resistência a novas ações públicas, privilegiando a falta de cooperação e de reciprocidade, além de fuga de regras de jogo que possam induzir a quaisquer mudanças significativas.

De fato, se analisarmos os investimentos do Estado na agricultura, a maior parte dos estabelecimentos agrícolas familiares não obtiveram nenhum tipo de recurso financeiro ou de crédito, o que indica que as políticas públicas no Brasil sempre foram voltadas para atender a menor parte desses produtores, nos quais recebem a maior parte dos recursos. Conforme Aquino (2001, p. 13),

Apesar da representatividade numérica do Grupo “B” na agricultura familiar brasileira, esta categoria de produtores tem apresentado uma baixa participação na distribuição do crédito do PRONAF. [...], em 2006, o Grupo “B” recebeu apenas 7,27% dos recursos do PRONAF no Brasil. Em contrapartida, os grupos “D” e “E”, que representam uma parcela minoritária do público potencial do PRONAF [...], acessaram nada menos que 56% do crédito ofertado em condições especiais pelo programa. Estes dados revelam que o PRONAF, ao invés de diminuir as desigualdades sociais, pode está levando a um acirramento delas no seio da grande categoria de agricultores familiares brasileiros. É importante sublinhar que o quadro de desigualdades [...] não é um caso atípico. Analisando a trajetória do PRONAF durante os seus primeiros 12 anos de existência (1996 a 2008), percebemos claramente que esse programa apresenta uma tendência concentradora de renda ao privilegiar as categorias de agricultores familiares mais capitalizados e as regiões mais ricas do país na aplicação do crédito rural.

Nesse contexto, há uma dívida social histórica para com os pequenos produtores familiares, os quais são desprovidos de qualquer forma de incentivo efetivo que vise à supressão da pobreza, miséria e desemprego de uma população historicamente afastada dos recursos provenientes das políticas públicas.

2.2. Microcrédito para os agricultores familiares do Pronaf B

Até meado dos anos 80 do último século, faltava um sistema de política pública que proporcionasse a geração de emprego e renda para as populações que viviam em situação de pobreza, principalmente daqueles provenientes da agricultura familiar. Portanto, desembocou o desafio, tanto para o Estado, como também, para sociedade em geral, a construção de um

conjunto de organizações que atendessem essas populações que estão vivendo, em situação de pobreza, miséria e precárias condições de vida no meio rural.

No que diz respeito ao desenvolvimento das políticas públicas no Brasil e sua inserção no meio rural, a partir das últimas duas décadas do século XX, observa-se, no Brasil, o incremento de diversas políticas públicas com o objetivo de gerar emprego e renda principalmente para a população que sempre esteve à margem do mercado de trabalho. Sendo assim, Costanzi e Passos (2002, p. 47) destacam o surgimento do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), do Planfor (Plano Nacional de Qualificação Profissional) e do Sine (Sistema Nacional de Emprego) e, em especial, para os produtores agrícolas, em 1995, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). A criação desses programas alavancou o desenvolvimento de diversos outros programas que proporcionaram diversas mudanças na renda das populações mais carentes. Conforme os autores supracitados, desde 1995 foram criados diversos programas como o Proger Urbano e Rural, Pronaf, Proemprego, Protrabalho, PCPP, FAT-Habitação, FAT-Empreendedor Popular e o Finep. Esses programas, segundo Costanzi e Passos (2002, p. 47), “propiciaram, no seu conjunto, a realização de 4 milhões de operações de crédito no valor global de R\$ 27,4 bilhões no período de 1995-2001”. Sendo assim, são programas que visam melhorar as condições de vida da população de baixa renda no país.

Para os agricultores familiares, um dos principais programas de geração de emprego e renda é o Pronaf, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Costanzi e Passos (2002, p.52), destacam que “no período de 1995 a 2001, foram realizados 2,8 milhões de operações de crédito no valor total dos empréstimos de cerca de R\$ 8 bilhões, no que diz respeito àquelas operações realizadas com recursos do FAT”. Vale salientar que o MDA também entra com recursos para o desenvolvimento do Pronaf, principalmente na parte de infraestrutura.

Para Gomes da Silva (2008, p. 17),

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – se consolida como o mais importante instrumento de apoio aos produtores rurais, principalmente aqueles mais pobres que, historicamente, por diferentes motivos e condicionamentos, foram excluídos ou, quando muito, apenas tangencialmente foram contemplados pelas políticas agrícolas, mais especificamente a política de crédito rural.

Para Bastos (2006, p. 64),

Esse programa nasceu da luta histórica dos sindicatos rurais e de suas representações em nível estadual e nacional, recebendo, ainda, o apoio decisivo de instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujas pressões sobre o governo brasileiro foram mais importantes para o desfecho que o acúmulo de sucessivas experiências frustradas por parte dos trabalhadores.

Magalhães e Abramovay (2006, p. 1) destacam que

A característica fundamental do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Pronaf, é que procura interferir na matriz da distribuição de renda por meio da ampliação do acesso ao crédito formal a populações que a ele até então não tinham acesso. O crédito abre caminho a que populações vivendo em situação de pobreza participem de mercados de que estavam excluídas.

Mesmo com a abertura de crédito mais fácil para os agricultores familiares, o Pronaf propiciou uma grave contradição. Segundo Magalhães e Abramovay (2006, p.2),

o crédito é um fator importante de geração de renda, amplia as possibilidades produtivas das famílias, permite-lhes estabilizar seus fluxos de entrada e enfrentar contratempos. Ao mesmo tempo, porém, os agricultores tendem a manter seus vínculos a mercados pouco propícios à valorização de seu trabalho, não inovam suas atividades e o próprio perfil das regiões em que vivem pouco se altera, apesar dos evidentes benefícios trazidos pelo acesso ao crédito.

Como tentativa de ajustar os rumos do Pronaf, principalmente por conta do grande número de agricultores inadimplentes, em 2005 foi criado o programa de microcrédito denominado de Agroamigo, do Banco do Nordeste, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Uma das características essenciais, do “novo” programa de microcrédito, é a presença de um assessor que acompanha todo o processo, desde o projeto até a introdução do microcrédito dentro da produção da unidade familiar.

A partir da constatação, em especial da alta inadimplência com relação ao Pronaf B, na qual segundo Magalhães e Abramovay (2004, p. 13) “é explicada não tanto por condições econômicas e ambientais que eventualmente limitam a capacidade de geração de rendas, mas por fatores institucionais, ligados à coordenação entre os mediadores do acesso ao crédito”, e com o objetivo de atender os produtores rurais mais pobres da região nordeste, foi criado o programa de microcrédito orientado denominado de Agroamigo. As características básicas deste programa são, portanto, entre outras, os vínculos que os agricultores mantêm com o

banco, por meio de acessos a contas correntes e outros serviços bancários básicos e, também, a presença de um assessor, o qual acompanha pessoalmente o agricultor desde a idealização do projeto até o uso do dinheiro, seguindo-o passo a passo, o investimento que o cliente do Agroamigo está inserindo na sua produção. Portanto, a principal diferença entre o Pronaf B e o Agroamigo está na participação da figura do assessor de crédito, na orientação e acompanhamento da produção.

Para Rogério Costanzi (2005), “o microcrédito é, acima de tudo, democratização do crédito”, ou seja, o microcrédito é um dos principais instrumentos de políticas públicas no combate a pobreza. Neste sentido, uma das vantagens desse tipo de programa de microcrédito está na diferença com o crédito tradicional caracterizado pela demora e muita burocracia. No microcrédito “não é o cliente que procura o banco, mas sim a instituição financeira que procura o cliente por meio dos seus agentes de crédito”. Observa-se essa prática no programa de microcrédito Agroamigo, no qual um assessor do banco atende as comunidades rurais divulgando as linhas de microcrédito e consolidando os contratos bancários, permitindo, assim, maior estreitamento na relação entre o banco e o cliente.

Uma das características conceituais do microcrédito diz respeito ao rompimento com a ideia de que as microfinanças são ações assistencialistas. O que ocorre, é a geração de oportunidades de emprego, renda e melhoria na qualidade de vida. Costanzi (2005, p.22) destaca que “ao impor a necessidade de sucesso dos empreendimentos produtivos dos beneficiários, acaba por se constituir em solução ativa e autossustentável de combate à pobreza. Os pobres e excluídos sociais não precisam de caridade, mas sim de oportunidade”. O microcrédito foi desenvolvido, nessa perspectiva, para atender a uma parcela da população que nunca teve oportunidade de acessar os serviços bancários. Contudo, não basta apenas fornecer crédito para essas populações rurais. Neste sentido, Costanzi (2005, p. 23) coloca que o microcrédito

deve estar integrado a outros elementos ou ações, como educação, capacitação, qualificação profissional, assistência social, saúde. Portanto, o microcrédito não deve ser visto como instrumento único e onipotente de combate à pobreza, mas sim como um importante elemento adicional nessa missão.

Portanto, o desafio vai muito além do que um crédito para esses agricultores. Em conjunto a essas iniciativas, fazem-se necessárias políticas públicas que visem à melhoria nas condições de vida como um todo, investindo e ampliando os serviços de saúde, educação, lazer, moradia, alimentação e segurança, multiplicando as ações de políticas públicas,

formando, assim, um conjunto de atuações sociais para a real melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, na busca da erradicação da exclusão, miséria e pobreza deste grupo social tão representativo da agricultura familiar brasileira.

2.3. Do Pronaf B ao Agroamigo

Criado no início dos anos 90, o Pronaf (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), tinha como objetivo proporcionar o desenvolvimento no setor rural formado pelos agricultores familiares. No decorrer dos anos, esse programa dividiu os agricultores em cinco grupos – A, B, C, D e E, de acordo com renda anual e o número de empregados. No entanto, esta experiência mostrou sérios problemas, entre eles, destaca Ricardo Abramovay (2003, p.11-12), seriam que

os créditos deveriam ser fiscalizados e seus benefícios definidos pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural [...] não há qualquer controle por parte do banco nem sobre a qualidade de seu uso, nem sobre a capacidade de devolução por parte dos tomadores [...] os agricultores não se tornam clientes dos bancos, com acesso a contas e outros serviços bancários [e, por fim], esta forma de transferência de renda estimula uma relação burocratizada entre a extensão rural e os agricultores.

Essas questões revelaram, no entanto, um conjunto de dificuldades que o “antigo” Pronaf B tinha na promoção de uma política pública na qual mostrasse resultados significativos nas mudanças sociais dos pequenos produtores familiares.

Outro problema, em relação ao sistema de crédito do Pronaf B, diz respeito à distribuição do percentual do crédito por grupos de agricultores familiares no Brasil. Uma pesquisa coordenada pelo professor Sérgio Schneider (2011) mostra que os agricultores pobres, que constituem o grupo “B” do Pronaf, são os que menos apresentam participação na distribuição de crédito do Pronaf. No entanto, os pronafianos do grupo B, em extrema linha de pobreza, representam 53,4% do grosso da pobreza do país, ou seja, concentra a maior população de agricultores familiares. Verificou-se, neste estudo, que “o público potencial da política de crédito PRONAF é bastante significativo (93,5% do total de estabelecimentos familiares), localiza-se majoritariamente na região Nordeste (51% do total de estabelecimentos) e é constituído principalmente por agricultores familiares do Grupo “B”

(59% dos “pronafianos”).¹⁶ Estes dados demonstram a dimensão numérica desses produtores rurais, principalmente na região nordeste do Brasil.

Logo, uma das principais dificuldades do Pronaf B estava relacionada com a falta de um acompanhamento por parte das instituições financeiras sobre as atividades desenvolvidas pelos agricultores com os recursos do microcrédito. Outro problema, é que o Pronaf B não conseguia atingir os produtores mais carentes, visto que as linhas de microcrédito atendiam, na sua grande maioria, os agricultores enquadrados no Pronaf C, D e E, ou seja, os mais “capitalizados”.

De fato, as políticas públicas de microcrédito caracterizaram-se, nesses últimos anos, em aproximar o sistema bancário do Estado às populações rurais, as quais são desprovidas de garantias para o pagamento do microcrédito. Mesmo assim, as linhas de microcrédito não atenderam de forma satisfatória os agricultores familiares no Brasil. Para Abramovay (2003, p. 2),

o acesso ao crédito raramente se acompanha da possibilidade de uso do conjunto de serviços que o sistema bancário tem a vocação de oferecer. A transferência de recursos creditícios acaba não se traduzindo numa dinâmica de investimentos capaz de representar um salto qualitativo na luta contra a pobreza.

A partir da constatação desses problemas, com o objetivo de atender os produtores rurais mais pobres, os quais representam a maioria da agricultura nacional e, também, como uma tentativa de solução e correção dos rumos do programa de microcrédito do Pronaf B, no ano de 2005, foi criado o programa de microcrédito orientado denominado de Agroamigo, do Banco do Nordeste, disponibilizando, assim, linhas de microcrédito exclusivas para a agricultura familiar no grupo B do Pronaf.

Segundo Maciel (2009, p. 103),

O Programa de Microcrédito Rural do BNB – Agroamigo foi desenvolvido numa parceria entre o BNB, GTZ¹⁷ – Cooperação Alemã para o Desenvolvimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), juntamente com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC), de acordo com a Lei 11.110, de 25 de abril de 2005.

Referida lei instituiu, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO) e alterou dispositivos de algumas leis correlatas. Tem como objetivo central “incentivar a geração de trabalho e renda entre microempreendedores populares”. Esse instrumento legal dispõe, ainda, acerca das entidades que para este fim, são consideradas instituições de microcrédito, bem como do processo de habilitação destas empresas que se propõem

¹⁶ AQUINO e SCHNEIDER. *Dimensão e localização do público potencial do Pronaf “B” no Brasil: uma análise a partir do censo agropecuário 2006*. (p. 10)

¹⁷ Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ).

a trabalhar com sistemas alternativos de crédito, garantias e possibilidades de convênios de cooperação técnica e científica.

A Lei 11.110 de 2005¹⁸, também deixa claro qual deve ser a função do microcrédito produtivo orientado. O artigo 1º, no 3º parágrafo, diz que

Para os efeitos desta Lei, considera-se microcrédito produtivo orientado o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda, que:

I - o atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

II - o contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e

III - o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este e em consonância com o previsto nesta Lei.

Uma instituição importante no Agroamigo é o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) com sede em Fortaleza, capital do Ceará. A maior parte dos funcionários relacionados ao Agroamigo, mesmo trabalhando diretamente e dentro do BNB, é empregado do referido instituto. Funciona, então, como uma espécie de “terceirização” dos serviços, desde a coordenação geral até o assessor de microcrédito rural. Segundo Maciel (2009, p. 105),

O Instituto Nordeste Cidadania (INEC), entidade operacional do Agroamigo, foi criado em 1993, por iniciativa dos funcionários do BNB que se manifestaram no sentido de atender ao apelo do sociólogo Herbert Souza, em meio à grande mobilização nacional que se configurou, naquele período, na Campanha de Combate à Fome, à Miséria e pela Vida. Oficializado em 27.02.06, obteve o certificado de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) em 29.09.03.

¹⁸ BRASIL. Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidade da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11110.htm. Acesso em 25 de agosto de 2012.

Logo, o público-alvo do programa de microcrédito Agroamigo é constituído por agricultores familiares enquadrados a partir da Lei da Agricultura familiar nº 11.326, no grupo “B”, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – o Pronaf. São agricultores “pobres” com receitas de até R\$ 6 mil anuais, com no mínimo 30% desta renda vinda de atividades desenvolvidas no interior do estabelecimento e que não tenham empregados assalariados permanentes trabalhando em seu estabelecimento, diferentemente dos grupos “D” e “E” do Pronaf. Trata-se de uma categoria social de grande dimensão no Brasil e que representa a maioria da pobreza do país. Podemos visualizar melhor a amplitude deste grupo de agricultores familiares, em um estudo intitulado de *Dimensão e localização do público potencial do Pronaf “B” no Brasil: uma análise a partir do censo agropecuário 2006*. Essa pesquisa mostra que os agricultores familiares do Pronaf B representam mais da metade dos 4,4 milhões de estabelecimentos familiares no Brasil. Em especial, na região Nordeste, o público potencial do Pronaf B em 2006 chega a 59,18% dos produtores familiares. No entanto, mesmo considerando a amplitude numérica, estes produtores familiares tem apresentado baixa participação nas políticas públicas que visam atender este grupo específico, principalmente no que diz respeito à distribuição de crédito do Pronaf B.

A partir da constatação da ineficiência do Pronaf B, surgiu, então, a necessidade da criação de um microcrédito espelhado em outro tipo de experiência desse gênero mais importante da América Latina – Crediamigo, também do BNB. Para Magalhães e Abramovay (2006, p. 7),

A insatisfação do Banco do Nordeste com os resultados alcançados até aqui no PRONAF B e a experiência do CREDIAMIGO motivaram a formulação e o início de implantação da mais importante proposta de mudança nas práticas encontradas em nosso trabalho de campo. Apesar de apoiar-se em empréstimos de baixo montante, o PRONAF B tem uma operacionalização totalmente diferente da que norteia o que as organizações internacionais – a começar pela Visão Mundial, que assessora o CREDIAMIGO – consideram como bons procedimentos. Mais do que simplesmente mudança na técnica de empréstimo o AGROAMIGO – nome de um conjunto voltado a aproximar o PRONAF das melhores práticas do microcrédito, com base na experiência acumulada pelo Banco do Nordeste – sinaliza para uma nova institucionalidade do PRONAF B. Ele é diferente de seu correlato CREDIAMIGO – hoje o mais importante programa de microcrédito da América Latina.

Sendo assim, o Agroamigo foi criado em 2005, em um projeto-piloto desenvolvido nos municípios de Floriano e Oeiras no Piauí, com duas agências e dois assessores de microcrédito orientado. De forma geral,

A atuação do Agroamigo em cada um dos 1.989 municípios compreendidos na jurisdição do BNB é sempre iniciada por meio de um diagnóstico socioeconômico da região a ser atendida, levando em consideração a demanda potencial para o Pronaf B, calculada a partir do número oficial de estabelecimentos de agricultores familiares presentes.¹⁹

A metodologia do Agroamigo é caracterizada da seguinte forma: a primeira, a concessão de microcrédito deve ser realizada, obrigatoriamente, com a apresentação da DAP²⁰ fornecida, na maioria das vezes pela EMATER ou pelas Associações de Moradores ou Conselhos Municipais. Segunda característica, toda a operacionalização, desde o projeto até o pagamento da última parcela do microcrédito, deve ser obrigatoriamente acompanhada pelo assessor de microcrédito rural. Maciel (2006, p. 114) destaca que “os Assessores de Microcrédito Rural (AMR) são profissionais de nível médio, funcionários do INEC, por ele selecionados entre técnicos agrícolas ou assemelhados que conhecem a região e, preferencialmente, residem na localidade onde desenvolverão o trabalho ou próximo a ela”. O AMR tem uma carteira de clientes de vários municípios em uma mesma região.

No capítulo seguinte, analisamos os resultados da pesquisa.

CAPÍTULO 3

AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS PEQUENOS PRODUTORES FAMILIARES DO AGROAMIGO EM LAGOA SECA

A pesquisa foi realizada no período de 20 de maio a 7 de julho de 2012 diretamente com os beneficiários do programa de microcrédito – Agroamigo, no município de Lagoa Seca, nas comunidades Pai Domingos, Almeida, Amaragi, Mineiro e Campinote.

¹⁹ MACIEL. *Avaliação da metodologia do Agroamigo em Caucaia-CE*. (p. 118)

²⁰ Segundo o site da Secretaria da Agricultura Familiar, “criada pela SAF/MDA, a DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como o **Pronaf**. Para obtê-la, o agricultor familiar deve dirigir-se a um órgão ou entidade credenciado pelo MDA, de posse do CPF e de dados acerca de seu estabelecimento de produção (área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho e da renda, endereço completo). É o instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptas a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, em atendimento ao estabelecido no Manual de Crédito Rural MCR, do Banco Central do Brasil, Capítulo 10, Seção 2”. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/institucional/aeclaracaoaptidaopronaf>>. Acesso em: 29 de agosto de 2012.

As análises da pesquisa de campo estão divididas em cinco partes: 1- perfil social dos agricultores; 2- pluriatividade; 3- condições de vida: moradia, alimentação e saúde; 4- produção e consumo e 5- análise sobre a influência do Agroamigo na agricultura familiar.

Nessa parte das apreciações dos dados da pesquisa, estaremos realizando as análises quantitativas por meio de tabelas, como ainda, simultaneamente, as informações qualitativas das entrevistas gravadas. Também buscaremos relacionar o material empírico e a teoria já discutida no início do trabalho.

3.1. Perfil social dos agricultores

A faixa etária dos entrevistados foi bem diferenciada. Dos 14 agricultores familiares pesquisados (Tabela 2) a maioria com 64,3% tem entre 21 e 50 anos de idade, enquanto 35,7% têm 51 anos ou mais de idade.

Tabela 2 - Faixa etária

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid de 21 a 30 anos	3	21,4	21,4	21,4
de 31 a 40 anos	3	21,4	21,4	42,9
de 41 a 50 anos	3	21,4	21,4	64,3
51 anos ou mais	5	35,7	35,7	100,0
Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Tabela 3 – Sexo

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Masculino	4	28,6	28,6	28,6
Feminino	10	71,4	71,4	100,0
Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

A maioria das entrevistas foi realizada com mulheres (Tabela 3). Dos 14 entrevistados (as), 71,4% foram mulheres e 28,6% foram homens. Esses dados foram de uma amostra feita para essa pesquisa, mas deve-se destacar que, nos últimos anos, vem aumentando o número de participação das mulheres no programa Agroamigo. As mulheres tendem a procurar mais o Agroamigo, pelo motivo dos homens terem dívidas com o banco em outras operações

realizadas desde o Pronaf B e também, nos casos da amostra dessa pesquisa, por elas serem separadas, viúvas e, principalmente pelos maridos terem outro tipo de atividade não agrícola fora do estabelecimento familiar. No entanto, é importante ressaltar que o interesse nessa pesquisa não é voltado apenas para o agricultor (a) em si, mas de investigar a unidade familiar como um todo, analisando as condições de trabalho e vida de todos os indivíduos que compõem a família.

Os dados do estado civil (Tabela 4) dos pequenos produtores familiares em Lagoa Seca revelam que a maioria deles são casados (as) com 64,3% e o restante com 35,7 são solteiros (as), viúvos (as), separados (as), divorciados (as) ou declararam que mantém união estável sem registro oficial em cartório.

Tabela 4 - Estado civil

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Casado (a)	9	64,3	64,3	64,3
Solteiro (a)	1	7,1	7,1	71,4
Viúvo (a)	2	14,3	14,3	85,7
União estável	1	7,1	7,1	92,9
Separado (a) / Divorciado (a)	1	7,1	7,1	100,0
Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Outro dado interessante é a posição social que esses atores assumem dentro de casa. A maioria (Tabela 5) se considera que é chefe da família tomando para si o controle financeiro do estabelecimento familiar, principalmente a maioria das mulheres que receberem o bolsa família, elas acabam controlando os gastos financeiros do seu domicílio. Sendo as mulheres a maioria na amostra dessa pesquisa, elas se consideram como as principais responsáveis pela chefia da casa.

Tabela 5 - Posição na família

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Chefe da família	11	78,6	78,6	78,6
Esposa ou marido do (a) chefe da família	3	21,4	21,4	100,0
Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

No que diz respeito ao perfil da família, identificamos os seguintes dados: a maioria dos entrevistados tem mais de um filho (Tabela 6). Sendo que 71,4% têm de 1 a 3 filhos, 21,4% têm de 4 a 6 filhos e 7,1% têm 10 ou mais filhos. Da amostra observada, a maioria dos filhos são pequenos e, dessa forma, não auxiliam de forma mais intensa nas atividades do estabelecimento familiar. Os filhos que já são maiores de idade buscam outros meios de obtenção de renda fazendo “bicos” na construção civil, trabalhando na cidade de Campina Grande (supermercados, portarias e indústrias) e, também, estudando em faculdade particular.

Tabela 6 - Quantidade de filhos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid de 1 a 3	10	71,4	71,4	71,4
de 4 a 6	3	21,4	21,4	92,9
10 ou mais	1	7,1	7,1	100,0
Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Tabela 7 - Grau de escolaridade

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Médio	2	14,3	14,3	14,3
Fundamental	8	57,1	57,1	71,4
Analfabeto (funcional)	2	14,3	14,3	85,7
Nenhum	2	14,3	14,3	100,0
Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Com relação ao grau de escolaridade (Tabela 7), a maioria dos agricultores pesquisados, com 57,1%, possui o ensino fundamental, enquanto que o restante se considera analfabetos ou analfabetos funcionais e apenas 14,3% tem o ensino médio. A escolaridade dos cônjuges dos beneficiários do Agroamigo não são muito diferentes. A maioria, com 50% tem apenas o ensino fundamental.

Se considerarmos todos os membros da família que moram no mesmo domicílio, 78,6% são alfabetizados (Tabela 8) e em 57,1% dos domicílios pesquisados todos os filhos estão estudando e frequentando a escola diariamente. Esses dados corroboram a tese de que para esses agricultores familiares fica difícil o tão esperado “espírito empreendedor” que o programa de microcrédito Agroamigo espera desses pequenos produtores familiares, visto que

não possuem nenhum tipo de qualificação educacional, profissional e administrativa para “empreender” no seu “negócio familiar”.

Tabela 8 - Se todos os membros da família são alfabetizados (as)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	11	78,6	84,6	84,6
	Não	2	14,3	15,4	100,0
	Total	13	92,9	100,0	
Missing	9,00	1	7,1		
Total		14	100,0		

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Tabela 9 - Se todos (as) os (as) filhos (as) estão matriculados (as) e frequentando a escola diariamente

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	8	57,1	66,7	66,7
	Não	4	28,6	33,3	100,0
	Total	12	85,7	100,0	
Missing	9,00	2	14,3		
Total		14	100,0		

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Para esses agricultores a falta de estudo é um dos condicionantes para as dificuldades enfrentadas no cotidiano. No entanto, notamos que existe todo um esforço para que seus filhos estudem, aprendam a ler e a escrever para que no futuro trabalhem em atividades fora do domicílio rural. Do total de entrevistados, 57,1% afirmaram que os filhos estão matriculados e frequentando a escola diariamente (Tabela 9). Em depoimentos, sobre os planos dos pais agricultores para o futuro de seus filhos temos a seguinte afirmação: “Se eu pudesse, olhe [...] esse daqui, se ele terminasse, ele ia fazer uma faculdade de medicina ou de qualquer outra profissão, eu queria uma profissão para ele, que fosse boa pra ele [...] pra todos dois eu queria”. Quando questionados sobre a atividade dos filhos na agricultura, um dos entrevistados disse que

agricultor é bom, mas ela é assim [...] no tempo do inverno ela dá uma coisinha pra comer, quem tem muita terra não [...] já é outra coisa. Mas, pra quem só tem um quarto de terra, né? Dá pra comer e às vezes, um ano como esse nós estamos de mãos atadas, por que não estamos plantando nada, por que não tem chuva suficiente.

Outra agricultora entrevistada falou sobre essa questão da seguinte forma:

Meus planos para o futuro deles é que quero tudo de melhor pra eles. Eu queria que eles estudassem porque sem estudo eles não tem nada, é só sofrimento. Eu não tenho nada, somente a casa. Agricultura só é bom pra gente que nasceu e se criou nela. Antigamente a gente lucrava mais com a agricultura, mas só que agora não dá, agora é jogar fora dinheiro. A gente até paga para passar o trator, deixar tudo ajeitadinho, mas o lucro é muito pequeno, mas mesmo assim não vou deixar nunca a agricultura. Daqui só vou pro cemitério mesmo. Ano passado ficou 6 meses sem passar ônibus aqui e a gente ia para Campina Grande a pé, todo mundo que trabalhava lá ia a pé. Era mais de duas horas caminhando para chegar lá e duas para voltar.

E ainda outro agricultor salienta que “sem estudo o cabra não é ninguém [...], pra mim a vida tá boa, quase morri e estou aqui. A vida de agricultor é sofrida demais, só Jesus que salva a gente quando manda a chuva”.

Portanto, o estudo significa, para essas pessoas, uma oportunidade de melhorar as condições de vida da família colocando seus filhos na escola, na convicção de que terão um futuro melhor do que no presente momento. Ao visitarmos essas famílias fica evidente um problema que se desencadeará nos próximos anos: o possível esvaziamento das famílias camponesas de seus estabelecimentos, pois os filhos dos atuais pequenos produtores familiares não estão se preparando ou pensando em perpetuar a tradição da família no campo.

3.2. A pluriatividade na agricultura familiar do Agroamigo

No que diz respeito ao papel da “pluriatividade” como estratégia dos agricultores em unificar atividades agrícolas e não agrícolas no seu estabelecimento familiar, percebe-se, com os dados apresentados nessa pesquisa, que os agricultores não desenvolvem, em sua grande maioria, esse tipo de estratégia.

As análises dos dados a seguir tem o esforço de demonstrar como os agricultores de Lagoa Seca estão utilizando a pluriatividade como estratégia de resistência, permanência e manutenção da sua família.

A respeito da quantidade de pessoas que moram no mesmo domicílio em geral gira em torno (Tabela 10) de até 6 pessoas, com 85,7% dos agricultores observados.

Tabela 10 - Quantidade de pessoas que moram no mesmo domicílio

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid de 1 a 3	7	50,0	50,0	50,0
de 4 a 6	5	35,7	35,7	85,7
de 7 a 9	2	14,3	14,3	100,0
Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Tabela 11 - Quantidade de pessoas que trabalham no estabelecimento familiar

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nenhuma	1	7,1	7,1	7,1
de 1 a 3	11	78,6	78,6	85,7
de 4 a 6	2	14,3	14,3	100,0
Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

A quantidade de famílias analisadas nas quais os familiares trabalham na produção agrícola (Tabela 11), dos 14 entrevistados, 13 declararam que os filhos, netos, pais, sobrinhos, avós, de uma forma ou de outra ajudam nas atividades agrícolas da sua unidade familiar. Fica claro, então, que estamos tratando realmente de “pequenos produtores familiares”. O que predomina nesses estabelecimentos não são pessoas assalariadas trabalhando, mas a mão de obra que é predominantemente familiar.

Tabela 12 - Quantidade de pessoas que trabalham fora de forma permanente e moram no domicílio

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nenhuma	9	64,3	64,3	64,3
de 1 a 3	5	35,7	35,7	100,0
Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Após perguntar quantas pessoas trabalham fora constantemente e moram no mesmo domicílio (Tabela 12), 35,7% disseram que tinha alguém que trabalhava fora do estabelecimento rural familiar. As atividades realizadas por essas pessoas são de ajudante de pedreiro, na Alpargatas (indústria de sandálias em Campina Grande), servente, pedreiro,

receptionista em imobiliária, promotora de vendas (Avon e Natura), mecânica de automóveis e industriais, entre outros serviços que não precisam de uma melhor qualificação profissional.

Tabela 13 - Quantidade de pessoas que trabalham fora de forma temporária e moram no domicílio

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nenhuma	8	57,1	57,1	57,1
de 1 a 3	5	35,7	35,7	92,9
de 4 a 6	1	7,1	7,1	100,0
Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

No que diz respeito às pessoas que trabalham de forma temporária, “os bicos” e moram no domicílio (Tabela 13) 57,1% falaram que ninguém da família consegue ou quer trabalhar fora do sítio. Nas palavras de um agricultor entrevistado: “Na época da chuva não dá tempo para ir trabalhar em Campina. Só trabalho em Campina quando não tem nada pra fazer aqui na agricultura. Na época da chuva dá mais lucro trabalhar aqui”. Dos que trabalham, identificamos alguns serviços como servente, pedreiro, agricultor em outros sítios e vendedor de frutas e verduras em feiras semanais em Campina Grande.

Já 92,9% das famílias analisadas (Tabela 14) revelaram que ninguém da família tem trabalho fixo fora da unidade familiar, mas trabalham na sua produção agrícola familiar.

Tabela 14 - Quantidade de pessoas que trabalham no estabelecimento e fora ao mesmo tempo de forma permanente e moram no domicílio

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nenhuma	13	92,9	92,9	92,9
de 1 a 3	1	7,1	7,1	100,0
Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

71,4% das famílias observadas (Tabela 15) afirmaram que ninguém da família faz algum tipo de “bico” para a complementação da renda familiar e também trabalham no estabelecimento familiar.

Tabela 15 - Quantidade de pessoas que trabalham no estabelecimento e fora ao mesmo tempo de forma temporária e moram no domicílio

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nenhuma	10	71,4	71,4	71,4
	de 1 a 3	3	21,4	21,4	92,9
	de 4 a 6	1	7,1	7,1	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Das pessoas da família que foram embora da unidade produtiva rural familiar, apenas 21,4% (Tabela 16) mandam algum tipo de ajuda que auxilie na complementação da renda.

Tabela 16 - Quantidade de pessoas que fazem parte da família, que moram fora e contribuem com a renda mensal da família

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nenhuma	11	78,6	78,6	78,6
	de 1 a 3	3	21,4	21,4	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

O papel da pluriatividade na agricultura familiar está sendo uma nova realidade para essas famílias. Para Schneider (2003, p. 23),

A pluriatividade refere-se à emergência de situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a dedicar-se ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.

Fica evidente a falta do “uso” da pluriatividade por parte dos agricultores analisados nessa pesquisa. Vale lembrar que o microcrédito do Agroamigo também pode ser utilizado para atividades não agrícolas, mas falta o devido acompanhamento e, principalmente, a divulgação do BNB sobre as possibilidades de diversificação das atividades dentro do programa de microcrédito.

3.3. Condições de moradia, alimentação e saúde dos agricultores

Nessa parte iremos relatar sobre as condições de moradia, alimentação e saúde dos atores sociais em foco nessa pesquisa.

No que diz respeito às condições de vida, uma agricultora relatou que,

Essa vida é muito sofrida, o dinheiro é muito pouco, é muito trabalho e pouco lucro. Na época do roçado a gente tem que sair às 4:30 da manhã para trabalhar até 10:00 porque a gente não aguenta trabalhar além das dez por causa do sol quente. Tem gente que é mais forte que amanhece e anoitece no roçado e quando chega em casa ainda tem o serviço de casa pra fazer. Não adianta ficar o dia todo no roçado e chegar em casa e ficar dentro da sujeira. Então eu dou o meu tempo lá e meu tempo de casa, não gosto de chegar e encontrar a casa suja, de ter que enfrentar uma pia cheia de louça. Eu gosto de ir depois que organizo minha casa, tem que lavar roupa, mas tem algumas mulheres que não se importam com isso não.

Para a maioria dos agricultores familiares, as atuais condições de vida (Tabela 17) são consideradas boas. Pois, esses agricultores relataram que há 30, 40 ou 50 anos atrás as condições de moradia e alimentação eram bem piores. As casas eram de “taipa”, “barro” e não possuíam energia elétrica. Hoje, segundo os agricultores familiares pesquisados, apesar de toda a precariedade existente no que diz respeito a “qualidade de vida”, as condições são bem melhores do que antes. Apenas dois agricultores declararam que as condições são ruins e péssimas. Percebemos que os referenciais de melhores condições de vida estão correlacionados com a qualidade da casa (moradia) e a alimentação diária.

Tabela 17 - Avaliação das atuais condições de vida da família

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Otimas	2	14,3	14,3	14,3
	Boas	7	50,0	50,0	64,3
	Regulares	3	21,4	21,4	85,7
	Ruins	1	7,1	7,1	92,9
	Péssimas	1	7,1	7,1	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

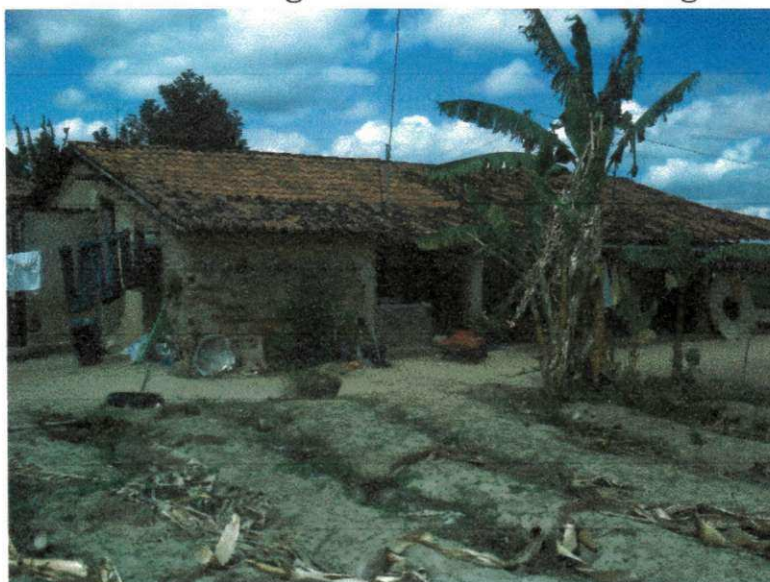
Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Tabela 18 - Avaliação das condições de moradia da família

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Ótimas	3	21,4	21,4	21,4
Boas	4	28,6	28,6	50,0
Regulares	5	35,7	35,7	85,7
Ruins	1	7,1	7,1	92,9
Péssimas	1	7,1	7,1	100,0
Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Confirmando as informações da tabela anterior, 85,7% dos agricultores entrevistados disseram que consideram suas condições de moradia (Tabela 18) ótimas, boas ou regulares. As maiorias das casas visitadas são bem precárias (Foto 2). Faltam acabamentos de revestimento interno e externo, piso de cerâmica, banheiro interno. Em muitas residências as laterais são muito sujas, com a saída de esgotamento sanitário bem próximo da casa. Entretanto, por piores que sejam as condições de moradia, as benfeitorias realizadas nas casas só foram possíveis por conta do dinheiro obtido do microcrédito do Pronaf B/Agroamigo.

Foto 2 - Casa de um agricultor beneficiário do Agroamigo

Fonte: Pesquisa de campo. (2012)

De modo geral as casas dos agricultores familiares inseridos no Agroamigo em Lagoa Seca, podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- 1- 100% possuem energia elétrica;
- 2- 85,7% possuem água tratada dentro de casa através de cisternas;

- 3- 85,7 % têm banheiro interno;
- 4- Todos têm mais de um cômodo;
- 5- Todos são de alvenaria;
- 6- Apenas 21,4% têm piso de cerâmica;

Com relação às condições de vida dos agricultores familiares em Lagoa Seca, temos as seguintes particularidades:

- 1- 100% tem fogão a gás;
- 2- Apenas 1 dos 14 entrevistados não tem geladeira em casa;
- 3- Todos têm televisão em casa (Mesmo com todas as dificuldades financeiras relatadas, a grande maioria possui antena parabólica nas suas casas) (Foto 3);
- 4- 85,7% tem telefone celular (Observar como esse meio de comunicação é importante nessas comunidades, pois o acesso aos telefones fixos é difícil por conta da distância do centro urbano);
- 5- Nenhum possui computador e nem tem acesso à internet em casa;
- 6- Nenhuma das casas tem saneamento básico. (Toda água suja é lançada a céu aberto perto da casa ou colocadas em fossas feitas pelos próprios moradores);
- 7- Apenas 21,4% tem serviço de coleta de lixo no domicílio (O restante dos moradores relatou que queimam o lixo doméstico no seu próprio terreno). (Outro problema se deve ao fato de que a maioria dessas comunidades são localizadas em áreas muito próximas das divisões territoriais entre os municípios circunvizinhos (Campina Grande, Lagoa Seca e Puxinanã), fator este em que nenhuma prefeitura quer assumir os serviços públicos daquelas comunidades).

Em se tratando das condições de saúde, 35,7% das pessoas entrevistadas afirmaram (Tabela 19) que são péssimas as situações de saúde oferecida pelo serviço público. Apenas na comunidade de Amaragi, os agricultores relataram que tem um posto de saúde no qual oferece um atendimento adequado. Nas demais localidades, os agricultores tem que se deslocar para Campina Grande, cerca de 15 km de distância, pagando um frete para levá-los ao atendimento médico fora do seu município de origem. Uma dos agricultores disse que

Foto 3 – Antena parabólica nas comunidades rurais de Lagoa Seca



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

A gente daqui pra Lagoa Seca [...] para um exame demora meses, meses, esperando pra esse exame ser marcado. Primeiro, a gente vai aqui [...] Porque tem que fazer no setor da gente. Chega lá o médico encaminha pra Lagoa Seca [...] Sai daqui de madrugada e às vezes chega lá e não é atendido, não consegue [...] A gente marca pra arrancar um dente, chega lá na fila não dá, já tá grande demais, já não tem condição de tirar aquele dente. Olhe [...] eu queria [...] olhe, se as coisas é difícil, pra gente de Lagoa Seca é muito mais difícil.

Tabela 19 - Avaliação das condições de acesso aos serviços de saúde

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Otimas	2	14,3	14,3	14,3
	Boas	4	28,6	28,6	42,9
	Regulares	2	14,3	14,3	57,1
	Ruins	1	7,1	7,1	64,3
	Péssimas	5	35,7	35,7	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Enfim, faltam postos de saúde para atender as comunidades rurais de Lagoa Seca. Portanto, há uma carência no que diz respeito à prestação dos serviços de saúde por parte do

Estado. São pessoas “pobres” as quais necessitam de um conjunto de instrumentos de saúde que proporcionem melhores condições de saúde para uma população que muitas vezes não tem nem o dinheiro para a compra de um simples remédio.

Quanto às condições de alimentação, é uma questão difícil de mensurar, pois na relação entre pesquisador e pesquisado ocorre, muitas vezes, situações de constrangimento, principalmente, na hora dos questionamentos sobre o tipo, a quantidade, a qualidade dos alimentos consumidos pela família diariamente. Isso porque, as famílias em foco nessa pesquisa, em determinados períodos do ano não tem o que comer. Levando-se em consideração o acanhamento no momento da entrevista, em relação à avaliação das condições de alimentação (Tabela 20), 35,7% consideram regulares, 35,7% boas e 21,4% ótimas.

Tabela 20 - Avaliação das condições de alimentação

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ótimas	3	21,4	23,1	23,1
	Boas	5	35,7	38,5	61,5
	Regulares	5	35,7	38,5	100,0
	Total	13	92,9	100,0	
Missing	9,00	1	7,1		
Total		14	100,0		

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Um dos entrevistados, ao falar sobre as condições de vida e alimentação, destacou o seguinte:

Eu acho boa, graças a Deus. Minha casa é boa. A coleta de lixo passa duas vezes na semana. Quando necessita de assistência médica tem que ir para Campina. O posto de saúde mais próximo é em Alvino. Não temos nenhum benefício aqui. No café da manhã é pão e café, no almoço feijão, arroz, farinha e carne quando tem. O jantar é os mesmos alimentos do almoço. Recebo 104 reais do bolsa família. Ajuda demais, é uma benção que Jesus mandou, pago a luz, compro o gás, etc.

Na tabela 21 temos os tipos de alimentos consumidos no dia a dia por esses agricultores familiares:

Tabela 21 – Demonstrativo do tipo de alimentação diária dos agricultores familiares do Agroamigo em Lagoa Seca

<i>Café da manhã</i>	<i>Almoço</i>	<i>Lanche da tarde</i>	<i>Jantar</i>
Cuscuz, tapioca, manteiga, ovos, biscoito, café e leite;	Feijão, arroz, macarrão, farinha, frango, batata doce, macaxeira, alface e suco;	Café, leite e biscoito;	Sopa, cuscuz, leite e macaxeira.

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

A maioria dos alimentos consumidos por esses agricultores são de produção familiar: macaxeira, batata doce, ovos, leite, alface e feijão. A questão é que na maior parte do ano a terra não produz nada ou quase nada, deixando essas pessoas em situações de penúria e fome. No que se refere à deficiência nutritiva desses atores sociais, temos um caso semelhante descrito pelo autor Antonio Candido em *Os parceiros do rio bonito*, quando ele diz que

É preciso agora acentuar que esta alimentação deficiente é elemento de uma situação mais ampla carência, que atinge todos os setores da vida caipira. Para conseguir a estreita margem de lucro que lhe permite sobreviver, o pequeno sitiante e o parceiro se vêem obrigados (seria mais correto dizer – cada vez mais obrigados) a reduzir drasticamente a satisfação das necessidades. Em consequência, as necessidades para ele são mínimas, a sua batalha de todos os dias é travada, estritamente, para não passar fome.

O triunfo consiste, na maioria absoluta dos casos, em poder guardar bastante semente para o plantio e para o mantimento suficiente da família, restando uma parte para vender. O produto da venda se destina, como vimos, à compra de alimentos e dos pouquíssimos bens de consumo.²¹

Assim, constatamos que a produção familiar é basicamente para o autoconsumo da família restando pouco ou quase nada de excedente para a compra de outros bens. A busca diária é para a sobrevivência da família, numa busca constante para não passar fome.

Como a maioria dos entrevistados recebem o bolsa família (Tabela 22), ou seja 64,3%, esse programa tem uma importância fundamental para os pequenos produtores familiares. Ou seja, é um dinheiro, pouco ou muito, no qual pode contar com ele todos os meses e, principalmente, em época de seca e estiagem.

²¹ CANDIDO. *Os parceiros do rio bonito*. (p. 158)

Tabela 22 - Se participa ou participou de algum programa do governo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	9	64,3	64,3	64,3
	Não	5	35,7	35,7	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

A estima dos agricultores pelos programas do governo (como por exemplo o bolsa família) é comprovado quando 50% declararam (Tabela 23) que consideram ótimo esse tipo de programa do governo, citado, assim, pela maioria dos entrevistados, deixando claro como o bolsa família é um importante instrumento para a manutenção e sustentação da família camponesa. Mesmo com o valor das bolsas girando em torno entre 35 e 70 reais, este serve como garantia para o consumo mínimo de nutrição no qual o corpo humano necessita para sobreviver.

Tabela 23 - Como avalia os programas do governo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ótimo (s)	7	50,0	70,0	70,0
	Bom (ns)	3	21,4	30,0	100,0
	Total	10	71,4	100,0	
Missing	9,00	4	28,6		
Total		14	100,0		

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Tabela 24 - Se alguém da casa recebe recursos do INSS

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	5	35,7	35,7	35,7
	Não	9	64,3	64,3	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Do total de entrevistados (Tabela 24), apenas 35,7% recebem algum tipo de benefício do INSS, seja aposentadoria ou pensão. Em uma realidade social e econômica tão difícil, receber recursos do INSS é uma “dádiva” em comparação com aqueles que não têm. Um ponto importante merece destaque nesse momento. Esses agricultores familiares que tem uma fonte de renda segura, também não conseguem “empreender” como “reza” a cartilha do

Agroamigo do Banco do Nordeste. Talvez esses fossem os casos em que se esperassem “êxito” dos objetivos do programa de microcrédito Agroamigo. No entanto, os referidos agricultores apenas pegam o dinheiro para um tratamento médico mais dispendioso, para reformar a casa e emprestar a algum parente. A questão é que a busca pelo microcrédito advém da facilidade de pagamento e do desconto de 25% do total do valor no final do contrato. Portanto, aqueles que teriam uma capacidade mínima de “empreender”, esses não estão aplicando o dinheiro em atividades que representem o aumento da produção dentro da unidade familiar.

3.4. Produção e consumo

Ao referir-se sobre quanto tempo faz que ele (a) é agricultor (a), escutamos quase que unanimemente as frases “sempre fui agricultor”, “desde que eu me entendo de gente eu sempre fui agricultor” e “desde que nasci”. Uma das agricultoras respondeu o seguinte: “Gosto de ser agricultora. Aprendi com meu pai”. Essas falas configuram um modo de vida desses agricultores, que permitem compreender uma intensa relação entre trabalho, terra e família segundo a visão de mundo dessas famílias tradicionais. Todos os agricultores entrevistados (Tabela 25) responderam que já faz 21 anos ou mais que são agricultores. Mesmo assim, é importante considerar que a maioria destes produtores só começa a trabalhar de fato quando são adolescentes ou maiores de idade, mas que desde pequenos são instruídos pelas famílias para o trabalho com a terra, nas quais transmitem valores e práticas sociais que asseguram a continuidade da família na agricultura.

Tabela 25 - Tempo que é agricultor (a)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 21 ou mais	14	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Tabela 26 – O principal tipo de produção no estabelecimento

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Agrícola	14	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo. (2012)

Sobre o principal tipo de produção no estabelecimento agrícola familiar (Tabela 26) todos responderam que trabalham só na agricultura, seja plantação ou criação. Relacionamos os principais “produtos” cultivados pelos agricultores familiares do Agroamigo em Lagoa Seca (Tabela 27).

Tabela 27 – Principais culturas e criações encontradas nos estabelecimentos dos agricultores inseridos no Agroamigo em Lagoa Seca

PLANTAÇÕES	Batata doce, macaxeira, feijão, hortaliças, milho, laranja, manga, cajá, jaboticaba, cebola, jerimum, banana e cajú.
CRIAÇÕES	Gado, caprino, ovino e galinha.

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Quanto à produção, um dos agricultores entrevistados fez a seguinte exposição:

A principal produção é batata, milho, macaxeira. É pra consumir e vender, por exemplo, quando dá milho, aí quando dá muito e tenho que vender. A gente produz pensando em ter o que comer e também para vender. A gente vende mais feijão e milho, a macaxeira a gente deixa porque a família é grande e a gente vai consumindo, mas quando dá muito a gente também vende pros nossos vizinhos mesmos que fazem feira. Eles vêm na casa, compram e levam pra feira.

De todas essas culturas, a maior parte cultiva a mandioca, o feijão, o milho, a batata doce e explora a criação de animais. São essas produções que garantem a alimentação da família e sua conseqüente subsistência. As demais, como as frutas, hortaliças e verduras, são provenientes da própria região (natural) caracterizada pela predominância de um clima úmido e de constante neblina.

No que diz respeito ao destino ou finalidade da produção agrícola (Tabela 28) 35,7% disseram que produzem somente para o consumo interno, ou seja, consumo da família. 64,7% responderam que produzem tanto para o consumo como também para a venda. Nesse caso, a produção não é feita com a finalidade da venda, de produção em escala, com objetivo de lucro. Mas a venda só existe, pelo menos na maioria dos fatos observados na pesquisa, quando há uma sobra esporádica de excedentes das “mercadorias”.

Tabela 28 - Finalidade da produção agrícola

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Somente para o consumo	5	35,7	35,7	35,7
Para o consumo e venda	9	64,3	64,3	100,0
Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Na tabela 29, temos uma síntese das características da produção dos agricultores familiares aqui em foco. O esforço foi em descrever as particularidades das pequenas produções, apontando assim os tipos de cultura semeados, a quantidade produzida, vendida e consumida pela família, bem como o preço dessa produção quando entra nos mercados da redondeza, em Campina Grande, São José da Mata, Pocinhos e, outros mais distantes, Soledade e Juazeirinho.

Tabela 29 – Tipos de culturas produzidas, consumidas e vendidas por ano

Tipo de cultura produzida	Quantidade produzida	O preço da produção	Quantidade vendida	Quantidade consumida	Destino da produção
1- Feijão;	5 a 7 sacos por ano;	80 reais o saco (em alguns casos pode chegar a 130 reais dependendo da época do ano);	3 sacos;	5 sacos;	Feira por meio de atravessador;
2- Mandioca;	2.000 kg por ano;	0,25 centavos;	2.000 kg;	Nenhuma;	Feira por meio de atravessador;
3- Batata doce;	20 a 30 caixas ou sacos por ano;	15 reais a caixa ou o saco (podendo chegar a 60 reais dependendo da época do ano);	30 caixas ou sacos;	50 caixas ou sacos;	Feira por meio de atravessador;
4- Milho;	2 sacos por ano;	-	Nenhuma	2 sacos;	Alimentação das galinhas;
5- Laranja	200 caixas por ano;	5 a 10 reais a caixa;	-	-	Feira de Campina Grande através de atravessador;

Fonte: Pesquisa de campo. (2012)

Portanto, percebemos que a menor parte da produção ficou para a comercialização, enquanto que a maior parte permaneceu para o consumo da família. Os preços praticados por esses agricultores é bem menor (em torno de 0,25 centavos o kilo/grama da macaxeira) quando comparada ao preço final de mercado. Uma macaxeira comercializada na feira de Campina Grande chegar até 4,00 reais/kg.

Tabela 30 - Renda mensal obtida através da produção agrícola

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Menos de 1 salário mínimo	10	71,4	83,3	83,3
	de 1 a 2 salário (s) mínimo (s)	2	14,3	16,7	100,0
	Total	12	85,7	100,0	
Missing	9,00	2	14,3		
Total		14	100,0		

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

No que diz respeito à renda mensal proveniente da produção no estabelecimento familiar, essa foi uma das perguntas mais difíceis para fazer aos agricultores familiares do Agroamigo em Lagoa Seca, pois, a instabilidade climática, de chuvas, o empobrecimento do solo, entre outros fatores, torna a agricultura uma atividade que não é fácil de lhe dar no dia a dia. Não são todos os meses em que esses pequenos produtores obtêm os resultados através do cultivo da terra. Nesse sentido, a maior parte dos agricultores entrevistados não sabiam dizer nem valor mensal, nem por período do ano e nem anual da renda obtida através, exclusivamente da atividade agrícola. Dos 14 entrevistados (Tabela 30), dois não souberam de forma alguma responder, dois responderam que conseguiam de 1 a 2 salários mínimos por mês e, a grande maioria, respondeu que não conseguem “ganhar” nem um salário mínimo por mês. Observamos que a mensuração “salário mínimo” foi uma “imposição” como pesquisador para tentar precisar um valor da renda obtida com a agricultura. Mas, para esses agricultores, o termo “salário mínimo” fica como algo muito distante e desconhecido, abstrato, não podendo, portanto, responderem um valor em cima do que foi colocado na entrevista. Outro fator que explica essa “falta de resposta”, está ligado ao que explicamos nas duas últimas tabelas anteriores: estamos tratando de agricultores familiares que produzem para o autoconsumo, ou seja, de subsistência.

Tabela 31 - Se a renda da família vem principalmente da produção agrícola

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	3	21,4	21,4	21,4
	Não	11	78,6	78,6	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Ainda sobre essa questão da renda obtida por meio da produção agrícola, a tabela 31 confirma a ideia apresentada: dos agricultores entrevistados, 11 disseram que a principal fonte de renda (dinheiro) não advém da produção agrícola. De fato, o bolsa família é principal forma desses agricultores terem algum dinheiro que não seja diretamente para a alimentação da família, mas para a compra do gás, pagamento da conta de luz e do telefone celular, compra de remédios, aquisição de roupas e calçados, entre outras necessidades que requer dinheiro.

Questionados sobre a possibilidade de pessoas que não fazem parte da família auxiliarem na produção agrícola (Tabela 32), 50% afirmaram que em nenhum momento há, nem temporariamente ou constantemente, alguém trabalhando em suas terras. Mas, 7 entrevistados disseram que em algum período do ano necessitam do trabalho de outras pessoas que trabalhem no cultivo em seus respectivos sítios. Geralmente, uma ou até três pessoas, em um período do ano, são chamadas para trabalhar nas atividades familiares do sítio, pagando em torno de 25 reais por dia. Lembrando que estamos tratando de pequenos produtores familiares, o que pressupõe apenas familiares trabalhando dentro da unidade de produção.

Tabela 32 - Quantidade de pessoas que não fazem parte da família, mas auxiliam na produção agrícola

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nenhuma	7	50,0	50,0	50,0
	de 1 a 3	7	50,0	50,0	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Convém ainda relatar uma situação contada por um dos familiares dos agricultores entrevistados. Uma filha de uma beneficiária do Agroamigo produz algumas peças de roupas em sua própria residência, inclusive fardamento escolar para as crianças da região onde mora.

Ela relatou que muitas vezes as pessoas vêm trabalhar no sítio da mãe dela em troca de fardas para os filhos. Funciona, essencialmente, como uma troca²². Percebemos então que existe nesse caso uma relação “mercadológica”, não mediada pelo dinheiro, mas de compadrio, amizade e vizinhança, numa lógica de troca existente apenas entre aqueles que são mais próximos.

Indagados sobre as condições de uso e posse da terra (Tabela 33), 92,9% afirmaram que são proprietários dos sítios e apenas um entrevistado disse que era posseiro. Assim, constatamos que a maioria dos agricultores familiares no município de Lagoa Seca são proprietários de suas terras, contraídos por meio de herança dos seus respectivos pais. Ao contrário de outros municípios da região do Compartimento da Borborema, observado na pesquisa-piloto desse estudo, onde a maioria dos agricultores familiares é posseiro, arrendatário, parceiro e meeiro, todos os agricultores observados na presente pesquisa tem a posse de suas terras garantida por meio da transmissão de bens familiar.

Tabela 33 - Condições de uso e posse da terra

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Proprietário	13	92,9	92,9	92,9
	Posseiro	1	7,1	7,1	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

No que se refere ao tipo de técnica empregada na produção agrícola (Tabela 34), todos os entrevistados responderam que utilizam apenas técnicas manuais, usando apenas instrumentos de trabalho bem simples como a pá e a enxada.

Tabela 34 - O tipo de técnica empregada na produção agrícola

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Técnicas manuais	14	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

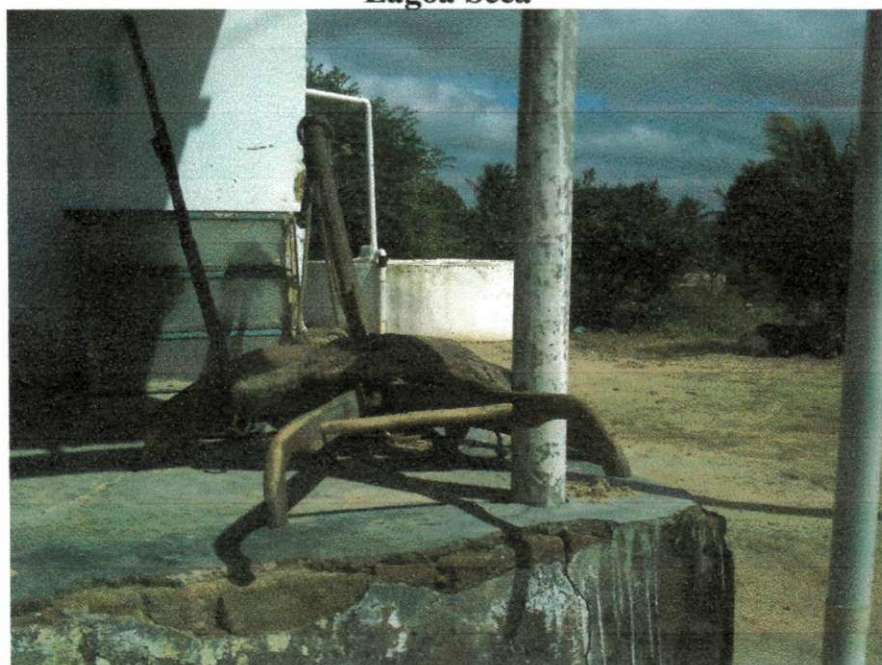
²² Lembrar a obra de Marcel Mauss, “o ensaio sobre a dádiva”. Nesse trabalho o autor destaca a frequência e a universalidade de dar, receber e retribuir presentes.

Segundo Mazoyer e Roudart, na Antiguidade

A pá e o enxadão permitiam, tanto um como outro, lavrar o solo, ou seja, revolvê-lo e, portanto, enterrar e destruir em larga escala a vegetação herbácea espontânea do alqueive. Mas esse trabalho longo e penoso não podia ser efetuado na totalidade das áreas em alqueive, deveria ser contemplado pela passagem do arado escarificador. O arado escarificador, concebido em sua origem para enterrar os grãos após a semeadura, é um equipamento de tração animal (boi, asno ou mula) munido de uma simples ponta, endurecida a fogo ou com o ferro, que rasga o solo sem revolvê-lo; assim, ele não destrói completamente as ervas indesejadas. Mas como o trabalho do solo é relativamente rápido, pode-se repeti-lo várias vezes.²³

Para esses agricultores familiares, recai um trabalho penoso, pesado e difícil em virtude também da falta de acesso aos instrumentos de trabalho, “modernos”, capazes de permitir uma maior produção com o menor esforço físico possível. De fato, esses pequenos produtores familiares continuam utilizando equipamentos manuais (Fotos 4, 5, 6, 7 e 8) identificados, pelos autores Mazoyer e Roudart, na antiguidade. O uso do arado escarificador não foi encontrado em todos os sítios visitados. A maioria deles não tem essa ferramenta, recorrendo muitas vezes ao aluguel através de conhecidos e vizinhos. Em alguns casos, foi relatado que muitos “ganham” de algum compadre, um dia de arado escarificador de tração animal para ajudar na preparação da terra para o plantio.

Foto 4 – Arado escarificador na lateral da casa de um agricultor familiar em Lagoa Seca



Fonte: Pesquisa de campo. Sítio Almeida (2012).

²³ MAZOYER E ROUDART. *História das agriculturas no mundo*. (p. 258)

Foto 5 – Carroça e arreamento para tração animal na lateral da casa de um agricultor familiar em Lagoa Seca



Fonte: Pesquisa de campo. Sítio Almeida (2012).

Foto 6 – Uma enxada ao lado de alguns pedaços de madeira na lateral da casa de um agricultor familiar em Lagoa Seca



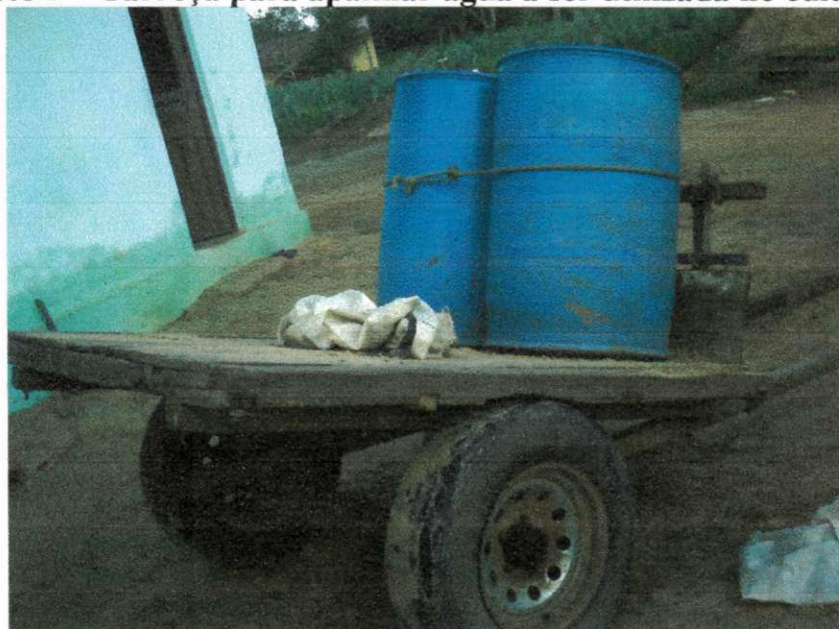
Fonte: Pesquisa de campo. Sítio Campinote (2012).

Foto 7 – Uma pá bem velha usada nas atividades agrícolas de um agricultor familiar do Agroamigo em Lagoa Seca



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Foto 8 – Carroça para apanhar água a ser utilizada no cultivo



Fonte: Pesquisa de campo. Sítio Campinote (2012).

De todos os agricultores visitados, apenas um deles possui caminhão utilizado para o transporte da alimentação dos animais do sítio, como também, serve de meio de obtenção de

renda, trabalhando como frentista em feiras livres de municípios circunvizinhos, complementando, assim, a renda familiar.

O meio de transporte mais utilizado pelos entrevistados é a motocicleta (Tabela 35). 42,9% disseram que possuíam uma moto (Foto 9) apenas como meio de transporte, não sendo usado diretamente como ferramenta que auxilie na produção e venda dos “produtos” cultivados no sítio.

Tabela 35 - Tipo de transporte que possui

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bicicleta	2	14,3	14,3	14,3
	Moto	6	42,9	42,9	57,1
	Carro	1	7,1	7,1	64,3
	Nenhum	5	35,7	35,7	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Foto 9 – Motocicleta de 50cc utilizada como meio de transporte pelos agricultores familiares em Lagoa Seca



Fonte: Pesquisa de campo. Sítio Almeida (2012).

Portanto, constatamos que esses estabelecimentos agrícolas familiares usam predominantemente o cultivo manual, não tendo acesso às ferramentas e equipamentos de

pequeno e médio porte que auxiliem de forma eficiente na produção do seu sítio. Os autores Mazoyer e Roudart ainda destacam que

No fim das contas, o cultivo estritamente manual, pouquíssimo eficiente, predomina hoje nos países em desenvolvimento: mais de 80% dos cultivadores da África, de 40% a 60% dos cultivadores da Ásia e da América Latina trabalham no modo manual de cultivo. É preciso acrescentar que muitos deles pouco se beneficiaram da seleção genética e de insumos industriais.²⁴

Logo, o valor do microcrédito concedido pelo Agroamigo não possibilita a compra ou acesso desses agricultores na aquisição de equipamentos não manuais, nos quais garantissem uma melhor produtividade e competitividade frente a uma concorrência do agronegócio tão bem equipada e preparada para atender o mercado consumidor.

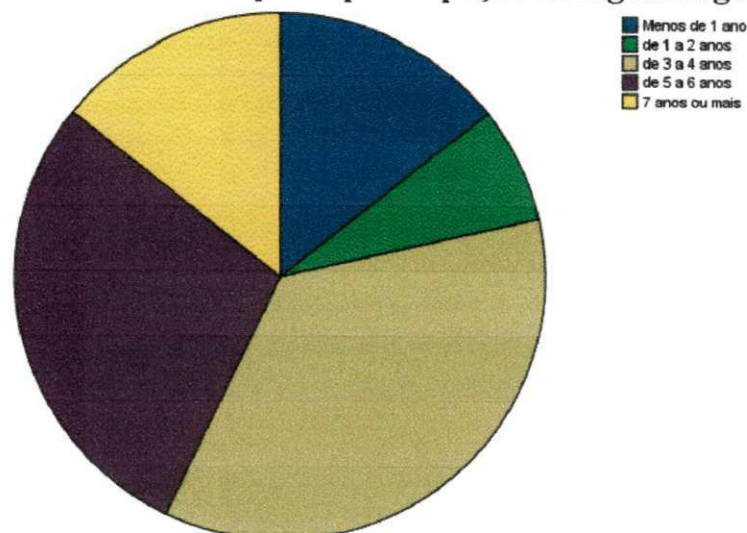
3.5. Análise sobre a influência do Agroamigo nas condições de vida dos pequenos produtores familiares em Lagoa Seca

3.5.1. Ingresso do agricultor no Agroamigo

Dentre os beneficiários entrevistados, 78,6% têm mais de três anos de Pronaf B/Agroamigo (Gráfico 1). Entre estes, 35,7% têm de 3 a 4 anos; 28,6% têm de 5 a 6 anos e 14,3% tem sete anos ou mais tempo de participação no programa de microcrédito do BNB. Considerando que um dos objetivos do Agroamigo está relacionado à possibilidade do agricultor, em dois anos, sair do enquadramento do grupo B do Pronaf e entrar no grupo C e, assim sucessivamente, observamos, com esses dados, que a maioria não consegue sair do grupo de enquadramento inicial, evidenciando que esses pequenos produtores familiares não conseguem aumentar a sua renda mensal/anual.

²⁴ MAZOYER E ROUDART. *História das agriculturas no mundo*. (p. 500)

Gráfico 1 – Tempo de participação no Agroamigo



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

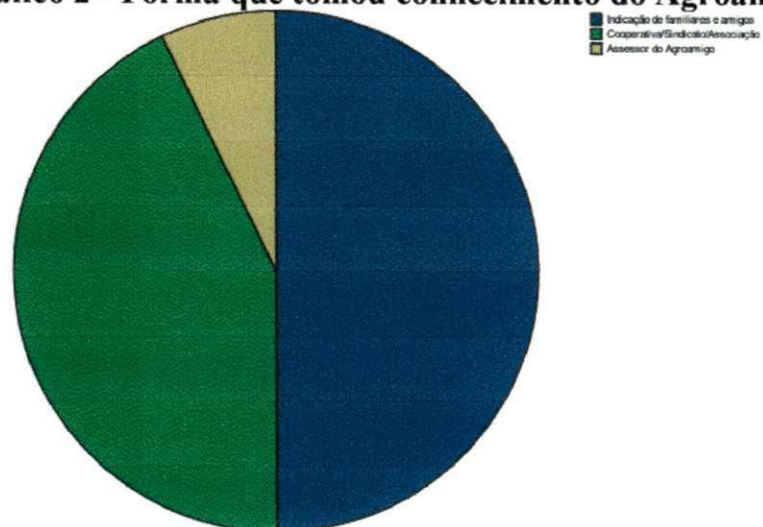
A maioria desses agricultores contrai o microcrédito do BNB pensando no bônus no qual terá no final do contrato. Entra R\$ 2.500,00 e no final fica com R\$ 625,00 de amortização da dívida. A compra de animais, principalmente de boi, serve apenas como garantia do pagamento da dívida que será cobrada somente depois de mais de um ano de contrato do microcrédito.

Portanto, observa-se, a dificuldade do agricultor familiar do Agroamigo em realizar e obter os resultados esperados pelo BNB. São poucos os casos de sucesso de empreendimentos dentro desse programa. Geralmente esses casos estão relacionados com atividades não agrícolas, como por exemplo, o artesanato. Assim, com o dinheiro do microcrédito em mãos, o pequeno agricultor tende a não aplicar o dinheiro no seu “empreendimento”, mas ele vai atender a suas primeiras necessidades, as suas necessidades básicas: compram de alimentos, remédios, roupas e eletrodomésticos para a família.

Quanto à forma de conhecimento, por parte dos agricultores, com relação à existência do Agroamigo (Gráfico 2), 50% dos entrevistados afirmaram que souberam através dos familiares e amigos, 42,9% por meio do sindicato, associação e cooperativas e apenas 7,1% disseram pelo assessor de microcrédito rural. Esses dados chamam a atenção em dois aspectos. O primeiro com relação à importância da indicação dos amigos e familiares sobre o Agroamigo. A maioria desses agricultores tem alguém da família na qual já é beneficiário do programa, facilitando, assim, a divulgação entre o meio familiar. O segundo aspecto, destaca-se o papel do sindicato rural. Nesse, a figura do presidente da associação serve como um importante mediador entre o agricultor e o banco. Uma das “iniciativas” do programa

Agroamigo, está relacionado ao papel do assessor no qual vai até os estabelecimentos rurais. Ou seja, o banco vai até o cliente e não o cliente vai até o banco.

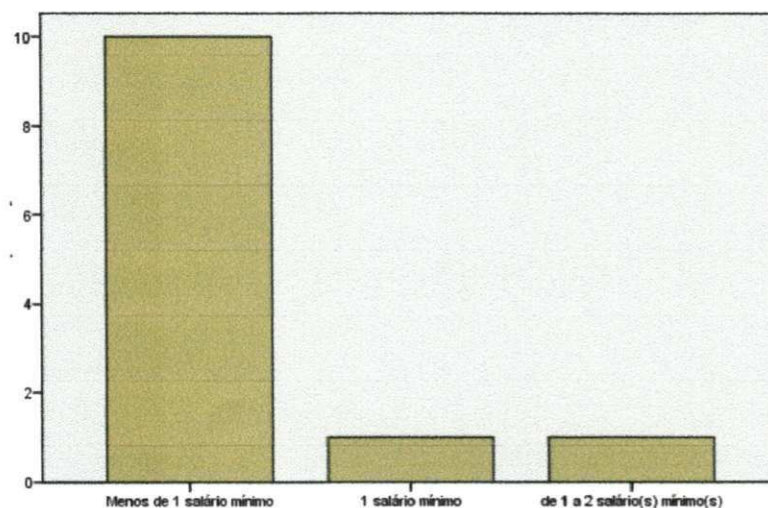
Gráfico 2 - Forma que tomou conhecimento do Agroamigo



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Questionados sobre a renda mensal antes do acesso ao Agroamigo (Gráfico 3), 71,4% declararam que a renda era de menos de um salário mínimo por mês, 7,1% disseram que tinham uma renda de um salário, 7,1% uma renda entre 1 e 2 salários e 14,3% não souberam responder.

Gráfico 3 - Renda mensal antes do Agroamigo



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Um dos agricultores entrevistados descreveu sua condição de vida antes do Agroamigo da seguinte maneira:

[...] a gente não podia comprar um bezerro, a gente não podia comprar uma vaca e hoje em dia a gente tem o leite, a gente tem o estruminho [...]. Vamos dizer que uma vaca é mil conto, uma vaca boa de leite é mil conto. Um bezerro, mais ou menos, é seiscentos reais, seiscentos [...] ai, a gente não tinha como comprar um bicho. Uma ovelha por cem reais a gente não pode comprar, não pode [...]. Vamos dizer, a gente tendo dinheiro, a gente compra os bichos, uma vaca dá cria e nasce um monte de bicho, a gente vende um bezerro ali e já dá pra fazer uma feirinha, já dá pra comprar outro bezerro, ou comprar um moinho de ovelha [...] essa motinha que tá aí [...]. Foi um moinho de ovelha que tinha troquei [...] porque se fosse à dinheiro eu não teria como não [...], eu ia comprar à dinheiro como? Não ia [...]. Era pior do que hoje em dia.

Por conseguinte, as condições de vida antes do Agroamigo, para esses agricultores, era bem pior. Na maioria dos casos investigados, eles não tinham como comprar nenhum tipo de animal, muito menos de incrementar no seu pequeno estabelecimento agrícola. Durante a realização das entrevistas, ficou constatada a necessidade dos pequenos produtores em adquirir principalmente o boi e a ovelha, tanto para cria, como também, para a engorda, como uma poupança, garantindo, assim, o pagamento da dívida perante o banco.

Se compararmos a renda mensal antes do Agroamigo e a renda atual obtida pela atividade agrícola (Tabela 36), percebemos que não houve mudanças significativas com relação a renda familiar por conta do programa de microcrédito do BNB. Do total de entrevistados que responderam a essa pergunta, 90% continuam com a sua renda mensal de até um salário mínimo. Apenas 10% dos que responderam, afirmaram que sua renda mensal gira em torno de 1 a 2 salários mínimos. Nesse caso, deve-se a complementação da renda através da aposentadoria e do bolsa família.

Para uma das agricultoras, o microcrédito Agroamigo ajudou na melhoria das condições da terra. Além disso, a agricultora precisou utilizar esse dinheiro para cuidar da saúde. Assim, nas palavras da entrevistada:

A terra melhorou bastante, pois investi em adubo. Coloquei 4 carros de estrume para adubar a terra. Paguei 2 mil e investi 1.400 reais em estrume e ainda comprei 250 reais de estacas pra fazer a cerca, mas só que quando fui procurar o arame era muito caro e não dava, então eu desisti de comprar o arame e comprei dois porcos. Depois eu fiquei doente e vendi os porcos para me tratar, pra fazer endoscopia particular. Para conseguir alguma coisa no posto de saúde, a demora é grande e tem que ir 4 ou 5 vezes, então a gente perde muito tempo.

Tabela 36 – Cruzamento entre a renda mensal obtida através da produção e a renda mensal antes do Agroamigo

		Renda mensal antes do Agroamigo			Total
		Menos de 1 salário mínimo	1 salário mínimo	de 1 a 2 salário(s) mínimo(s)	Menos de 1 salário mínimo
Renda mensal obtida através da produção	Menos de 1 salário mínimo	8	1	0	9
	de 1 a 2 salário (s) mínimo (s)	0	0	1	1
Total		8	1	1	10

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Fica evidente que o Agroamigo pouco tem contribuído para o aumento concreto da renda mensal desses agricultores nos quais permanecem produzindo de forma ineficiente e precária, pois as suas condições de produção, mesmo com o dinheiro do microcrédito, não proporcionam possibilidades de melhorias nas condições de vida.

Tabela 37 – Cruzamento entre a renda mensal obtida pela produção agrícola e o tempo de participação no Agroamigo

		Tempo de participação no Agroamigo					Total
		Menos de 1 ano	de 1 a 2 anos	de 3 a 4 anos	de 5 a 6 anos	7 anos ou mais	
Renda mensal obtida através da produção	Menos de 1 salário mínimo	1	1	3	4	1	10
	de 1 a 2 salário (s) mínimo (s)	1	0	1	0	0	2
Total		2	1	4	4	1	12

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Na tabela acima analisamos a correlação entre a renda mensal obtida pela produção agrícola e tempo de participação²⁵ no Agroamigo (Tabela 37). Constata-se que os beneficiários do Agroamigo com 1 a 7 anos de participação continuam com a renda de menos de um salário mínimo por mês. Lembrar, que um dos objetivos do Agroamigo é de aumentar a capacidade produtiva do agricultor no período de dois anos para poder fazer um novo enquadramento (grupos do Pronaf B, C, D e E) fazendo com que o agricultor possa receber empréstimos maiores.

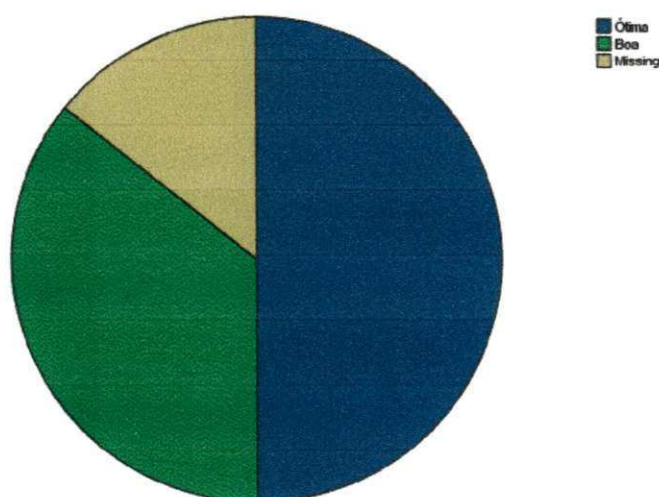
²⁵ Lembrar que muitos desses agricultores vieram do antigo Pronaf B.

3.5.2. O papel do assessor de microcrédito rural (AMR)

No que diz respeito à importância do AMR, (Gráfico 4) com relação a assistência técnica e acompanhamento no processo de investimento do dinheiro do microcrédito na produção, 50,0% dos agricultores consideram ótima, 35,7% boa e 14,3% não souberam responder.

Sobre o papel do AMR no Agroamigo algumas considerações serão importantes nesse momento. O assessor de microcrédito rural tem uma função crucial para o êxito do programa. Um dos problemas do Pronaf B, estava relacionado justamente à falta de acompanhamento técnico nos estabelecimentos rurais dos pequenos produtores. O Agroamigo veio justamente com esse diferencial: assistência técnica no meio rural. Mas, afinal como funciona o trabalho do AMR?

Gráfico 4 - Avaliação sobre a atuação do assessor do Banco do Nordeste



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

O assessor resolve as condições de crédito, elaborando a proposta e o projeto do agricultor familiar, acompanhando, posteriormente, todas as etapas de execução do “empreendimento”. Na primeira fase para a aprovação do projeto, o AMR realiza um levantamento socioeconômico do agricultor, bem como, elabora uma planilha de cálculos de receitas e custos, e a capacidade de pagamento que esse agricultor familiar terá durante todo o período do contrato. No Pronaf B, os técnicos da Emater eram responsáveis pela a elaboração dos projetos, mas no Agroamigo, o AMR tem essa incumbência.

O AMR é um funcionário do Instituto Nordeste Cidadania com sede em Fortaleza. Quando é admitido, ele participa de treinamento na região em que irá atuar e depois faz um curso de capacitação com duração de 40 dias na sede do instituto.

No caso de Lagoa Seca, o assessor é responsável por mais dois municípios – Campina Grande e Massaranbuda. A carteira do assessor, ou seja, o número de clientes que ele é responsável gira em torno de 1.200. Quanto à liberação do microcrédito, o AMR avalia o contexto familiar do agricultor e suas condições de vida.

Um dos funcionários do BNB, ainda no que diz respeito à avaliação do agricultor para conseguir o microcrédito, disse o seguinte:

[...] o assessor avalia o contexto familiar do agricultor. A gente percebe que muitas vezes é mais importante avaliar o contexto familiar do que o contexto do negócio. Se você percebe que o contexto familiar é desestruturado, com certeza você vai ter um risco maior em relação aquela operação. Já quando você tem um contexto familiar estruturado, que você percebe que é uma família unida e voltada para a atividade, que o filho está na escola, que o pai busca o desenvolvimento [...]. A gente percebe que tem uma diferença significativa. No meio urbano é diferente porque muitas vezes você consegue visualizar melhor o negócio, mas, no meio rural muitas vezes eles não conseguem visualizar o negócio, o que você consegue visualizar melhor é a estrutura da família. Muitas vezes você incentiva o cliente a empreender, que esse é o objetivo e a gente tem que estar lá para dar os toques necessários para o cliente. Dentro da nossa metodologia, a gente busca trabalhar com esses dois campos. A gente precisa avançar com relação a isso, onde surge a necessidade de trabalhar mais adequadamente a gestão estratégica do risco. Com a experiência, o ingresso e acesso a outros programas que existem no meio rural. Esses programas no meio rural são necessários porque não existe desenvolvimento no meio rural sem esses programas.

O AMR também faz atendimento dos clientes pelo telefone. Observamos que existe, muitas vezes, uma relação de proximidade e de amizade. Em alguns casos de ligações telefônicas ao banco, os agricultores deixam recados para serem repassados posteriormente aos assessores de microcrédito.

Constatamos que o AMR tem uma “carteira” muito grande de clientes para dar o suporte técnico necessário de acompanhamento aos agricultores familiares do Agroamigo. Como esse assessor pode oferecer um atendimento especializado se ele tem que trabalhar constantemente para manter uma carteira de 1.200 clientes?

A atuação do AMR fica praticamente restrita para não deixar que os seus clientes não atrasem o pagamento da dívida com o banco. Percebemos que o papel do AMR veio resolver o problema do banco, pois no Pronaf B, um dos principais problemas detectados, era o alto índice de inadimplência. Com o assessor do Agroamigo, o banco tem alguém que cobra o pagamento da dívida, diminuindo, assim, a inadimplência do programa de microcrédito.

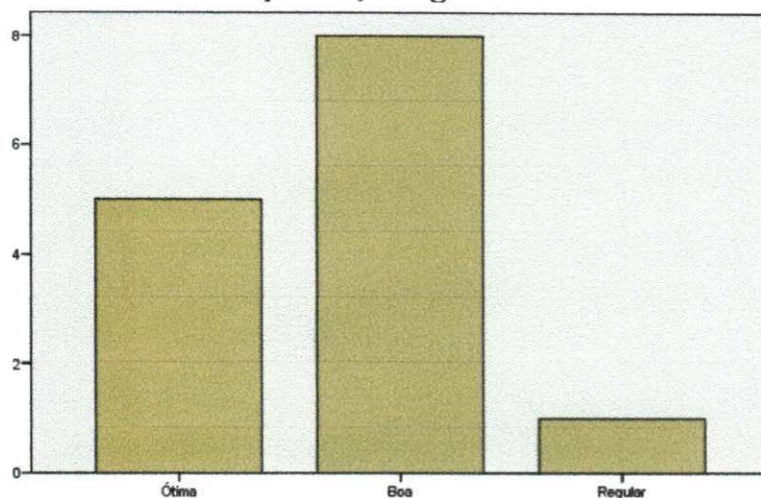
O assessor de microcrédito realiza visitas periódicas a seus clientes, mas é subordinado à figura de um coordenador do programa. O coordenador também é funcionário do Instituto Nordeste Cidadania, responsável, no caso do município de Campina Grande, por 38 municípios da área de atuação da agência do Banco do Nordeste na região, com uma carteira de mais de 10.000 clientes. O papel do coordenador no Agroamigo está diretamente relacionado com a avaliação e aprovação do microcrédito para os agricultores familiares. Mas, quem faz a avaliação socioeconômica da unidade familiar é o AMR. Apesar dessa avaliação depender da emissão da DAP feita pela EMATER, o coordenador do Agroamigo também tem que dar o aval para a aprovação do microcrédito. Muitas vezes os assessores tem que “comprar a briga” com o coordenador para aprovação de um “empreendimento” de um agricultor familiar.

3.5.3. Produção obtida com o microcrédito Agroamigo

Com relação ao valor concedido pelo Agroamigo aos agricultores familiares, o valor máximo pode ser de até R\$ 2.500,00, para pagar em dois anos, em três parcelas. Quando questionados sobre qual seria o valor ideal para que pudesse melhorar a qualidade da produção agrícola, a maioria dos agricultores respondeu que seria entre R\$ 5.000,00 a R\$ 8.000,00.

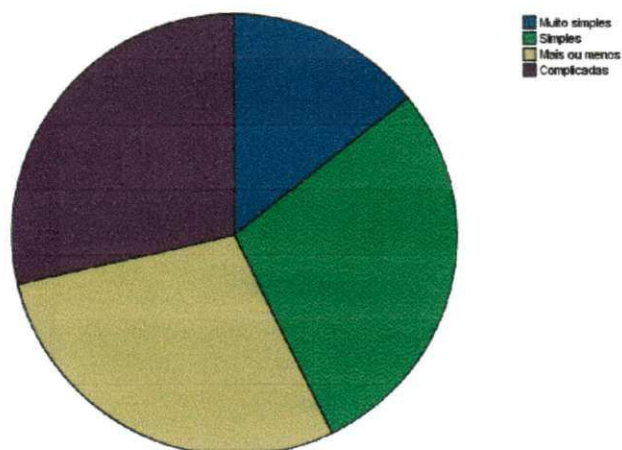
Com relação ao valor do microcrédito para os agricultores familiares, a maioria dos agricultores disse que consideram bom o valor do microcrédito, pois se esse valor fosse maior eles não teriam condições de pagar “porque a terra produz muito pouco” (Gráfico 5). De fato, os agricultores analisados nessa pesquisa possuem terras de no máximo três hectares. Sendo assim, eles não teriam condições de produzir o suficiente para poder pagar uma dívida maior com o banco.

Gráfico 5 - Avaliação do valor concedido pelo Agroamigo para melhora da produção agrícola



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Gráfico 6 - Avaliação das condições para a obtenção do microcrédito Agroamigo



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Sobre as condições para a obtenção do microcrédito Agroamigo (Gráfico 6), dos entrevistados, 14,3% consideraram que foi muito simples, 28,6% disseram que foi simples, 28,6% relataram que foi mais ou menos e 28,6% afirmaram que foi complicada.

O percurso para o agricultor familiar obter o microcrédito do Agroamigo, muitas vezes é bem demorado. No primeiro passo, o pequeno produtor deve obter a DAP expedida pela Emater. Em seguida, deve se dirigir a uma agência do BNB, para fazer a elaboração do projeto junto com o assessor de microcrédito rural e esperar a sua aprovação. Em média, todo

esse processo leva de 15 a 30 dias para que o dinheiro realmente chegue nas mãos dos agricultores. Um dos problemas com relação a essa questão, relatado pelos próprios agricultores, é que eles mesmos não têm paciência para esperar esses 30 dias para a efetivação do contrato. Acostumados com a troca imediata de “mercadorias”, em feiras ou com os vizinhos do seu sítio, essa demora gera novos hábitos, causando impaciência e aborrecimentos.

No que se refere à aplicação do dinheiro do Agroamigo (Tabela 38), do total de entrevistados, 71,4% investiram em atividades agrícolas e 28,6% em atividades não agrícolas. Dos agricultores que ainda insistem na produção agrícola, a maioria disse que não saberia fazer outra coisa, a não ser cuidar da terra.

Tabela 38 - Onde aplicou o dinheiro do Agroamigo

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Atividades agrícolas	10	71,4	71,4	71,4
Atividades não-agrícolas	4	28,6	28,6	100,0
Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Foto 10 – Criação de porcos com o dinheiro do microcrédito Agroamigo



Fonte: Pesquisa de campo. Sítio Almeida (2012).

Após perguntar como foi aplicado o dinheiro do microcrédito, a maioria afirmou que investiu, principalmente, na compra de animais como cabras, boi, galinha e porco (Foto 10 e 11). Segundo dados do BNB, a bovinocultura é a principal atividade financiada pelo Pronaf B, seguida pela suinocultura, ovinocultura, avicultura e caprinocultura. Para Magalhães e Abramovay (2006, p. 15),

O gado é um elemento central da sustentabilidade financeira das famílias e das condições para pagar os financiamentos. É um investimento com menores riscos que as atividades agrícolas, tem um mercado estável e ainda amplia a liquidez e a poupança das famílias. O investimento em animais é um dos poucos investimentos no horizonte de conhecimento dos agricultores que garante um rendimento financeiro seguro e viável para o pagamento do empréstimo. O animal é um dos poucos investimentos que pode ser facilmente alienado, sem grandes perdas de liquidez, para o pagamento do financiamento.

Foto 11 – Galinheiro construído com o dinheiro do Agroamigo



Fonte: Pesquisa de campo. Sítio Mineiro (2012).

Nesse sentido, para o agricultor, o investimento no animal é menos arriscado do que na produção agrícola. Além de ser uma fonte de alimentação, o retorno do dinheiro é mais rápido, pela facilidade da venda do animal em mercados próximos ao seu estabelecimento, no caso de alguma emergência. De fato,

a criação de animais tem seu papel no quadro da sustentabilidade do empreendimento camponês no território, pois é um sistema produtivo complementar de relevante importância para a subsistência familiar e uma espécie de poupança,

que pode ser utilizada nas ocasiões em que o agricultor precisa acionar um recurso extra para qualquer fim.²⁶

A criação de um bovino, na maioria dos casos, serve como garantia do pagamento do microcrédito. Sendo o pagamento em três parcelas em um período de dois anos, a criação de um bovino é a atividade menos arriscada. Um dos entrevistados relatou que comprou um boi por R\$ 800,00 e vendeu depois por R\$ 1.200,00. Além de conseguir pagar a parcela do Agroamigo, ainda lucrou com a venda do animal.

Podemos constatar essa situação também no antigo Pronaf B (Tabela 39). Pois, a bovinocultura era a principal atividade financiada pelo Pronaf B. Ainda segundo Magalhães e Abramovay (2006, p. 15),

Há uma enorme monotonia na aplicação dos recursos. Quase metade dos contratos é destinada ao investimento em bovinocultura e quase um terço dos contratos foram utilizados nas atividades de suinocultura, ovinocultura, avicultura e caprinocultura. Por que o acesso ao crédito concentra os investimentos em tão poucas atividades diante de uma enorme diversidade de possibilidades de aplicação? A produção animal é uma das atividades mais tradicionais das áreas rurais do nordeste brasileiro. Apesar de símbolo de poder e riqueza dos agricultores patronais vem se expandindo fortemente também entre os agricultores mais pobres.

Tabela 39 – Bovinocultura é a principal atividade financiada pelo Pronaf B

Atividade financiada	Número de Operações	%
Bovinocultura	302.524	43%
Suinocultura	86.039	12%
Ovinocultura	67.950	10%
Avicultura	52.080	7%
Outras atividades agrícolas	50.950	7%
Caprinocultura	43.541	6%
Serviços Auxiliares da Agropecuária, Extrativismo e		
Silvicultura	29.352	4%
Caça e Pesca	27.989	4%
Outras atividades de produção animal	18.363	3%
Atividades não agrícolas	15.364	2%

²⁶ Relatório de acompanhamento, monitoramento e avaliação da evolução e qualidade dos resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (p.20).

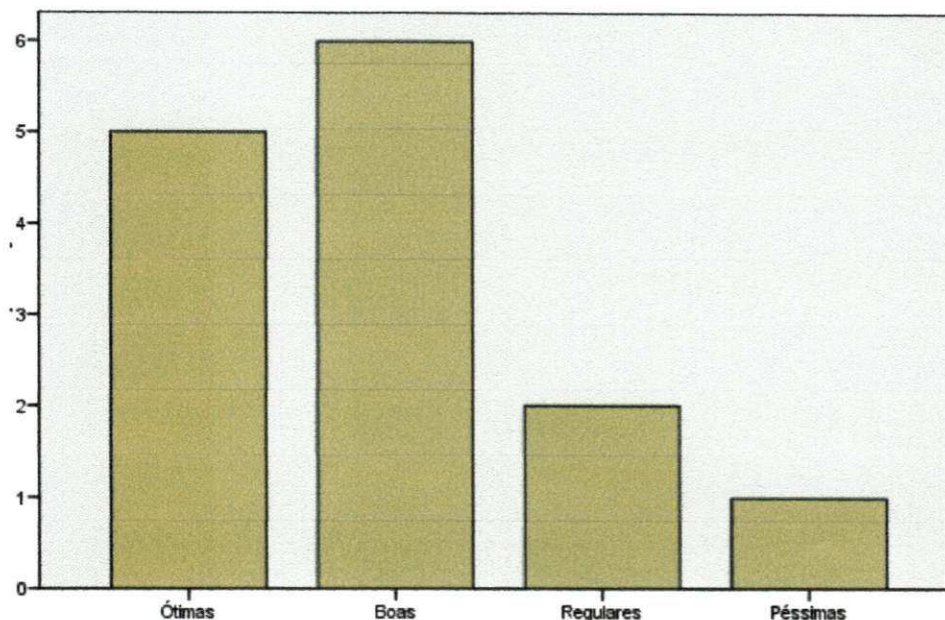
Extração Vegetal	3.039	0%
Atividades agrícolas não tradicionais	280	0%
Não identificadas	254	0%
Silvicultura	82	0%
Total		

Fonte: (ABRAMOVAY e MAGALHÃES, 2006). BNB – Base de Dados do Ativo Operacional – Posição: Novembro de 2005.

Para os autores supracitados, a criação animal serve como estratégia pela limitação do tamanho da terra (no caso dos agricultores familiares do Agroamigo em Lagoa Seca, o tamanho da terra fica entre 1 a 3 hectares). No entanto, o investimento na bovinocultura “exige uma qualificação e um reconhecimento caro, que passa pela contratação de especialistas para o controle de doenças ou a compra de vacinas”. De fato, no momento em que o agricultor compra um animal, necessariamente, ele terá que reservar parte do dinheiro do microcrédito para a contratação dos serviços veterinários, compra de vacinas, gastando boa parte dos recursos só para a manutenção do gado. Na presente pesquisa, a bovinocultura é a principal atividade empregada no Agroamigo.

Nos casos analisados, identificamos as seguintes atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares com o dinheiro do Agroamigo: dos 14 agricultores visitados, 3 investiram em estume, 7 em criação de animais, 3 no cultivo de frutas e verduras e 1 em um pequeno bar.

Dos 14 agricultores familiares observados, 13 fizeram a proposta do projeto para a aprovação do microcrédito informando que iriam investir na bovinocultura, seja ela de cria, recria, engorda ou de leite. No entanto, estes aplicaram o dinheiro, também, em outras atividades como a compra de estume, aquisição de utensílios domésticos, etc. Esse fato ocorre principalmente, segundo os beneficiários, pela facilidade da aprovação do microcrédito quando este diz que vai investir na compra e criação de um bovino. Com isso, observamos também uma “monotonia” do microcrédito por parte do banco, ao “facilitar” a aprovação do crédito para a aquisição do gado.

Gráfico 7 - Avaliação das condições de pagamento do microcrédito Agroamigo

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Um dos agricultores entrevistado destacou que

Esse foi o melhor programa que o governo mandou tirando o bolsa família. Tenho muito cuidado para não atrasar no pagamento. Já investi na compra de uma vaquinha, já consegui um bocado de coisas com esses empréstimos. Depois do Agroamigo melhorou mais, o roçado cresceu, melhorei a minha casa. A assessora do Agroamigo sempre vem olhar pra ver se o dinheiro foi aplicado no projeto. O próximo vou usar para fazer a cerca [...] é meu sonho fazer uma cerca porque aqui tá muito perigoso.

Ao referir-se sobre as condições de pagamento do microcrédito do Agroamigo (Gráfico 7), se consideramos a soma das respostas entre ótimas e boas, 78,6% dos beneficiários estão satisfeitos com a forma de pagamento do microcrédito do BNB. Dos 14 agricultores entrevistados, apenas um disse que são péssimas as condições de pagamento por conta da pouca produtividade de suas terras. Entre os diversos motivos para a satisfação na forma de pagamento destaca-se a obtenção do bônus, visto que o agricultor retira R\$ 2.500,00 e paga em torno de R\$ 2.000,00. Outro motivo citado pela maioria dos entrevistados de Lagoa Seca, se refere ao prazo de dois anos para o pagamento, pois é um tempo suficiente para “juntar um dinheiro” e, principalmente, é um período satisfatório para a compra, cria, engorda e venda do boi, ou seja, o animal servindo como uma fonte de reserva financeira para o pagamento do microcrédito.

3.6. Descrição das atuais condições de vida dos pequenos produtores familiares do Agroamigo em Lagoa Seca

No dia 30 de maio de 2012, em uma quarta-feira, pela manhã, visitamos a comunidade do Sítio Pai Domingos, em Lagoa Seca a 11 km de Campina Grande. Essa comunidade fica logo depois de um dos distritos de Campina Grande, Jenipapo. Pai Domingos é uma localidade, simples, pacata, com uma igreja católica na entrada, com a presença também de algumas igrejas evangélicas ao redor do sítio. A estrada toda de terra, esburacada, uma pequena mercearia, um açougue, uma borracharia e muitos sítios pequenos.

Realizamos então as primeiras entrevistas dessa pesquisa.

Foto 12 – Sítio de uma das agricultoras que investiu em estrume com dinheiro do Agroamigo



Fonte: Pesquisa de campo. Sítio Pai Domingos (2012).

As terras dessa agricultora tem aproximadamente 3 hectares (Foto 12) e sem nenhum tipo de cerca no qual delimitasse, com maior precisão, os limites do seu sítio. Dentro do seu estabelecimento, suas filhas têm casas próprias, são casadas e tem filhos, num total de 4 casas incluindo a dela. O marido é pedreiro, aprendeu a profissão há muitos anos atrás quando foi para São Paulo em um momento de crise financeira. Hoje ele trabalha em uma construtora em Campina Grande, mas mora no sítio. Essa agricultora tem 10 filhos, mas só dois moram com ela. Eles trabalham fazendo bico, na maioria das vezes, carregando e descarregando caminhão

de material para construção. A residência tem com 8 cômodos, entre eles dois banheiros. Possui televisão, geladeira, telefone celular, entre outros aparelhos “modernos”. A renda mensal vem principalmente de uma aposentaria e do bolsa família. Ela sempre foi agricultora, aprendendo a cuidar da terra com os seus pais e, segundo ela mesma, gosta muito do que faz. Não teria “coragem” de morar na cidade, “o meu lugar é aqui”. Planta batata doce, macaxeira, mandioca, feijão e algumas hortaliças, a maior parte, para o próprio consumo. Segundo essa agricultora, a renda dessa produção é de menos de um salário mínimo por mês. Essa informação foi apenas uma estimativa, pois tem meses em que ela não consegue nada da roça. Em relação à posse das terras, ela é herdeira. Suas principais ferramentas na agricultura é a enxada, a pá e um carrinho de mão. Para cultivar, ela aluga um boi por R\$ 80,00 a empreitada no seu estabelecimento. Devido a pobreza orgânica de suas terras, fez um microcrédito no Agroamigo para comprar 4 caminhões de estrume por R\$ 400,00 cada carro. Essa agricultora nos disse que era preciso a compra de estrume, pois, sem alimentar a terra ela não produziria quase nada. A “tecnologia” empregada neste caso é bem arcaica, o mais rudimentar possível, ficando “claro” a falta de acesso aos principais instrumentos e ferramentas do mundo “moderno”. Algo que chama atenção é o preço dos produtos que ela vende aos atravessadores. Por exemplo, 1 kg de macaxeira é vendido por R\$ 0,30, enquanto um morador em Campina Grande compra a mesma quantidade por R\$ 4,00. Segundo o depoimento do presidente de uma das associações dos agricultores e membro do conselho municipal rural, o município de Lagoa Seca envia para Campina Grande mais de 90% do que produzem na agricultura, revelando assim, uma total dependência de venda e consumo entre estes dois municípios. A primeira entrevistada trabalha praticamente sozinha na roça, pois o marido não quer saber de agricultura, os filhos, segundo ela, “são preguiçosos”, contando apenas com a colaboração deles em períodos mais férteis que requer mais trabalho e o maior número de pessoas na roça. No final da aplicação da entrevista, ela mencionou que fará um novo financiamento no Agroamigo para a compra de animais para engorda. Este tipo de alternativa faz com que ela tenha uma poupança para alguma emergência, como também para pagar o financiamento na data programada. Segundo essa agricultora, o Agroamigo proporcionou mais renda para sua família, pois a terra ficou mais produtiva com a introdução do estrume no seu sítio. Algo interessante foi relatado por essa agricultora no final da entrevista. Ela nos disse que gostaria de ter uma pequena produção de culinária em casa para fazer bolos e cocadas para vender. Mas, mesmo com esse “sonho”, ela deseja continuar trabalhando na agricultura, apesar de todos os problemas aqui relatados.

No segundo dia de trabalho de campo, no dia 5 de junho de 2012, fomos a uma segunda comunidade conhecida como sítio Almeida para realizar mais duas entrevistas. Bem próximo dos primeiros sítios visitados, cerca de 2 km, a comunidade Almeida tem as mesmas peculiaridades do sítio Pai Domingos. Para nós pesquisadores e estranhos naquele ambiente, muitas vezes não conseguíamos localizar com precisão os limites territoriais de divisão entre Pai Domingos e Almeida.

Nos dois casos do sítio Almeida, uma agricultura investiu em um bar e a outra na compra de boi e porcos.

A agricultora que investiu no bar tem 45 anos de idade e um filho de 13 anos. O marido, pra conseguir algum dinheiro para o sustento da família, trabalha fazendo “bico” em uma granja. A agricultora mora na parte de trás do sítio dos pais, em uma casa de alvenaria. Segundo ela, foi com o dinheiro do Agroamigo que foi possível realizar uma reforma na sua casa, tanto na parte de construção, como também, na compra de vários eletrodomésticos. Planta feijão, batata doce, macaxeira e milho. Apenas nos finais de semana se dedica no trabalho do seu bar que fica próximo a sua casa. Para essa agricultora, as condições de vida são consideradas regulares. Além do bar e da produção agrícola, ela recebe uma bolsa família no valor de R\$ 102,00 por mês. Esse dinheiro, segundo ela, é direcionado na compra de fardamento escolar para o seu filho.

No segundo caso do sítio Almeida, temos uma das situações mais precárias de condições de vida observadas nessa pesquisa.

Divorciada, 51 anos de idade, mãe de dois filhos (um de 14 e outro de 11 anos), essa agricultora toma conta sozinha de seu sítio de aproximadamente 1 hectare. Analfabeta (só sabe assinar seu nome), ela é responsável pelo sustento da família com a ajuda da pensão do ex-marido no valor de R\$ 50,00 para cada filho por mês. Tem o bolsa família e recebe R\$ 134,00 por mês. Esse dinheiro, do governo federal, é destinado, principalmente, para a compra de alimentos, pois o sítio não dá condições de suprir as necessidades básicas da alimentação da família no ano inteiro. O que ela produz no sítio é apenas para a ajudar na subsistência dela e da sua família, não produzindo, nenhum tipo de excedente em que possa ser comercializado. Ou seja, segundo a agricultora “não dá pra vender nada”. No período em que realizamos essa pesquisa, foi um ano de seca muito grande. Essa agricultora relatou as condições de produção do seu sítio da seguinte maneira:

Agricultura é bom, mas ela é assim [...]. No tempo de inverno ela dá uma coisinha pra comer, quem tem muita terra não [...] já é outra coisa. Mas, pra quem só tem um quarto de terra né? Dá pra comer [...] e, às vezes, um ano como esse nós

estamos de mãos atadas. Porque não estamos plantando nada, porque não houve chuva suficiente.

Mesmo com o início das chuvas, as condições de produção continuaram difíceis. Segundo essa agricultora, no que diz respeito ao começo das chuvas,

Começou, mas tá tão fraco, a gente tem que ver se ele aumenta. Mas para a gente plantar uma macaxeira, uma batata [...] feijão, já não sei se vai dar mais, porque o tempo vai esfriando não é? Ai o feijão já queima a folha, já não brota [...]. Ai às vezes já não dá mais nada [...] uma macaxeira, uma batata, um milho, um feijão? Ai daqui pra frente se o inverno aumentar é o que a gente vai? [...] Um feijão de arranque, feijão preto, feijão carioquinha plantar nessa data já é mais difícil.

Com apenas uma pá, uma enxada e uma trincha, essa agricultora às vezes recebe do vizinho a ajuda de um boi com o arado para poder preparar a terra para o cultivo. Com o dinheiro do microcrédito Agroamigo, ela comprou uma vaca, um boi e cinco porcos. Segundo a agricultora, antes do Agroamigo não era possível comprar nenhum animal e hoje em dia ela pôde comprar uma vaca para ter o leite e também comprar um “estruminho”. Sobre as condições de obter algum tipo de animal antes do Agroamigo, a agricultora disse não dava pra comprar,

Vamos dizer que uma vaca é mil conto, uma vaca boa de leite é mil conto. Um bezerro, mais ou menos é seiscentos reais, setecentos [...], aí a gente não tinha com que comprar um bicho. Uma ovelha por cem reais a gente não pode comprar, não pode [...]. Vamos dizer, a gente tendo o dinheiro, a gente compra os bichos, uma vaca dá cria e nasce um monte de bicho, a gente vende um bezerro ali e já dá pra fazer uma feirinha, já dá pra comprar outro bezerro, ou comprar um moinho de ovelha [...] essa motinha aí [...] foi um moinho de ovelha que tinha, que troquei [...] porque se fosse à dinheiro eu não teria como não [...] eu ia comprar à dinheiro como? Não ia.

É relevante assinalar que, nesse caso descrito acima, o Agroamigo melhorou as condições de produção no sítio dessa agricultora. Afinal, antes ela não podia comprar nenhum tipo de animal no qual pudesse criar para depois, com a recriação, poder vender ou trocar por outras mercadorias. Mas, é importante também destacar que, nesse caso, a agricultora já está inserida no Agroamigo, considerando também o tempo do Pronaf B, a mais de cinco anos. Nesse tempo, a agricultora não conseguiu “empreender” mais do que comprar alguns animais para subsistência da família. Se fossemos seguir “a cartilha” do Agroamigo, com dois anos, com o “espírito empreendedor” do agricultor familiar, essa agricultora já era para ter passado do grupo B do Pronaf para o grupo C. No entanto, observamos que as condições de vida dessa família são bem precárias. A casa tem péssimas condições de acabamento e falta de higiene.

Outro fato importante é que o sítio não tem nem cercamento que possibilite melhores condições para a criação dos animais adquiridos por meio do Agroamigo.

A terceira comunidade de Lagoa Seca investigada foi Amaragi. Próxima do município de Matinhas (conhecida como a terra da laranja e maior produtor dessa cultura na Paraíba), Amaragi tem por “natureza” um grande número de sítios que cultivam laranjas e também outras frutas. O clima úmido, característico da região leste de Lagoa Seca, favorece para a plantação de diversas laranjeiras nas quais observamos durante todo o trajeto da estrada quando nos dirigíamos para aquela comunidade.

Realizamos três entrevistas, todas no mesmo dia. No primeiro sítio, o agricultor é casado e tem 71 anos de idade. Ele e a sua esposa recebem aposentadoria do INSS, um salário mínimo cada um. O principal tipo de produção é laranja (Foto 13) seguida pela jaca, caju, cajá e outras frutas periódicas. A venda com a produção de laranja proporciona, em determinados anos, R\$ 1.500,00 vendendo a caixa por R\$ 5,00 a R\$ 6,00 a atravessadores. Esse agricultor relatou que aplicou o dinheiro do Agroamigo na compra de sementes e mudas para o cultivo de laranjas. Contando com o tempo de Pronaf B e Agroamigo, esse beneficiário do BNB tem mais de 7 anos de participação nesse tipo de microcrédito.

Foto 13 – Melhoria na produção de laranjas depois do Agroamigo



Fonte: Pesquisa de campo. Sítio Amaragi (2012).

O referido caso merece algumas considerações. Esse caso teria todas as condições de alcançar “sucesso” no Agroamigo. Esse agricultor junto com a sua esposa tem uma renda mensal familiar assegurada pela previdência social de dois salários mínimos. Por conta de problemas de saúde, ele acabou gastando o dinheiro do Agroamigo na compra de vários remédios.

No segundo caso de Amaragi, a agricultora é viúva, tem 45 anos idade e com duas filhas, uma de 13 e outra de 14 anos de idade. Como no primeiro agricultor visitado em Amaragi, a principal produção do seu sítio também é de laranja, mas ela também planta macaxeira, batata, milho e feijão. Aplicou o dinheiro do Agroamigo para melhorar a produção de laranja. Ela consegue produzir cerca de 150 caixas de laranja por ano. Recebe uma pensão do marido, no valor de um salário mínimo, e tem o bolsa família no valor de R\$ 166,00 mensais que ajuda na compra de livros, roupas e material escolar para o estudo das filhas. Das três rendas, a principal não vem da terra, mas da pensão do marido, pois não é todo mês que é possível cultivar e colher no sítio devido às condições precárias de chuvas na região.

No terceiro sítio visitado, encontramos uma das mais precárias condições de vida entre os agricultores familiares inseridos no Agroamigo. O sítio tem um terreno totalmente irregular (ladeiras) e em relação às condições de uso e posse da terra a agricultora é posseira. Recebe um salário mínimo de aposentadoria e R\$ 102,00 do bolsa família. Há mais de 3 anos no Agroamigo, a agricultora investiu na produção de laranja, pois na época que recebeu o dinheiro do BNB, estava na época de inverno, sendo mais rápido o retorno financeiro com a produção dessa cultura. Ela também relatou que uma parte do dinheiro do Agroamigo foi usado para fazer a feira da casa. O tamanho do estabelecimento é de 1,5 hectare, não possui ferramentas adequadas para o trabalho no terreno irregular e por com disso tem dificuldades para pagar o microcrédito do Agroamigo. Por conta dessa dificuldade no pagamento do microcrédito do BNB, o agricultor nos disse que o AMR tinha passado no seu sítio algumas vezes para saber como eles iriam pagar as parcelas do Agroamigo, pois o prazo estava se aproximando e as condições não eram favoráveis para o pagamento junto ao banco. Por dessa situação difícil, a agricultora afirmou que quando terminar esse último financiamento do Agroamigo, vai “dar um tempo” para fazer um novo contrato com Agroamigo, por conta das dificuldades de pagamento durante o período de dois anos.

A comunidade seguinte pesquisada foi Mineiro, próxima a Amaragi, cerca de 2 km de distância.

A primeira agricultora entrevistada tem 26 anos de idade, separada e tem 2 filhos. Com 2 hectares, ela cultiva no seu sítio macaxeira, feijão, batata doce, inhame, milho e

algumas frutas. Costuma vender na feira macaxeira, milho, banana, jaca, manga, cajá e jabuticaba. A sua renda mensal vem principalmente do bolsa família R\$ 102,00 e de uma pensão de uma de suas filhas R\$ 130,00. Com o dinheiro do Agroamigo, essa agricultora aplicou na compra de adubos e mangueiras, como também investiu na instalação da cerca do sítio. Com mais de 5 anos de Agroamigo, a renda mensal proveniente somente da produção agrícola é de menos de um salário mínimo.

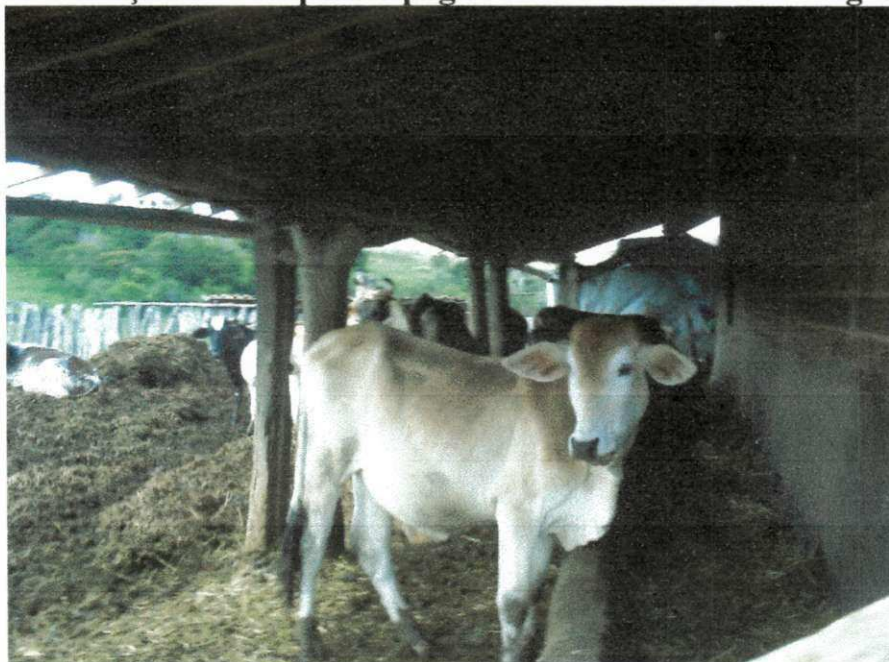
No segundo estabelecimento visitado na comunidade Mineiro, a agricultora é casada, tem 4 filhos e seu marido além de lidar com as atividades agrícolas no seu sítio, também trabalha fora como servente. A produção do sítio é pouca servindo mais para a subsistência da família. No sítio produz macaxeira, feijão, milho, batata doce, além do cultivo de bananas e da criação de um boi para engorda. Apenas é destinada uma parte da produção das bananas para vender na feira. Com uma moto para auxiliar no transporte, as bananas são vendidas na feira por R\$ 40,00 a caixa. A renda da família é de menos de um salário mínimo, sendo que a principal fonte de renda vem dos bicos que o marido realiza como servente. A segunda fonte principal de renda é o bolsa família R\$ 230,00 e por último a produção agrícola do sítio. Nesta última, ela não soube mensurar o valor mensal. Com mais de 5 anos de Agroamigo, o último dinheiro do microcrédito foi destinado na compra de um boi para engorda.

A última agricultora entrevistada em Mineiro tem 28 anos de idade, é casada e tem um filho de 10 anos. O marido trabalha como mecânico na empresa Coteminas em Campina Grande e também cuida do roçado do sítio. É um dos casos atípicos que encontramos em Lagoa Seca. Por conta do emprego do marido, a família tem convênio particular para atendimento médico e não possuem o bolsa família. Costumam plantar feijão, macaxeira, inhame, cebola e batata apenas para o consumo da família. Com mais de 5 anos de Agroamigo, o último dinheiro do microcrédito foi destinado na instalação de um galinheiro com o objetivo de vender nas feiras. Durante a entrevista o marido da agricultora relatou a sua vontade de voltar a trabalhar apenas no sítio, pois, ele não gosta do trabalho na indústria porque tem que usar fardas, ficar em locais com iluminação artificial, com barulho e altas temperaturas. Mas, por conta da falta de rentabilidade do sítio, esse agricultor, continua trabalhando na indústria.

E por fim, a última comunidade visitada, Campinote, fica próxima dos limites com os municípios de Montadas e São Sebastião de Lagoa Roça. Realizamos as entrevistas em dois dias por conta da distância e das dificuldades de acesso por causa da estrada ruim e da difícil localização dos agricultores.

O primeiro sítio visitado em Campinote tem cerca de 8 hectares. O agricultor é casado, tem 4 filhos e sua esposa ajuda nas atividades domésticas. As condições da casa são precárias, não possuindo banheiro interno e nem geladeira. A renda da família vem principalmente das atividades desenvolvidas dentro do sítio com uma renda auxiliar do bolsa família no valor de R\$ 102,00 mensais. As condições de saúde também são bem precárias não tendo posto de saúde onde moram, tendo, assim, que se deslocar para locais mais distantes. Costumam plantar milho, mandioca, feijão e batata doce. Por conta da seca do ano de 2012, o que produziu só deu para o consumo da família não sobrando nenhum excedente para vender em feiras livres e mercados. Há mais de 3 anos no Agroamigo, esse agricultor, com o último microcrédito, comprou estrume para melhorar a qualidade da terra, pois sem esse estrume a situação de produção do sítio seria bem pior. O estrume também serve para o cultivo da palma com o objetivo de alimentar o gado para a engorda (Foto 14), para depois poder vender e pagar o empréstimo.

Foto 14 – Criação de bois para o pagamento do microcrédito Agroamigo



Fonte: Pesquisa de campo. Sítio Campinote (2012).

Esse agricultor, em Campinote, usa o boi também para a tração do arado, momento esse que registramos com uma foto utilizada logo no início da fundamentação teórica dessa dissertação (Foto 1). Com apenas 1 ajudante (pagando R\$ 20,00 por dia), esse agricultor ainda utiliza ferramentas estritamente manuais como arado, enxadão, cultivador, pá, enxada e

carroça. Para auxiliar na renda familiar, o agricultor possui uma caminhoneta Mercedes-Benz para trabalhar como frentista no transporte de animais em feiras livres.

A segunda agricultora entrevistada em Campinote tem 2 filhos e seu marido trabalha também na agricultura. Em algumas épocas do ano o seu marido costuma trabalhar em sítios de outros agricultores para ajudar na renda mensal da família. Com precárias condições de alimentação, essa família, muitas vezes não tem o que comer se valendo do dinheiro do bolsa família no valor de R\$ 230,00 para ajudar na compra de alimentos, pagar a conta de energia e ainda comprar milho para a alimentação dos pintos do sítio. Um dos filhos dessa agricultora tem problemas de saúde e recebe uma pensão do INSS, mas esse dinheiro é destinado para as despesas com tratamento médico. Filha de agricultores, ela família produz feijão, milho, macaxeira, mandioca e batata doce apenas o suficiente para a subsistência. Há menos de 1 ano no Agroamigo, essa agricultora adquiriu um boi para engorda. Durante a entrevista a agricultora nos disse que “não preciso comprar mais ferramentas”, pois, o seu grande objetivo é fazer um novo microcrédito para a construção de quarto na sua casa.

O terceiro agricultor da comunidade Campinote, tem mais de 51 anos de idade, é casado e tem 3 filhos. Sem nenhum tipo de escolaridade, ele e sua esposa trabalham na agricultura do próprio sítio que tem 3 hectares. Segundo o agricultor, a esposa muitas vezes trabalha fora do estabelecimento familiar raspando mandioca ao preço de R\$ 30,00 por 1.000 kg raspados de mandioca. Essa família produz batata doce, feijão, milho e macaxeira. Ainda segundo esse agricultor, no sítio geralmente se produz 30 sacos de batata doce por ano, com 60 kg cada saco, ao preço de R\$ 17,00 o saco. Há menos de um ano no Agroamigo, ele comprou, com o dinheiro do microcrédito, bomba, estrume e um garrote. A bomba e o estrume foram para investir na terra que é muito fraca e o garrote para engorda com o objetivo de reserva do dinheiro para pagamento do microcrédito do BNB.

O último agricultor entrevistado mantém união estável e tem 3 filhos. Com um sítio de 2 hectares, essa família produz feijão, milho, batata doce e macaxeira. Também cria ovelha, gado e porco. O objetivo da criação desses animais, segundo o agricultor, é o pagamento do microcrédito do Agroamigo e também ficar com a matriz velha (Foto 15). Para complementar a renda, ele recebe do bolsa família R\$ 160,00 para compra de alimentos, roupas e calçados. Da produção do sítio, o milho não é vendido porque fica para a alimentação dos animais. O feijão e a batata doce são vendidos por R\$ 80,00 a R\$ 100,00 e R\$ 20,00 a R\$ 60,00 respectivamente.

Foto 15 – Compra de um boi com o dinheiro do Agroamigo para o pagamento da dívida com o banco



Fonte: Pesquisa de campo. Sítio Campinote (2012).

O que merece ser salientado, é que os agricultores observados não têm condições para suprir as suas primeiras necessidades apenas com o que produz no sítio. O Agroamigo é importante, mas, ele vem para suprir as primeiras necessidades dessas pessoas, na compra de alimentos, remédios, melhorias nas suas casas, roupas, eletrodomésticos, meios de transportes, entre outros itens, que até então esses agricultores não podiam se satisfazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a implantação do Programa Agroamigo – o “novo” Pronaf B – tenha servido para elevar a autoestima dos pequenos produtores familiares (GOMES DA SILVA, 2008), este não resolveu o problema histórico da política agrária brasileira: o tratamento privilegiado aos donos das grandes propriedades e a falta de atenção para com aqueles que vivem basicamente da produção para a sua subsistência.

Não podemos esperar que os beneficiários do Agroamigo adquirissem novas tecnologias para empreender no seu sítio, se para eles ainda falta o básico para sobreviver. O trabalho na terra requer alto investimento, é um trabalho difícil, penoso e incerto. Depende de fatores econômicos, sociais, políticos e, principalmente, climáticos.

De modo geral, essas famílias não tinham nenhum tipo de credibilidade no sistema bancário que pudesse proporcionar algum tipo de serviço como conta corrente, cartão magnético, possibilidade de financiamento, entre outros serviços básicos de um banco. O Agroamigo oferece ao pequeno produtor familiar uma “confiança” ao colocar a sua disposição vários serviços bancários sem muitas vezes não ter nenhum tipo de segurança, já que essa clientela não possui garantias para a realização, principalmente, de empréstimos. No Agroamigo, os seus beneficiários mantêm uma conta corrente e recebem uma linha de microcrédito no valor de até R\$ 2.500,00 para ser pago em dois anos.

No entanto, as condições de produção no estabelecimento familiar dos beneficiários do Agroamigo continuam precárias. Se antes o pequeno agricultor produzia predominantemente para a sua subsistência, atualmente ele nem consegue produzir o suficiente para a alimentação da sua família. A diferença fundamental, nesse caso, é que atualmente o beneficiário do Agroamigo tem condições de adquirir estreme e animais para tentar produzir o mínimo possível. Mesmo assim, a produção continua muito fraca e os animais morrem principalmente pela falta de água e de comida no pasto. Lembrar que nos casos de morte do animal o banco não perdoa dívida. No caso de falecimento do titular beneficiário do Agroamigo é oferecido um seguro (outro “produto” do banco). Com o seguro, a dívida fica quitada e a família recebe R\$ 600,00 para ajudar com outras despesas.

Ainda no que se refere a produção de subsistência, os agricultores entrevistados produzem na sua grande maioria para o autoconsumo da família. Os poucos excedentes são vendidos a preços irrisórios, principalmente a atravessadores que vendem essas mercadorias por mais de 1.000% do valor adquire do pequeno produtor. Faltam então, espaços em feiras

livres para que os beneficiários do Agroamigo possam comercializar com maior rendimento o pouco que sobra de sua produção.

A maioria dos entrevistados continua trabalhando predominantemente na produção agrícola principalmente no cultivo de feijão, milho e na criação de animais como boi e galinhas. Observa-se nessa questão a falta de iniciativas para a criação de atividades não agrícolas para que os membros da família possam buscar alternativas de trabalho fora da atividade agrícola, como estratégia que possibilite a permanência dos filhos e da família no campo, ou seja, a pluriatividade. Em muitos casos falta apenas informação por parte do BNB. Vários beneficiários, quando questionados sobre esse assunto, mostraram-se surpresos com a possibilidade de empregar o dinheiro do Agroamigo em outra atividade que não fosse à agricultura.

Sobre as condições de alimentação dos beneficiários do Agroamigo em Lagoa Seca, a maioria tem uma alimentação diária muito precária. Nos casos aqui observados, essas famílias fazem a feira básica com o dinheiro do Agroamigo.

Em todos os estabelecimentos analisados, constatamos a predominância da utilização de ferramentas estritamente manuais. A pá e a enxada são os mais comuns. Essa condição de trabalho no campo é enfrentada por mais de 1/3 da população agrícola no mundo (MAZOYER e ROUDART, 2010), que dispõe apenas de ferramentas manuais. Ou seja, o Agroamigo não abre possibilidades para a compra de equipamentos modernos nos quais possibilitassem maior produtividade.

Quanto à renda, pouca coisa mudou. Como já mencionado anteriormente, a produção agrícola é destinada para a subsistência da família sobrando o mínimo de excedentes para a comercialização. O que merece ser destacado é a significativa transformação na vida financeira desses pequenos produtores familiares quando ocorre a introdução do bolsa família e da aposentadoria. De fato, esses recursos servem como garantia para a aquisição de roupas, calçados, eletrodomésticos, remédios, pagamento de conta de luz, gás e telefone. Sem esses recursos do governo federal, a maioria desses pequenos produtores não teria como conseguir dinheiro (em espécie) para o pagamento de outras necessidades básicas que não fossem alimentos.

Outro assunto que merece atenção são as condições de moradia desses pequenos agricultores. Com efeito, se quisermos atribuir algum tipo de êxito no que concerne ao antigo Pronaf B e o Agroamigo, devemos apontar para a melhoria das casas dos agricultores. Nas entrevistas, os agricultores sempre mencionaram que antes do programa de microcrédito, as condições de moradia eram precárias. Nesse caso, o Agroamigo, propiciou a reforma,

ampliação e construção da casa própria, algo que não seria possível de realizar se não fosse com o dinheiro do Agroamigo.

No que se refere a “ascensão” do agricultor do grupo B para o C do Pronaf, constatamos que esse processo não ocorreu nos casos aqui observados. Como um dos objetivos do Agroamigo é que o agricultor possa “empreender” e assim aumentar a renda da sua produção, espera-se que ele aumente a sua renda e, assim, possa ser reenquadrado nos grupos do Pronaf C, D e E. Em suma, em dois anos de Agroamigo o agricultor teria a capacidade de se enquadrar no grupo C do Pronaf e, com isso, conseguir uma linha de financiamento maior para investir no seu estabelecimento familiar. De modo geral, avaliamos duas questões. A primeira é que os pequenos produtores familiares do Agroamigo em Lagoa Seca não conseguiram empreender, ou seja, aumentar a sua produtividade e renda. Logo, será impossível o enquadramento desses agricultores no grupo C do Pronaf que teriam que ter uma renda anual de até R\$ 16.000,00. A segunda questão é que esses agricultores não têm condições de contrair um valor de microcrédito maior porque não teriam condições de pagar devido, principalmente, a baixa produtividade por conta do tamanho pequeno da terra para a produção.

Uma das maiores expectativas na reformulação do antigo Pronaf B seria a figura do assessor de microcrédito rural. Este viria a corrigir e a sanar uma das principais dificuldades com os pequenos produtores familiares que não recebiam nenhum tipo de orientação técnica para produzir mais e com melhor qualidade. No entanto, o que verificamos foi uma dificuldade dos agricultores em obterem acompanhamento de qualidade durante o todo o processo do empreendimento. Com uma carteira de mais de 1.200 clientes, não podemos esperar do assessor de microcrédito um serviço de acompanhamento de qualidade. Percebemos, então, nesse contexto, que o AMR veio para resolver o problema do banco e não do agricultor: o grande número de inadimplentes do Pronaf B. Fica evidente a eficiência do banco para procurar o agricultor principalmente nos períodos de vencimento, renegociação da dívida e renovação do contrato.

Na tabela 40, temos uma síntese das considerações finais. Os dados apresentados confirmam que ainda há uma grande ineficiência no que diz respeito às políticas públicas de microcrédito no Brasil, voltadas para os agricultores mais carentes. Mesmo com uma maior participação, nesses últimos anos, dos pequenos produtores no Agroamigo, as informações coletadas, ratificam que houve poucas transformações em relação aos aspectos sociais e econômicos. Torna-se algo preocupante, já que estes agricultores familiares além de não

terem melhorado a sua renda mensal, continuam com precárias condições de vida sem acesso aos serviços básicos de saneamento, atendimento médico/hospitalar e de educação.

Tabela 40 – Quadro comparativo: síntese sobre as condições de vida dos agricultores familiares antes e depois do Agroamigo

Antes	Depois
Não possuíam vínculos bancários;	Recebem microcrédito e possuem conta corrente;
Tinham poucas ou nenhuma condições para a produção agrícola;	Compraram estrume e animais;
Produção agrícola de subsistência;	Continuam produzindo para a subsistência, mas com poucos excedentes para a venda no mercado;
Cultivo de milho, feijão, batata doce, mandioca;	Continuam plantando os mesmos gêneros alimentícios;
Não tinham condições de comprar animais;	Compraram animais (engorda, corte e cria) com o objetivo do pagamento da dívida do microcrédito do BNB;
Trabalho exclusivamente agrícola;	Prosseguem investindo tempo e dinheiro na agricultura;
Passavam fome;	Nem sempre passam fome, mas as condições de alimentação e nutrição continuam sendo precárias;
Principais ferramentas: pá e enxada.	Principais ferramentas: pá, enxada e arado escarificador com tração animal (boi);
A renda proveniente da agricultura era inferior a um salário mínimo por mês;	Permanecem com o rendimento derivado da agricultura no valor de menos de um salário mínimo por mês; exceto nos casos dos agricultores que obtiveram aposentadoria;
As casas não eram de alvenaria e não tinham reboco;	São casas, na sua maioria, de alvenaria, com reboco, luz elétrica e água vinda da cisterna;
Agricultores enquadrados no grupo B do Pronaf;	Após mais de dois anos de Agroamigo, ainda todos continuam no grupo B do

	Pronaf;
Não tinham assistência técnica do BNB (Pronaf B);	Surgiu o AMR (Agroamigo), mas os agricultores familiares continuam sem uma assistência técnica adequada.

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Concluindo, permanece, para o Estado, para os pesquisadores e, também, para a sociedade em geral, o desafio de elaborar políticas públicas que venham a atender às necessidades dos agricultores mais carentes, nas mais variadas áreas sociais como – trabalho, educação, saúde e alimentação – amenizando as desigualdades sociais de uma categoria social que na maioria das vezes não tem nada nem para comer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro. In – COSSÍO, Maurício Blanco, org. (2003) – **Estrutura Agrária, Mercado de Trabalho e Pobreza rural no Brasil** – capítulo 12 – no prelo.

_____ & MAGALHÃES, R. **Acesso, uso e sustentabilidade do Pronaf B**. São Paulo: Consultoria Plural, 2006.

AQUINO, J. R; SCHNEIDER, S. **Dimensão e localização do público potencial do Pronaf “B” no Brasil: uma análise a partir do censo agropecuário 2006** / João Rufino de Aquino, Guilherme F. W. Radomsky, Gabriela Spohr, Camila Waterino Radomsky e Sérgio Schneider. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. BH. Junho de 2011.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais / 7. ed.** – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007.

BASTOS, Fernando. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar** – São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.110**, de 25 de abril de 2005.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CANIELLO, M. M. **Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Evolução e Qualidade dos Resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR no Território da Borborema (Paraíba)**. Relatório Analítico Parcial. Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais Nº. 05/2009. Novembro de 2011.

COSTANZI, Rogério Naganime. **Microcrédito no âmbito das políticas públicas de trabalho e renda**. 2005. Disponível em <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 27 de março de 2012.

_____ & PASSOS, Alessandro Ferreira. **Evolução e perspectivas dos programas de geração de emprego e renda**. Mercado de trabalho: conjuntura e análise. 2002.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão social do trabalho**. In: Rodrigues, José Albertino. Sociologia. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1984.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 5. ed. 7. Reimpressão – São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES DA SILVA, Aldenôr. **Financiamento rural: dos objetivos às escolhas efetivas / organizado por Aldenôr Gomes da Silva**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

_____. **Meio Rural: o espaço da exclusão?** In: VALENÇA, M. Moraes & GOMES, Rita C. C. (Orgs). *Globalização e Desigualdades*. Natal: A.S. Editores, 2002, [p. 163-176].

GRAZIANO DA SILVA, José; GROSSI, Mauro Eduardo Del. **O novo rural brasileiro**. Oficina de atualização temática. Brasília, DF, 2004.

IANNI, Octávio. **A Sociologia e o Mundo Moderno**. In: Tempo Social. São Paulo, nº 01, v. 01, 1989.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1985.

_____; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. (Feuerbach). Editora Hucitec Ltda. 10ª edição. São Paulo, 1996.

MACIEL, Iracy Soares Ribeiro. **Avaliação da metodologia do Agroamigo em Caucaia-CE**/Iracy Soares Ribeiro Maciel. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa em **Argonautas do pacífico ocidental**, São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Coleção “Os pensadores”), pp.21-52.

MAZOYER, Marcel. ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MITHEN, Steven. As origens da agricultura. **A pré-história da mente: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência.** São Paulo, Editora Unesp, 2002 [351-365].

NAVARRO, Zander. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar / Zander Navarro, Maria Thereza Macedo Pedroso** – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011.

_____. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: Gasques, J. G.; Vieira Filho, J.E. Navarro, Z. (Orgs). *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectiva.* Brasília, IPEA, 2010, (p. 157-184).

PLOEG, Jan Douwe van der. O que é, então, o campesinato? O princípio camponês. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

SAHLINS, Marshall. **A primeira sociedade da afluência.** In.: CARVALHO, Ademar. Assis (Org). São Paulo: Ciências Humanas, 1978. p.6-43.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, Paulo Dabdab; KUHN, Daniela Dias; MIGUEL, Lovois de Andrade. **Microcrédito e capacidade de pagamento dos agricultores familiares: a experiência do Programa RS-Rural no Rio Grande do Sul.** *Revista Ensaios (FEE)*, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 789, 828, 2005.

_____. **A pluriatividade na Agricultura Familiar.** Ed. UFRGS, 2003, p. 21-41.

_____. **A contribuição da pluriatividade para as políticas públicas de desenvolvimento rural: um olhar a partir do Brasil.** Organizado por Alberto Arce, Ed. Flacso, Equador – 2007.

_____. **A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil.** Revista de Política Agrícola. Ano XVI – Nº 3 – Jul./Ago./Set. 2007.

SHANIN, Teodor. “**A definição de camponês: conceituações e desconceituações**”, *Estudos CEBRAP*, 26, 1980.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**, *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 21, outubro de 2003 [pp. 42-61].

_____. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. *Estudo Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.15, p. 87-146, out. 2000.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. São Paulo, Zahar Editores, 1970 [13-34].

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA – PESQUISA

Microcrédito rural para pequenos produtores familiares: O programa Agroamigo em Lagoa Seca – PB

Obs: A entrevista deve ser realizada diretamente com o (a) beneficiário (a) do programa de microcrédito do Banco do Nordeste – Agroamigo.

Nº da entrevista: _____ Hora: _____ Data: ___/___/___

Município: _____ Comunidade: _____ UF: _____

Informações gerais – Perfil do beneficiário (a) e da sua unidade familiar

1. Qual é o seu nome? _____

2. Qual a sua idade?

1() 20 anos ou menos	2() de 21 a 30 anos	3() de 31 a 40 anos	4() de 41 a 50 anos	5() 51 anos ou mais
-----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

3. Sexo da pessoa entrevistada (*sem perguntar*)

1() Masculino	2() Feminino
----------------	---------------

4. Qual o seu estado civil?

1() Casado (a)	2() Solteiro (a)	3() Viúvo (a)	4() União estável	5() Separado / Divorciado (a)
-----------------	-------------------	----------------	--------------------	--------------------------------

4.a. Quais são as atividades que o (a) seu (sua) companheiro (a) desempenha?

5. Qual a sua posição da família?

1() Chefe da família	2() Esposa ou marido do (a) chefe da família	3() Filho (a) do (a) chefe da família	4() Outro membro da família	5() Não é membro da família
-----------------------	-----------------------------------------------	----------------------------------------	------------------------------	------------------------------

6. Quantos filhos você tem?

1() Nenhum	2() de 1 a 3	3() de 4 a 6	4() de 7 a 9	5() 10 ou mais
-------------	---------------	---------------	---------------	-----------------

7. Qual é a sua escolaridade?

1() Superior	2() Médio	3() Fundamental	4() Analfabeto (<i>funcional</i>)	5() Nenhum
---------------	------------	------------------	--------------------------------------	-------------

8. Qual a escolaridade do seu esposo (a)?

1() Superior	2() Médio	3() Fundamental	4() Analfabeto (<i>funcional</i>)	5() Nenhum
---------------	------------	------------------	--------------------------------------	-------------

9. Todos os membros de sua família são alfabetizados (as)?

1() Sim	2() Não
----------	----------

10. Todos os seus filhos (as) estão matriculados e frequentam a escola diariamente?

1() Sim

2() Não

(Se a resposta for NÃO, perguntar a questão 10.a)

10.a. Por quê?

10.b. Quais são os seus planos para o futuro dos (as) seus (as) filhos (as)?

11. Quantas pessoas, que fazem parte da família, moram no seu domicílio?

1() Nenhuma

2() de 1 a 3

3() de 4 a 6

4() de 7 a 9

5() 10 ou mais

12. Quantas pessoas, que fazem parte da família, trabalham no seu estabelecimento?

1() Nenhuma

2() de 1 a 3

3() de 4 a 6

4() de 7 a 9

5() 10 ou mais

13. Quantas pessoas, que fazem parte de sua família e que moram no seu domicílio, trabalham fora de forma permanente?

1() Nenhuma

2() de 1 a 3

3() de 4 a 6

4() de 7 a 9

5() 10 ou mais

13.a. Em qual atividade?

14. Quantas pessoas, que fazem parte de sua família e que moram no seu domicílio, trabalham fora de forma temporária?

1() Nenhuma

2() de 1 a 3

3() de 4 a 6

4() de 7 a 9

5() 10 ou mais

14.a. Em qual atividade?

15. Quantas pessoas, que fazem parte de sua família, que moram no seu domicílio, trabalham no seu estabelecimento e em outro local ao mesmo tempo de forma permanente?

1() Nenhuma

2() de 1 a 3

3() de 4 a 6

4() de 7 a 9

5() 10 ou mais

15.a. Quais são as atividades realizadas por essas pessoas?

16. Quantas pessoas, que fazem parte de sua família, que moram no seu domicílio, trabalham no seu estabelecimento e em outro local ao mesmo tempo de forma temporária?

1() Nenhuma

2() de 1 a 3

3() de 4 a 6

4() de 7 a 9

5() 10 ou mais

16.a. Quais são as atividades realizadas por essas pessoas?

17. Quantas pessoas, que fazem parte de sua família, que moram fora, que trabalham em outras atividades e contribuem com a renda mensal da família?

1() Nenhuma	2() de 1 a 3	3() de 4 a 6	4() de 7 a 9	5() 10 ou mais
--------------	---------------	---------------	---------------	-----------------

Dados socioeconômicos – Condições de vida

18. Como você avalia as atuais condições de vida de sua família?

1() Ótima	2() Boa	3() Regular	4() Ruim	5() Péssima
------------	----------	--------------	-----------	--------------

19. Como você avalia as condições de moradia de sua família?

1() Ótimas	2() Boas	3() Regulares	4() Ruins	5() Péssimas
-------------	-----------	----------------	------------	---------------

Na sua casa tem:

20. Energia elétrica?	1() Sim	2() Não
21. Água tratada dentro de casa?	1() Sim	2() Não
22. Banheiro interno?	1() Sim	2() Não
23. Mais de 1 (um) cômodo?	1() Sim	2() Não
24. Construção de alvenaria?	1() Sim	2() Não
25. Piso com cerâmica?	1() Sim	2() Não
26. Fogão a gás?	1() Sim	2() Não
27. Geladeira?	1() Sim	2() Não
28. Televisão?	1() Sim	2() Não
29. Telefone? (<i>fixo ou celular</i>)	1() Sim	2() Não
30. Computador?	1() Sim	2() Não
31. Internet?	1() Sim	2() Não
32. Saneamento?	1() Sim	2() Não
33. Coleta de lixo?	1() Sim	2() Não

34. Como você avalia as condições de acesso aos serviços de saúde?

1() Ótimas	2() Boas	3() Regulares	4() Ruins	5() Péssimas
-------------	-----------	----------------	------------	---------------

34.a. Por quê?

35. Como você avalia as condições de alimentação?

1() Ótimas	2() Boas	3() Regulares	4() Ruins	5() Péssimas
-------------	-----------	----------------	------------	---------------

35.a. Por quê?

35.b. O que comem?

35.c. Quantas vezes por dia?

36. Você participa ou já participou de algum programa do Governo?

1() Sim	2() Não
----------	----------

(Se a resposta SIM, responder a questão 36.a)

36.a. Qual (quais) programa (s) você participa ou participou?

36.b. Há quanto tempo?

37. *(De acordo com a resposta da questão anterior)* de que forma você avalia este (s) programa (s)?

1() Ótimo	2() Bom	3() Regular	4() Ruim	5() Péssimo
------------	----------	--------------	-----------	--------------

38. Você ou alguém de sua família recebe recursos do INSS?

1() Sim	2() Não
----------	----------

38.a. Quanto?

Produção e Consumo

39. Há quanto tempo você é agricultor?

1() Menos de 1 ano	2() de 1 a 5 anos	3() de 6 a 10 anos	4() de 11 a 20 anos	5() 21 anos ou mais
---------------------	--------------------	---------------------	----------------------	----------------------

40. Qual o principal tipo de produção no seu estabelecimento?

1() Agrícola	2() Pecuária	3() Pesqueira	4() Artesanato	5() Outros
---------------	---------------	----------------	-----------------	-------------

40.a. O que produz?

41. O que você produz é:

1() Somente para o consumo	2() Somente para vender	3() Para o consumo e vender
-----------------------------	--------------------------	------------------------------

41.a. Características da produção:

Qual a quantidade?	Qual o preço dessa produção?	Quantidade que vende (%).	Quantidade que consome (%).	Pra onde vende a produção (mercado, feiras)?

42. Qual a sua renda mensal? (Somente da produção)

1() Menos de 1 salário mínimo	2() 1 salário mínimo	3() de 1 a 2 salário(s) mínimo(s)	4() de 2 a 3 salários mínimos	5() Mais de 3 salários mínimos
--------------------------------	-----------------------	------------------------------------	--------------------------------	---------------------------------

43. A renda da família vem principalmente dessa produção?

1() Sim	2() Não
----------	----------

44. Quantas pessoas, que não fazem parte de sua família, auxiliam na sua produção?

1() Nenhuma	2() de 1 a 3	3() de 4 a 6	4() de 7 a 9	5() 10 ou mais
--------------	---------------	---------------	---------------	-----------------

44.a. Quantos são temporários?

44.b. Quantos são permanentes?

44.c. Quanto paga?

45. Em relação às condições de uso e posse da terra, você é:

1() Proprietário	2() Parceiro	3() Meeiro	4() Posseiro	5() Arrendatário/Comodatário
-------------------	---------------	-------------	---------------	-------------------------------

46. Qual a técnica empregada na sua produção?

1() Mecanização	2() Irrigação	3() Rotação de culturas	4() Sementes melhoradas	5() Técnicas manuais
------------------	----------------	--------------------------	--------------------------	-----------------------

46.a. Qual (quais) ferramenta (s) você utiliza na produção?

47. Qual meio de transporte você possui?

1() Animal	2() Bicicleta	3() Moto	4() Carro	5() Nenhum
-------------	----------------	-----------	------------	-------------

47.a. Você utiliza este transporte no trabalho? Como?

Avaliação do Agroamigo

48. Há quanto tempo você participa do programa de microcrédito Agroamigo?

1() Menos de 1 ano	2() de 1 a 2 anos	3() de 3 a 4 anos	4() de 5 a 6 anos	5() 7 anos ou mais
---------------------	--------------------	--------------------	--------------------	---------------------

49. Como você tomou conhecimento do programa Agroamigo? (*marcar apenas uma resposta*)

1() Pela TV, revistas e jornais
2() Indicação de familiares e amigos
3() Cooperativa/Sindicato/Associação
4() Assessor do Agroamigo
5() Outros

50. Qual era a sua renda mensal antes do Agroamigo?

1() Menos de 1 salário mínimo	2() 1 salário mínimo	3() de 1 a 2 salário(s) mínimo(s)	4() de 2 a 3 salários mínimos	5() Mais de 3 salários mínimos
--------------------------------	-----------------------	------------------------------------	--------------------------------	---------------------------------

50.a. Como eram as suas condições de trabalho antes do Agroamigo?

50.b. Como você descreveria as condições atuais de trabalho?

51. Como você avalia a atuação do assessor de microcrédito do Banco do Nordeste?

1() Ótima	2() Boa	3() Regular	4() Ruim	5() Péssima
------------	----------	--------------	-----------	--------------

52. Como você avalia o valor concedido pelo programa de microcrédito para a melhora de sua produção?

1() Ótima	2() Boa	3() Regular	4() Ruim	5() Péssima
------------	----------	--------------	-----------	--------------

53. Sobre as condições para obter crédito/financiamento para a sua produção, você acha que são:

1() Muito simples	2() Simples	3() Mais ou menos	4() Complicadas	5() Muito complicadas
--------------------	--------------	--------------------	------------------	------------------------

54. Em que você aplicou o dinheiro do financiamento do microcrédito do BNB?

1() Atividades agrícolas	2() Atividades não-agrícolas	3() Compra de eletrodomésticos	4() Saúde / educação	5() Outros
---------------------------	-------------------------------	---------------------------------	-----------------------	-------------

54.a. Por quê?

55. Como você avalia as condições de pagamento do financiamento do BNB?

1() Ótimas	2() Boas	3() Regulares	4() Ruins	5() Péssimas
-------------	-----------	----------------	------------	---------------

55.a. Por quê?

56. Você faria um novo financiamento do Agroamigo?

1() Sim	2() Não
----------	----------

56.a. Por quê?

57. O programa Agroamigo ajudou na melhoria das condições de vida de sua família?

1() Sim	2() Não
----------	----------

57.a. Por quê?

58. Como você avalia a atuação do Agroamigo?

1() Ótima	2() Boa	3() Regular	4() Ruim	5() Péssima
------------	----------	--------------	-----------	--------------

58.a. Por quê?

59. Se pudesse mudar de trabalho, o que você gostaria de fazer?

60. O que você costuma fazer quando não está trabalhando?

61. Em poucas palavras, como você descreveria sua vida hoje?
